

CADERNOS

DO IEB

15

**AUTONOMIA DO FAZER:
CRÍTICA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA
FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O
ACESSO AO TRABALHO EM
ARQUITETURA NO BRASIL**


Instituto de
Estudos
Brasileiros



Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos

Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos

**AUTONOMIA DO FAZER:
CRÍTICA SOBRE A OBRIGATORIEDADE
DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA
PARA O ACESSO AO TRABALHO
EM ARQUITETURA NO BRASIL**

1ª edição

CADERNOS DO IEB
São Paulo
Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP
2022

DOI: 10.11606/9786599274428





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora Profa. Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda



INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Diretora Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal
Vice-diretora Profa. Dra. Flávia Camargo Toni

CADERNOS DO IEB

Título Autonomia do fazer: crítica sobre a
obrigatoriedade da formação universitária
para o acesso ao trabalho em arquitetura no Brasil

Autor Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos

Editor Marcos Antonio de Moraes

Editor-executivo Pedro B. de Meneses Bolle

Projeto gráfico Eduardo Junqueira e Karine Tressler

DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO

Chefe técnico de divisão Pedro B. de Meneses Bolle

DIFUSÃO CULTURAL

Supervisora técnica de serviço Maria Izilda Claro do Nascimento Fonseca Leitão

Diagramação Flavio Alves Machado

Preparação e revisão de textos Cleusa Conte Machado

Capa Flavio Alves Machado

CADERNOS DO IEB 15

AUTONOMIA DO FAZER: CRÍTICA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O ACESSO AO TRABALHO EM ARQUITETURA NO BRASIL



Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos

Copyright © 2022 by Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citadas a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

S237

Santos, Conrado Vivacqua Raymundo dos
Autonomia do fazer : crítica sobre a obrigatoriedade da formação universitária para o acesso ao trabalho em arquitetura no Brasil [livro eletrônico] / Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos -- São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros, 2022. 106 p. (Cadernos do IEB, ISSN 2525-5959 ; v. 15, 2022)

Bibliografia

ISBN: 978-65-992744-2-8

DOI: 10.11606/9786599274428

1. Caldas, José Zanine, 1919- 2001 2. Arquitetura – estudo e ensino 3. Ensino superior - Brasil I. Título. II. Série.

CDD 720.981

Bibliotecária responsável: Daniela Piantola (CRB-8/9171)

DIREITOS RESERVADOS AO

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP
Espaço Brasiliana
Avenida Professor Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária - CEP: 05508-115
São Paulo - SP, Brasil
Difusão Cultural: tel. (11) 3091-1149
difusieb@usp.br

SUMÁRIO

Cadernos do IEB	9
Prêmio Marta Rossetti Batista de Dissertações	10
Apresentação	13
Introdução – Um arquiteto sem diploma e as possibilidades de outra universidade no Brasil – que já existe	17
Todo poder ao diploma: processos de expropriação das culturas e saberes construtivos	20
Ecologia como defesa do mundo vivido	22
Zanine é a utopia: uma outra universidade que já existe!	25
Parte I – Quem pode ser arquiteta ou arquiteto no Brasil? Anotações sobre poder e privilégios na relação entre ensino e trabalho das profissões relacionadas às atividades da arquitetura e construção civil no Brasil	29
Institucionalização do ensino em duas margens: origens do sistema de desigualdades para uma nova ordem do trabalho	31
O monopólio da prática profissional em arquitetura pelo diploma de ensino superior e pelos conhecimentos técnico-científicos	39
O discurso ideológico da competência técnico-científica de conhecimentos da construção civil para a manutenção de privilégios na hierarquia da divisão do trabalho	47
Parte II – Possibilidades de encontro entre o pensamento de André Gorz e Ivan Illich para uma crítica da divisão do trabalho na arquitetura: rascunho de uma discussão pela autonomia do fazer	54

Parte III – Zanine Caldas - sobre fazer-se arquiteto	65
Do homem de fazimentos ao arquiteto dedicado ao fazer	67
O destaque de Zanine	72
O controverso “caso Zanine” nas páginas da revista <i>Projeto</i> : cartas à redação	75
O papel da revista <i>Projeto</i> no escasso cenário de debates da arquitetura brasileira após 1964: continuação da repercussão sobre Zanine	79
A defesa de Lúcio Costa ao caso Zanine como uma excepcionalidade	82
Zanine Caldas na bibliografia arquitetônica brasileira pós-Brasília: primeiras repercussões	84
A profissão como questão: repercussões dos temas da sociologia das profissões para a arquitetura brasileira	87
Desdobramentos da recepção da obra de Zanine na bibliografia da arquitetura brasileira pós-Brasília (1980-2000)	88
<i>Zanine – sentir e fazer</i> : primeira publicação específica sobre Zanine	92
A posição de Zanine em artigo para o <i>Jornal do Brasil</i>	95
Ainda é preciso <i>Ver Zanine</i>	97
Sobre o autor	99
Referências	100

CADERNOS DO IEB

Série editorial concebida em 1997 pelo prof. dr. Murillo Marx, na época diretor do Instituto de Estudos Brasileiros, para a divulgação de “Cursos & conferências” e de “Instrumentos de pesquisa” produzidos em âmbito institucional, os *Cadernos do IEB*, a partir de 2015, ampliaram o seu raio de abrangência, difundindo também estudos monográficos e documentação inédita resultante de investigações. Nesse mesmo ano, na sequência do sexto número, a coleção passou a integrar, no formato *on-line*, o Portal de Livros Abertos da USP, obtendo expressiva visibilidade, considerando-se o número de acessos verificados.

A substancial matéria estampada nos *Cadernos do IEB*, em sintonia com a perspectiva científica inter, multi e transdisciplinar do espaço acadêmico de integração idealizado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, exhibe a assinatura de docentes e técnicos do IEB, como também de especialistas das demais unidades da USP e de outras universidades. Tendo em vista as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em “Culturas e identidades brasileiras” e as indagações teórico-metodológicas propostas pelo LabIEB – Laboratório Interdisciplinar do IEB, os livros da coleção tencionam colocar em pauta, em perspectiva crítica, aspectos da complexa realidade do Brasil, dos tempos coloniais à atualidade, na sua abrangente geografia e em seus vínculos, para além de suas fronteiras. Cultura erudita e popular, história, ciências sociais, economia, educação, artes visuais e música, literatura, educação, em complexas conexões, instigam debates e desdobramentos reflexivos, inclusive almejando diálogos com as ciências da natureza.

Os estudos, inventários e textos de fonte primária inéditos propostos aos *Cadernos do IEB* para publicação escudam-se, no processo avaliativo previsto, em pareceres de mérito da Câmara Científica (CaC) da instituição, colegiado que congrega docentes de diversas áreas do conhecimento nas ciências humanas, literatura e nas artes. Os *Cadernos do IEB*, assim como a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB)*, afirmam-se como importantes instrumentos de propagação de saber produzido nas universidades.

Marcos Antonio de Moraes
Editor

PRÊMIO MARTA ROSSETTI BATISTA DE DISSERTAÇÕES

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo concedeu em 2021 o Prêmio Marta Rossetti Batista de Dissertações a trabalhos acadêmicos em *Estudos Brasileiros* desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras entre 1º de abril de 2018 e 30 de abril de 2021, inscritos de acordo com o Edital IEB-USP 005/2020, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 17 de junho de 2020.

O Prêmio de Dissertações do IEB homenageia Marta Rossetti Batista (6/6/1940 – 31/5/2007), após 15 anos do seu falecimento. Importante professora e pesquisadora brasileira, ao longo de sua vida contribuiu muito para os estudos da arquitetura, museologia, estética e da história da arte brasileiras, para o desenvolvimento científico e cultural de nosso país. Atuou como diretora da Instituição entre 1994 e 1998. Em sua vasta produção bibliográfica, entre os livros, constam *Coleção Mário de Andrade: religião e magia, música e dança, cotidiano* (2004), *Anita Malfatti no tempo e no espaço* (2006, Prêmio Jabuti) e *Os artistas brasileiros na Escola de Paris: anos 1920* (2012).

A Comissão de Seleção do prêmio, reunindo as professoras Dulcília Helena Schroeder Buitoni, Luciana Suarez Galvão e Walnice Nogueira Galvão, em deliberação no dia 28 de julho de 2021, concedeu o Prêmio Marta Rossetti Batista de Dissertações a Filipe Amado e a Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos, ambos orientados pelo professor Jaime Tadeu Oliva, respectivamente primeiro e segundo lugares. Também foi conferida menção honrosa à dissertação *Humilhados e ofendidos: os Carés em O tempo e o vento, de Erico Verissimo* (2018), de Elisiane da Silva Quevedo, orientada pelo professor Marcos Antonio de Moraes.

Reconhecendo a relevância das dissertações premiadas, o Instituto de Estudos Brasileiros publica, nesta edição dos *Cadernos do IEB*, o trabalho de Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos, *Autonomia do fazer: crítica sobre a obrigatoriedade da formação universitária para o acesso ao trabalho em arquitetura no Brasil*, que foi defendido em 2018.

De acordo com Jaime Tadeu Oliva, a dissertação de Conrado Vivacqua Raymundo dos Santos tem as virtudes da originalidade e do destemor crítico, afinal, ele, como um pesquisador universitário, institucionalizado num programa de pós-graduação, fez em seu mestrado uma crítica à arrogância universitária que

comumente esgrime seu corporativismo e seu “metodologismo opressor” contra os saberes e as práticas que se desenvolvem em outros âmbitos, que se desenvolvem no mundo da vida. Especialmente se esses saberes são concorrentes. Duas inspirações moveram a pesquisa e as interpretações de Conrado: 1) a figura de José Zanine Caldas, mestre de muitas habilidades e arquiteto “autodidata”; 2) uma controvérsia feroz surgida quando uma revista canônica na área de arquitetura designou Zanine Caldas como arquiteto, o que na verdade soou como um reconhecimento, despertando a ira corporativista. É a partir dessas inspirações que se desenvolve a crítica do autor, com reflexões de cunho pedagógico e outras que caminham nas dimensões da sociologia das áreas profissionais, questionando sempre a segregação e a diminuição de alguns saberes. Pode-se afirmar que o estimulante neste trabalho se encontra na coragem argumentativa desse jovem pesquisador.

Em memória de Ecléa Bosi.

*Ao menino que virou meu pai, que fazia brinquedos de lata
e aviõezinhos de papel pelos subúrbios de Cascadura.*

*E a sua mãe, minha avó, que teve parte da sua
infância perdida pelo trabalho fabril.*

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultado de pesquisa iniciada em 2015 e que, inserida no programa de mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), encontra continuidade com a iniciação científica e com o trabalho final de graduação *Para Zanine que a fez: residência e ateliê de Sérgio Camargo em Jacarepaguá* defendidos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP) em meados de 2013.

Naquele momento de conclusão de curso, a proximidade com o encerramento de ciclo formativo fazia emergir a reflexão sobre o significado de realmente concluir a formação em uma trajetória de graduação e de diplomar-me como arquiteto, trazendo para perto a figura de Zanine Caldas, arquiteto relacionado ao autodidatismo e com pouca ou nula aparição no conteúdo do currículo obrigatório dos cursos de arquitetura e urbanismo, como provocação sobre outras subjetividades possíveis a serem investigadas, mais abrangentes e múltiplas do que aquelas representadas nos arquétipos profissionais convencionalmente estabelecidos.

Concluídos os trabalhos sobre a pequena casa e os ateliês concebidos por Zanine para a moradia do escultor Sérgio Camargo, no Rio de Janeiro, e encerrado definitivamente o ciclo da graduação, porém, ainda seguia persistindo a pergunta: por que o diploma e os anos de faculdade autorizavam qualquer sujeito a ser arquiteto, inclusive a mim, e o arquiteto de admiração, aquele sem percurso escolar e sem frequência às cadeiras universitárias, não poderia ter o mesmo direito – como alguns colocavam em dúvida?

Assim, construindo uma nova etapa de trabalho, quando esta pesquisa ainda se apresentava como projeto, seguiu-se para foco de investigação em campo ampliado, deixando as análises do trabalho final de graduação e da iniciação científica para trás a fim de buscar questões mais amplas relacionadas à recepção de Zanine Caldas no meio profissional da arquitetura no Brasil, como a sua aparição na principal fonte bibliográfica sobre a produção arquitetônica pós-Brasília, a partir de 1960, na qual sua obra se insere, e as possibilidades de reflexão crítica que sua presença impunha aos conhecimentos institucionalizados, aspecto marcante na trajetória de vida de um profissional atuante e não diplomado pelo ensino dito como superior.

Com isso, parecia também oportuno sonhar com a proposição por outras formas de pensar a universidade, menos comprometidas com os interesses que envolvem o poder de autorizar a prática profissional e reproduzir privilégios relacionados ao diploma universitário, pois, ao apontar para outras variantes de caminhos a serem seguidos, Zanine já era em si a possibilidade de outra universidade mais livre em suas práticas.

Afinal, Zanine havia antagonizado o projeto que atravessa o século XX de sistematização do ensino de arquitetura no Brasil, em que a autorização para a prática

profissional passa a seguir legislação excludente para quem não se forma em cursos de nível superior, tendo por isso sua figura relacionada aos embates com o sistema profissional e entidades correlacionadas, como órgãos de fiscalização do trabalho, que se orientam em uma estrutura de legitimação da prática da arquitetura baseada exclusivamente no exercício organizado através de reserva legal e monopolizada do mercado dos cargos de chefia nas atividades da construção civil aos diplomados.

Partindo disso e com projeto já aceito e inserido no programa de mestrado, nos três anos decorrentes de pesquisa, entre 2015 e 2018, e de conversas, leituras, encontros e descobertas, até a apresentação final deste trabalho, em que o mundo vivido seguiu também atravessando todas as etapas de investigação, parte das inquietações iniciais presentes no projeto de pesquisa foram sendo transformadas pelas muitas presenças de pessoas e acontecimentos imprescindíveis para a sua formulação.

As disciplinas Arte e Sociedade no Brasil (Séculos XIX e Início do XX), da professora Ana Paula Simioni, e Estudos Brasileiros: Projetos e Metodologias, do professor Paulo Lumatti, ministradas no IEB, A Memória das Testemunhas, da professora Ecléa Bosi, no Instituto de Psicologia (IP/USP), e Paulo Freire e os Desafios Atuais da Educação Brasileira, da professora Lisete Arelaro, e Estado, Democracia e Educação Pública, da professora Sonia Kruppa, na Faculdade de Educação (FE/USP), cursadas nesse período, foram, sem dúvida, mobilizadoras de transformações visíveis na pesquisa.

A partir delas ampliou-se a bibliografia de pesquisa e foi possível caminhar para um recorte mais comprometido com a investigação interdisciplinar – um dos principais motivos que norteavam a inserção deste trabalho no IEB, instituição que se propõe a extravasar os limites disciplinares como princípio –, acrescentando abordagens que se apoiam na sociologia da educação e do trabalho, passando por referências de história das instituições brasileiras, e até em obras referenciais sobre trabalho, sociedade e educação no Brasil.

Com isso a pesquisa passou então a não mais se orientar estritamente pela figura de Zanine nem tampouco por capítulos sequenciais, mas por três partes distintas de investigação que expõem dimensões complementares das temáticas que se desejava investigar desde o projeto inicial, em campo ampliado, e que juntas permitem compor uma paisagem sobre essas questões, tal e qual um painel tríptico em que imagens distintas e autônomas se emolduram em estrutura única como objeto dialógico. Dessa forma, estabeleceram-se três seções:

- Parte I – Quem pode ser arquiteto(a) no Brasil? Anotações sobre poder e privilégios na relação entre ensino e trabalho das profissões relacionadas às atividades da construção civil e arquitetura no Brasil – nessa seção se intentou organizar um panorama sobre as tensões que envolvem a institucionalização do ensino de arquitetura no país e suas correlações com parcelas da sociedade brasileira que puderam estar representadas no campo de trabalho da arquitetura e do urbanismo enquanto outras permaneceram excluídas;
- Parte II – Possibilidades de encontro entre o pensamento de André Gorz e Ivan Illich para uma crítica da divisão do trabalho na arquitetura: rascunho de uma discussão pela autonomia do fazer – buscou-se iniciar debate através da aproximação

da produção teórica de dois importantes autores para a interpretação da relação entre trabalho, ecologia, educação e pensamento emancipado, destacando-se a produção deles durante os anos 1970, quando as questões que envolviam a prática de Zanine sem ser um diplomado ganhavam maior dimensão pública;

• Parte III – Zanine Caldas – sobre *fazer-se* arquiteto – momento da investigação em que foi possível analisar a recepção de Zanine no contexto da arquitetura brasileira entre os anos 1960 e 2000, período compreendido entre seu principal momento de produção até data próxima a sua morte, ocorrida em 2001.

Em conjunto com essas considerações, faz-se necessário ainda ressaltar que, durante os anos de trabalho desta pesquisa, outros acontecimentos interceptaram e transformaram a percepção sobre os objetivos de investigação a serem seguidos e, dessa maneira, reorganizaram a forma pela qual o texto dos resultados de pesquisa passou a ser desenvolvido, composto e apresentado aqui.

Em 2015, foi lançado o filme de intensa repercussão *Que horas ela volta?*, escrito e dirigido pela cineasta Anna Muylaert, abordando as diferenças de classe entre uma trabalhadora doméstica migrante e sua patroa sudestina e propondo a interrupção da normalidade do cotidiano dessas duas figuras arquetípicas da sociedade brasileira através do desejo da “filha da empregada” de fazer vestibular para o curso de arquitetura da Universidade de São Paulo, barreira vista como intransponível a partir do ponto de vista dos patrões¹.

Conectando vida e ficção, no ano seguinte, em 2016, a FAU/USP aprova, pela primeira vez desde a criação do vestibular unificado da USP – Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) –, criado em 1976, a reserva de vagas em seus cursos para candidatas e candidatos oriundos de ensino público secundário, com porcentagem reservada especialmente para autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), e o fim da prova de habilidades específicas (PHE), que vinha sendo questionada institucionalmente pelo Cursinho Popular de Linguagem Arquitetônica (CursinhoLA), um projeto de extensão universitária promovido em autogestão estudantil na FAU/USP, do qual fiz parte entre 2012 e 2016.

Em 2016, também, acontece o lançamento do filme *Zanine*, ser do arquitetar, do cineasta André Horta, revelando a vitalidade do tema pesquisado, ao mesmo tempo que também passava a ser desenvolvido, um ano após o nosso, o mestrado da colega Amanda Beatriz Palma de Carvalho na FAU/USP com o título *Projetar e construir com madeira: o legado de José Zanine Caldas*, defendido em 2018.

É também em 2016 que o país passa por um novo episódio de descontinuidade no seu processo democrático com manobra parlamentar que culminaria no impedimento do exercício de função de sua presidenta eleita e na transformação radical do eixo do projeto político que havia sido vencedor nas eleições de 2014, colocando em xeque as garantias do voto popular em pleitos presidenciais.

1 Sobre isso, é possível acessar na íntegra o debate público com a diretora do filme na FAU/USP, gravado em 14 de outubro de 2015 como parte do evento AUH Encontros, dessa faculdade.

Até o fechamento deste trabalho, apresentado em 2018, ano em que se completaram 50 anos do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que redimensionava a níveis brutais o autoritarismo do regime civil-industrial-militar organizado a partir do golpe de 1964, e em que também se comemoraram mundo afora os levantes libertários de 1968, seguia-se acreditando na possibilidade de eleições livres até o final do ano, que de fato foram realizadas em outubro de 2018 no Brasil.

Por fim, diante da escalada de autoritarismo, vale destacar a revitalização, proposta pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), em 2018, da criminalização do exercício fora da legislação da profissão de arquiteto e urbanista, antes incluída no artigo 47 da Lei de Contravenções Penais, que prevê multa e prisão simples, de até três meses, passando para condenações que podem chegar a até dois anos e multas mais rigorosas com a tramitação do Projeto de Lei 6.699, que inclui como crime de saúde pública o exercício ilegal das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia e que tem andamento no Congresso Nacional desde 2002.

A criminalização e a punição exacerbada proposta, acompanhadas de pesquisa realizada pelo CAU/BR em 2015 com o intuito de fazer um amplo diagnóstico relacionado à percepção da população brasileira sobre os profissionais da arquitetura e do urbanismo, em que se concluiu que mais de 80% dos brasileiros constroem sem a presença desses profissionais, demonstram que motivos como a preocupação diante de possíveis riscos ou ameaças à vida da população geradas pela atuação de profissionais não legalizados, como se coloca a princípio neste debate, podem encobrir disputas mesquinhas por espaço absoluto no mercado de trabalho apenas aos diplomados.

A liberdade de Zanine, presente em seu percurso à margem dos sistemas organizados, como se buscará apresentar com mais detalhes neste trabalho, segue sendo urgente e necessária para a construção de comunidades mais democráticas e projetos políticos comprometidos com os propósitos de justiça social e cultura de paz, incluindo nisso, sem dúvida, a nossa universidade pública.

INTRODUÇÃO

UM ARQUITETO SEM DIPLOMA E AS POSSIBILIDADES DE OUTRA UNIVERSIDADE NO BRASIL – QUE JÁ EXISTE

A extinção de cada sociedade marginal e de cada diferença étnica e cultural significa a extinção de uma possibilidade de sobrevivência da espécie inteira. Com cada sociedade que desaparece, destruída ou devorada pela civilização industrial, desaparece uma possibilidade do homem – não só de um passado e um presente, mas um futuro.
(Octavio Paz, 1993 apud POMPERMAIER, 2017).

Ao investigar os caminhos que a universidade pública do século XXI deve atravessar, Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 41), professor português e ativo proponente de estudos pós-coloniais², localiza o conhecimento universitário produzido no último período como “predominantemente disciplinar cuja autonomia impõe um processo de produção relativamente descontextualizado em

2 Sobre isso, ver mais em: Santos; Meneses (2009). O pensamento de Boaventura de Sousa Santos aparece articulado às questões sobre a pretensão de universalidade da ciência moderna, que, através de intervenções políticas, econômicas e militares inseridas no contexto do colonialismo, suprimiu outras práticas sociais de conhecimentos que não interessassem ao projeto colonial. Como proposição crítica, reivindica a ideia de novas epistemologias, partindo do Sul político, em que seja possível um diálogo e uma inter-relação entre saberes.

relação às premências do cotidiano das sociedades”, o que tem posicionando tal forma de produção de conhecimentos na centralidade da crítica social³.

Parte dessa crítica entende que o conhecimento sistematizado através do ensino que se formata na estrutura universitária e, por aproximação, na estrutura escolar, organizado, entre outras características, de forma linear e progressiva, fechado em módulos e salas de aula, ao se realizar apartado dos princípios de aprendizagem do mundo vivido e dos saberes nele presentes, que podem ser adquiridos nas mais diversas etapas da vida, tende a se afastar também da apreensão direta de todas e todos e por isso se reverte em poder e privilégios para os poucos que o dominem.

Tal descolamento entre o conhecimento sistematizado e a experiência de mundo da vida, portanto, aponta para uma dimensão das crises em que se expõe a universidade como é hoje, perdendo legitimidade diante de grande parte da sociedade tanto mais se afasta de seus interesses e vínculos participativos, o que, irá argumentar Boaventura, demanda com emergência movimentos de reformas institucionais baseados na sua radical democratização e de maior compromisso com processos de engajamento e emancipação dos sujeitos e coletividades.

É a favor deles que se pretende caminhar aqui.

Como provocação e em exercício de imaginação de outras possibilidades e modelos radicalmente democráticos, dando protagonismo a grupos e saberes socialmente excluídos, o professor português oferece o entendimento sobre o conhecimento pluriversitário, que, ao avesso do conhecimento universitário, se organiza como:

[...] conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. (SANTOS, 2004, p. 42).

Há a aposta, assim, de que a relação unilateral entre a universidade e a sociedade converta-se nesse outro arranjo institucional baseado no princípio de contínua participação social, já que o “conhecimento pluriversitário substitui a unilateralidade pela interatividade” (SANTOS, 2004, p. 44).

No exemplo de Boaventura, tensões entre os conhecimentos do modelo universitário e o desejo por outro arranjo de caráter pluriversitário têm se manifestado de forma mais evidente em países pluriétnicos e multinacionais em que a inclusão de grupos minoritários no sistema universitário expõe a exclusão de suas formas de organização próprias, pois tais grupos “confrontam-se com a tábua rasa que é feita de suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários” (SANTOS, 2004, p. 44).

3 Não interessa aqui endossar a crítica que propõe a mercantilização dos conhecimentos universitários, tornando-os bens privados e de consumo, mas, ao contrário, aquela crítica que busca por maior democratização e partilha desses conhecimentos, como instiga Boaventura, para que se contraponha ao modelo de expansão do capital transnacional em torno das instituições educacionais e se mova para a defesa da educação como bem comum e incorporável aos modelos de consumo.

Com isso, pode-se pensar que já há em desenvolvimento o embrião dessa outra forma de instituição educacional possível, fruto da interatividade entre as diferentes contribuições e, evidentemente, das tensões que se expressam dentro do convívio de diferentes grupos na universidade como é hoje e também a partir de fora dela, em questionamento e fricção constantes⁴.

No caso brasileiro, mesmo que se reconheça uma unidade nacional, há de se considerar também que a formação deste Estado-nação e seu povo, que se originam pela tomada e colonização de territórios ocupados por diferentes populações nativas do continente americano, submetidas ou massacradas, e pela imigração sistemática de distintos povos através dos séculos, entre eles aqueles relacionados à diáspora dos povos do continente africano, de imigração forçada para alimentar a estrutura do projeto escravagista, se baseia no choque entre a multiplicidade de culturas que se correlacionam no que se convencionou chamar de Brasil.

Assim, como aponta Darcy Ribeiro (2006, p. 20), um dos principais intérpretes da formação do povo brasileiro:

Esta unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista. Inclusive de movimentos sociais que aspiravam fundamentalmente edificar uma sociedade mais aberta e solidária.

Nesse sentido, é possível pensar que o sistema universitário brasileiro, como projeto homogeneizador e de unidade nacional, como irá se detalhar mais à frente, também se manifesta na tensão pela qual se reivindica uma estrutura de ensino ancorada em conhecimentos de caráter pluriversitário, para usar o termo de Boaventura, pois essa estrutura se coloca como fator de exclusão de diversos grupos no conjunto social do país ao impor um conhecimento hegemônico apoiado pelo Estado, que não proporciona protagonismo às múltiplas contribuições que compõem a variedade de culturas que se fizeram e ainda se fazem presentes nas histórias de formação de um povo brasileiro.

Tal procedimento, relacionado à sistematização da transmissão de conhecimentos em redes de ensino e vinculado à escolarização em maior escala, ocorrido no processo de formação de estados nacionais diversos, diz respeito a projetos que elites locais empreenderam “de desenvolvimento ou de modernização nacionais, protagonizados pelo Estado, que visavam criar ou aprofundar a coerência e coesão do país enquanto espaço econômico, social e cultural, território geopoliticamente definido”

4. Outros debates estão sendo travados nessa mesma direção por pesquisadores de diferentes áreas. É o caso, por exemplo, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 303), que vem debatendo as relações entre saberes tradicionais e científicos: Diz ela que: “Não há dúvida, no entanto, que o conhecimento científico é hegemônico. [...] Se estamos de acordo em que saberes tradicionais e científicos são diferentes, o passo seguinte é perguntar sobre as pontes entre eles”. Sobre isso, conclui que, “se não soubermos construir novas instituições e relações equitativas com as populações tradicionais e seus saberes, estaremos desprezando uma oportunidade única” (CUNHA, 2009, p. 301).

(SANTOS, 2004, p. 46), excluindo assim, e por vezes eliminando por completo, outras formas de transmissão de saberes e seus grupos e culturas relacionados.

Esse projeto, que atinge com abrangência diversos aspectos, irá também, como se pretende debater aqui de forma mais específica, compor o processo que se relaciona com as culturas construtivas e os saberes a elas referenciados, em que as possibilidades de manifestações relativas ao construir serão substituídas pela organização de redes de ensino para a constituição de um mercado de profissionais relacionados aos diversos cargos presentes nas atividades da construção civil, entre eles os das profissões que envolvem a arquitetura.

TODO PODER AO DIPLOMA: PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO DAS CULTURAS E SABERES CONSTRUTIVOS

Entre as diversas culturas presentes no território brasileiro, ditas dessa maneira, propositadamente, no plural⁵, sabe-se que muitas delas constituem suas manifestações próprias relativas a modos de construir, em que se erguem habitações, templos, estruturas de armazenagem de alimentos e toda sorte de outras construções que têm suas formas de transmissão de saberes construtivos correlacionados, muitas vezes de caráter milenar, frutos do acúmulo de conhecimentos de muitas gerações.

Das malocas do povo *kuikuro xinguno*, passando pelas casas de taipa de mão ou pau-a-pique das populações rurais e pelo uso da madeira talhada das povoações europeias imigrantes que chegaram ao Brasil, para só mencionar algumas contribuições que são parte do que se aloja em um termo único e homogêneo como vernáculo, ou seja, aquelas manifestações que são próprias e tradicionais de um território, sem mesclas, forma-se um conjunto de práticas e saberes construtivos que passaram a conviver em um mesmo território, dispondo às vezes, inclusive, de cruzamentos permanentes⁶.

A desestabilização desse quadro para a organização de um sistema de ensino único, que põe em xeque de forma conjunta a sustentação dessas culturas tradicionais, tem origem, no caso brasileiro, na travessia de todo o processo de colonização europeu, que é evidentemente marcado pelo confronto com outras possibilidades de transmissão de saberes que não aquelas vinculadas à metrópole colonial, mas apenas tomará maior escala e coesão com a transição para uma sociedade industrial,

5 O debate semântico entre Cultura e Culturas, do singular ao plural, é objeto de interesse de diversos autores, entre eles Alfredo Bosi (1992, p. 308): "Estamos acostumados a falar em cultura brasileira, assim, no singular, como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. Mas é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes. [...] e na medida em que há frações no interior do grupo, a cultura tende também a rachar-se, a criar tensões, a perder a sua primitiva fisionomia, que, ao menos para nós, parecia homogênea".

6 O pau-a-pique é um desses exemplos em que há contribuição de modos de construir de grupos europeus, ameríndios e africanos (WEIMER, 2012).

na virada dos séculos XIX e XX, organizada pelo projeto das elites republicanas de formação de um aparato estatal e nacional aliado a um viés modernizador, como já comentado na análise de Boaventura de Sousa.

A modernização proposta pelas elites republicanas decorre do movimento de inserção do Brasil entre as economias industriais e capitalistas, sendo o sistema de ensino parte estrutural do alinhamento com esse modelo econômico, em que pese a participação do sistema de ensino na estruturação social e na divisão de classes a partir de um ensino dual (MORAES, 2003), como se debaterá mais à frente, se inserindo a necessidade tardia⁷ de constituição das primeiras universidades do país.

Trata-se de processo histórico, portanto, que envolve a perda de legitimidade dessas culturas e formas de transmissão de saberes, fruto da perda do próprio direito de reafirmação e existência desses povos diversos, quando não de etnocídio completo, para que se insiram no modelo único capitalista e com ele se promova um sistema homogêneo de transmissão de conhecimentos baseado na estrutura escolar.

Expropriação que Hannah Arendt (2005, p. 267-268) aponta em seu *A condição humana* como origem do acúmulo de riquezas que dará condições ao surgimento das economias capitalistas, em “que certos grupos foram despojados de seu lugar no mundo e expostos, de mãos vazias, às conjunturas da vida” para servirem de força de trabalho, modelo econômico apenas possível “se o mundo e a própria mundanidade do homem forem sacrificados”.

O sistema de ensino e, posteriormente, as universidades originam-se, assim, no país na expropriação dessas culturas, ou seja, da perda de legitimidade e possibilidade de que organizem e protagonizem seus próprios saberes, o que atingirá também a cultura do construir vinculada ao mundo da vida desses povos tradicionais, em oposição ao modelo capitalista e industrial organizado no sistema escolar, padronizado e rígido.

Nesse modelo único e sistematizado, todo o poder sobre os conhecimentos passa a estar concentrado no diploma universitário: símbolo que permite identificar aqueles que passaram pelo sistema. Ao mesmo tempo, conseqüentemente, desvalorizam-se os que não possuem as certificações dessa estrutura sistematizada, produzindo assim uma dualidade que se pretende expor com mais detalhes na Parte I deste trabalho, especificamente no que diz respeito às atividades da construção civil. Dualidade essa que assegura a divisão capitalista do trabalho, separando-o entre trabalho manual e intelectual, que serão desdobramentos da inserção no sistema de ensino e, conseqüentemente, da hierarquia de competências forjada na própria estrutura de aquisição de conhecimentos sistematizados, promovendo a divisão de classes que é marcada nesse novo modelo de produção que passa a vigorar com apoio estatal.

Nele, como se sabe, privilegia-se com prestígio, menores riscos durante o trabalho e maior remuneração salarial a porção dessa divisão em que se realiza o trabalho intelectual, reconhecido pelo diploma universitário, enquanto o trabalho manual é desvalorizado em suas práticas e formas de construção de conhecimento,

⁷ Esse assunto está desenvolvido com maior aprofundamento em: Cunha (2007).

exatamente a porção do trabalho em que há intensa relação com as experiências do mundo da vida, aquele que é fruto da experimentação e da prática cotidianas.

Tendo em vista isso, torna-se necessário retornar às narrativas que organizaram o sistema, encontrar-se com seus círculos de disputas e interesses e com as coalizões de forças que se realizaram e reconhecer os agentes envolvidos na sua formulação para que se possa articular qualquer reforma institucional ou ao menos ir além da sustentação do sistema como é dado através de argumentos de ordem corporativa ou de retenção de mercado de trabalho, possibilitando então outras formas de pensar a instituição universitária.

Sendo assim, vale aqui então a provocação que se tentará atravessar na Parte I deste trabalho através das seguintes e breves anotações: sabendo-se que as profissões que envolvem o trabalho com a arquitetura baseiam-se em grande medida na relação entre os profissionais de projeto em separado daqueles da obra, espelhando a divisão entre trabalho intelectual e manual, de que através das seguintes e breves anotações maneira se organizou a estrutura que sistematizou o ensino de arquitetura no país e suas relações de privilégios? A partir disso e ampliando ainda mais a questão, quem pode e quem não pode, ao longo da história do país, colocar-se como arquiteta ou arquiteto, entendendo se tratar de uma profissão de prestígio dentro da hierarquia de trabalho da construção civil, de recente criação, com menos de cem anos da sua legalização profissional, em que há o monopólio da prática profissional aos diplomados pela universidade?

ECOLOGIA COMO DEFESA DO MUNDO VIVIDO

Em contraponto crítico à sistematização do ensino como foi realizada pelas elites nacionais em muitos países e pela oligarquia republicana no Brasil, no início do século XX, que, como se debateu até agora, orientou-se para uma estrutura de reprodução da divisão de classes a partir da inserção em estrutura escolar dual, ou seja, diferentes inserções escolares, de acordo com a hierarquia de ocupações na prática do trabalho, se reconhece a posição concorrente de práticas pedagógicas dissonantes ao discurso hegemônico, entre elas aquelas de cunho antiautoritário.

Nelas se faz presente, com significativa repercussão, o conceito de educação integral, cunhado principalmente a partir do pensamento do pedagogo libertário Paul Robin (1837-1921), que, em oposição à sistematização educacional que se afastava do mundo da vida e suas práticas, aproximava educação e práticas de trabalho, em que pese o trabalho ser “visto como o principal princípio educativo e a produção social, como a própria vida do homem. Assim, uma educação ligada à vida deveria, necessariamente, levar em conta a atividade produtiva do homem” (MORAES; CALSAVARA; MARTINS, 2012, p. 999).

A educação integral, de forte referência anarquista, em que se reforça sua posição antagonista ao projeto nacional proposto por elites dos mais diversos países, coloca-se como alternativa a uma visão de mundo que separa o pensamento intelectual do manual, divisão essa que se traduz na divisão capitalista do trabalho e na hierarquia de

comando e de classes, e também na separação já exposta entre o sistema de aprendizagens e o mundo vivido⁸.

Derivam desses pensadores e pensadoras libertários, principalmente a partir dos anos 1960, novas formas de defesa da integralidade dos sujeitos diante de processos de expropriação que impunham à humanidade a perda da sua autonomia diante da força de imposição dos sistemas que se organizaram junto à inserção do modelo de economia capitalista, que atingiria, como se comentou, os processos de transmissão de conhecimento e as formas de construir enraizadas em diversas culturas.

É nesse período que se organiza o que se convencionou chamar como ecologia política, movimento de crítica que teve André Gorz, figura que se destacará com mais detalhes no desenrolar deste trabalho, como um de seus principais porta-vozes. Segundo ele:

O movimento ecológico nasceu bem antes que a deterioração do meio e da qualidade de vida pusesse uma questão de sobrevivência à humanidade. Ele nasceu originalmente de um protesto espontâneo contra a destruição da *cultura do cotidiano* pelos aparelhos de poder econômico e administrativo. (GORZ, 2010, p. 30).

Ou seja, trata-se exatamente da defesa do elo que para Boaventura é cerne da crítica social por que passa a universidade hoje – de um ponto de vista progressista, evidentemente –, entendendo que a respeito de cultura do cotidiano se pressupõe, como seguirá reafirmando Gorz (2010, p. 30), “o conjunto dos saberes intuitivos, dos *savoir-faire* vernaculares (no sentido que Ivan Illich dá ao termo), dos hábitos, das normas e das condutas usuais, graças aos quais os indivíduos podem interpretar, compreender e assumir sua inserção no mundo que os cerca”.

Sendo assim, em que pese a fratura sobre a transmissão de saberes como parte central dessa discussão, trata-se de entender que a “defesa da natureza” deve então ser compreendida originalmente como defesa de um *mundo vivido*” (GORZ, 2007, p. 31) em oposição ao movimento de expropriação e retirada da mundanidade de mulheres e homens, questão explorada nos trabalhos de Gorz, e de aproximação com a pedagogia libertária, temas que terão também outros importantes intérpretes, como Ivan Illich.

Tanto Gorz quanto Illich fomentaram parte da tecnocrítica que baseava o pensamento da ecologia política como crítica ao capitalismo e suas tecnologias, vinculando a dimensão da devastação da Terra e da vida como resultado das formas de produção capitalistas, pois colocam como foco de importância o papel da relação da humanidade com as tecnologias e sua perda de autonomia a partir de processos tecnológicos alienantes e de retirada da participação e compreensão da humanidade em seus procedimentos. Nas palavras do próprio Gorz (2010, p. 33):

Os saberes especializados em função da exigência sistemática do todo social não contêm mais, tão complexos e aprofundados que são, recursos naturais suficientes para permitir

8 Sobre esse assunto, ver: Moraes; Calsavara; Martins (2012).

aos indivíduos orientarem-se no mundo, darem sentido ao que fazem ou compreenderem o sentido disso que os põe a viver juntamente. O sistema invade e marginaliza o mundo vivido, ou seja, o mundo acessível à compreensão intuitiva e à apreensão prático-sensorial. Ele subtrai aos indivíduos a possibilidade de ter um mundo, de tê-lo em comum. É contra as diferentes formas dessa expropriação que uma resistência progressivamente se organizou.

Trata-se, portanto, da colonização do mundo vivido pelos sistemas, como conceituará Habermas⁹, que aponta para uma desorientação realizada através de modos de produção em que se impõe processo de perda de autonomia individual e coletiva pela expropriação de saberes e culturas antagônicas ao desenvolvimento de economias capitalistas industriais e que são manifestos na criação de sistemas que retiram a dimensão e o controle do todo social, explorando bens essenciais e comuns, como o conhecimento, para, em sequência, os capitalizar.

Aproxima-se, assim, tal teorização com o movimento de ressignificação da estrutura universitária proposto por Boaventura, nutrido por conhecimentos pluriversitários, como ele defendeu, em que há a aproximação de vivências do cotidiano e a realização da partilha de conhecimentos para a:

[...] resistência à destruição da capacidade de dar conta de si; em outras palavras, da autonomia existencial dos indivíduos e dos grupos ou comunidades, que está na origem dos componentes específicos do movimento ecológico [...]. A motivação profunda é sempre a defesa do “mundo vivido” contra o reino dos *experts*, contra a quantificação e a avaliação monetária, contra a substituição da capacidade de autonomia e autodeterminação dos indivíduos pelas relações de venda, de clientela, de dependência. (GORZ, 2010, p. 33).

Seguindo esse entendimento e buscando conceituar o título *Autonomia do fazer*, que define este trabalho, se encaminhará na Parte II deste estudo o cruzamento entre duas das principais publicações de Gorz e Illich, ambas de 1973, em que se expõe recorte desses debates aqui descritos envolvendo especificamente os processos sobre culturas construtivas – tema esse não abordado como foco de investigação principal da obra de nenhum desses dois autores, mas que, selecionado e içado à luz, compõe um todo coeso sobre as suas percepções a respeito das temáticas específicas que atingem a arquitetura.

Afinal, foi a partir da organização de *Crítica da divisão do trabalho* (1973), por Gorz, e da sua leitura de *A convivencialidade* (1973), de Illich, que emergiu o projeto de construção de uma moradia para seu uso próprio sem a intervenção de qualquer profissional da arquitetura, como se verá com mais detalhes, demonstrando o exercício de levar à prática a dimensão teórica que se expunha naqueles textos, ou seja, atingir através do fazer a vivência com autonomia nos processos construtivos que

9 Ao enfrentar os temas da modernidade, o filósofo Jürgen Habermas localizou a progressiva sistematização do mundo da vida até chegar ao ponto de haver uma autonomização dos sistemas em relação ao vivido, instituindo-se o que ele conceituará como colonização do mundo da vida pelos sistemas. Sobre isso ver: Habermas (1988).

se debatiam nas suas produções de cunho mais acadêmico, afastando-se assim dos lugares de poder legitimados pela ação dos especialistas profissionais.

Espera-se dessa maneira compor o esboço de uma discussão que possa continuamente ser ampliada entre teoria e prática, assim como sobre educação integral e divisão do trabalho, e que permita tanto estabelecer uma posição crítica sobre como o ensino de arquitetura foi sistematizado na relação com o acesso ao trabalho como também abrir espaços para novas possibilidades e argumentos de maneiras de pensar a relação entre conhecimento e trabalho nesse campo de atividades fundamental da vida da humanidade em que se insere o construir e o habitar.

ZANINE É A UTOPIA: UMA OUTRA UNIVERSIDADE QUE JÁ EXISTE!

É também no início da década de 1970, em sintonia com as discussões de Gorz e Illich, que começa a se apresentar com maior tensão e dimensão pública o caso do arquiteto sem diploma José Zanine Caldas, estabelecendo-se com maior intensidade o debate sobre o sentido da formação universitária, a validade de seus certificados e o respectivo monopólio desse dispositivo para o acesso ao mercado de trabalho em arquitetura no Brasil.

Enquanto Gorz e Illich debatiam e buscavam praticar sua teoria sobre a autonomia dentro dos processos construtivos através de uma ligação com os saberes dispostos no mundo vivido e sem intervenção profissional, Zanine fazia sua arquitetura tendo se formado às margens do sistema de ensino – o que lhe trouxe a alcunha de autodidata – e construindo uma trajetória de trabalho e vida voltada para a valorização dos saberes tradicionais e radicada em uma postura política de cunho ecológico organizada pela experiência com o trabalho manual¹⁰.

Reconhecido como precursor e uma das principais figuras na defesa do meio ambiente para a arquitetura mundial¹¹, o brasileiro José Zanine Caldas constituiu um obra de relevância para o pensamento ecológico que ultrapassaria a utilização de materiais vinculados à floresta ou ao reuso de construções demolidas em suas obras e a prática de princípios menos radicados em processos industriais, como ficou mais conhecido.

Isso porque, tomando a visão de André Gorz descrita acima sobre as origens do movimento ecológico, Zanine nutriu seu trabalho a partir de experiências vinculadas

10 Com se verá mais adiante, ao se abordar parte da biografia de Zanine, houve uma inflexão em sua trajetória de vida em que passa de um dos principais idealizadores da pré-fabricação de móveis no país ao profissional vinculado aos usos de materiais ecológicos através dois quais denunciaria o descaso com as florestas tropicais utilizando-se da sua atuação como arquiteto e designer.

11 Dominique Gauzin-Müller (2002), crítica de arquitetura francesa especializada em temas da ecologia, autora do livro *Arquitetura ecológica e responsável* pela curadoria da exposição *Morada ecológica*, que esteve em cartaz na Cité de l'Architecture & du Patrimoine, em Paris, e no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, posiciona Zanine Caldas entre os precursores da questão ecológica mundialmente, ao lado de figuras como o finlandês Alvar Aalto e do australiano Glenn Murcutt.

à defesa do mundo vivido, retomando as vivências com as populações tradicionais com quem viveu na infância e juventude, trazendo consigo as experiências construídas pelo cotidiano de trabalho em maqueterias e obras, em que esteve envolvido, e não tendo obtido uma formação baseada estritamente no ensino universitário – com o qual manteve postura crítica e inserções e pontes de vínculo e comunicação permanentes¹².

Compreendido pelo meio arquitetônico e pela principal referência bibliográfica sobre ele como um autodidata (SILVA, 1991), ou seja, alguém que se instrui por si mesmo e de maneira isolada, Zanine, porém, parece ter realizado sua vida profissional sempre em processo de aprendizado com o outro, fosse em comunicação com o universo acadêmico ou nas relações com o mercado de trabalho, fosse na vivência com povos e culturas diversas, com quem buscara contato permanente.

O que leva à hipótese de que, para parte dos representantes do mundo realizado dentro dos sistemas de ensino, pela própria estrutura autocentrada e desligada de outras conexões, como se propõe o conhecimento universitário, e como já havia descrito Boaventura de Sousa, tudo o que se realiza fora dessa institucionalidade parece apenas poder ser compreendido na forma da autoaprendizagem ou ainda como expressão de algo exógeno, extraordinário e com explicação sobrenatural – na ordem do dom e da mágica.

Assim sendo, ora visto como fraude, ora como gênio, Zanine terá uma recepção no meio arquitetônico acadêmico ambivalente, como se buscará apresentar com mais detalhes neste trabalho, trazendo tensões e expondo fraturas aos padrões do sistema uniforme de formação de profissionais da arquitetura ao revelar outras possibilidades de formação e ascensão profissional que não aquelas até então estabelecidas como hegemônicas e baseadas apenas na estrutura universitária e seu currículo de formação.

Essa questão geraria debates intensos em diversas plataformas de discussão do principal período de atuação profissional de Zanine, alcançando não apenas as mídias especializadas em arquitetura, como revistas de circulação nacional, mas também aquelas de interesse geral, como grandes jornais e seus cadernos de cultura, interessando para a Parte III deste trabalho analisar em recorte a principal fonte bibliográfica produzida a respeito de Zanine e as percepções sobre sua atuação profissional.

Em uma das mais contundentes inserções sobre o tema, após longo debate sobre a aparição de Zanine como um arquiteto não diplomado, que tomou as páginas de uma das principais publicações sobre arquitetura no Brasil, a revista *Projeto*, o professor Jorge Caron¹³, arquiteto de formação universitária, se posicionou em artigo de quase duas páginas sobre a maneira como Zanine é recebido pelos arquitetos nesse debate e possibilitou que a discussão em torno dele se deslocasse para uma reflexão sobre o funcionamento da universidade de uma forma geral.

12 Exemplo disso está nas experiências que teve na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade de Brasília (UnB), como será desenvolvido mais amplamente na seção final deste trabalho.

13 Sobre Jorge Caron, ver: Ruggiero (2007).

Com o título “Zanine e a utopia”, o artigo de Caron (1988, p. 17) deslocava a questão para que, entre outras leituras, se compreendesse que “Zanine não é um caso: é problema de um estado de coisas. Particularmente, no que se refere à educação e ao acesso ao trabalho”.

Enfrentar então a disputa em torno da aparição do arquiteto sem diploma, mas que faz arquitetura, como situa o professor Caron e que também é a posição que se endossa aqui, pode assim significar, além de um resgate da figura de Zanine, o encontro com a recente estrutura que subsidia e monopoliza o acesso ao trabalho em arquitetura no Brasil através do diploma universitário, estabelecida há menos de cem anos, como se verá, e as origens da institucionalização do ensino de arquitetura no país – temas esses abordados na Parte I deste trabalho.

Para Caron, naquele final dos anos 1980, a forma da legislação que organizava o ensino e o trabalho em arquitetura, instituindo a obrigatoriedade do diploma para a prática das profissões desse campo de conhecimentos, baseava-se em uma estratégia corporativista que buscava “retirar do conjunto da sociedade e entregar aos profissionais o direito de selecionar quem pode e não pode fazer determinada coisa” (CARON, 1988, p. 17), questão que se aproximava com os debates da tecnocracia e perda de autonomia em que se debruçaram Illich e Gorz, como já descrito.

Com isso, para ele, a universidade “reflete em si própria o corporativismo que lhe estabelece exigências mínimas. Um grande cartório cujos ‘certifico que’ começam a ser postos em dúvida pela própria corporação”, como no caso de Zanine, em que cabe à instituição de nível superior o certificado e “ao Conselho o número de registro, em relação apenas biunívoca”, reafirmando assim uma relação de poder destinada apenas a um grupo e seus valores e não partilhada por toda a sociedade ou membros mais diversos dela.

Propondo o avesso disso e respondendo àqueles que acreditam que, com o exercício livre, a universidade brasileira se debilitaria, Caron (1988, p. 17) convida a se fazer um “exercício de utopia” sobre outra universidade possível:

Imaginemos, a seguir, que essa universidade não mantém compromisso com grupos corporativos. Ela só certifica que fulano se interessou em conhecer, colaborou ou realizou tal ou qual investigação. Assim, ela é aberta em sua saída. O indivíduo obtém dela uma garantia de participação ou realização de trabalhos que refletem seu interesse, e não um diploma, certificado global. Estando aberta a saída, o centro tem que ficar em aberto, também. Ou seja, fulano monta seu currículo conforme seu interesse, participações e realizações, orientado por seus motivos, sejam objetivos ou, mesmo, telúricos (e daí?).

Nessa universidade que questiona sua própria natureza e em que não há diploma, continuará ele, não haveria nem vestibulares, pois não é seu papel “selecionar quem ‘pode’ adquirir conhecimentos”, nem tampouco teria projeto final, já que “o último trabalho de um cara só pode ser seu epitáfio” (CARON, 1988, p. 17).

Trata-se, portanto, de uma universidade “aberta nos extremos, livre no interior, permanentemente crítica” sobre a qual “muitos já viram a universidade assim. [...] Zanine é um deles. Há muito que ele é mestre nessa universidade que não existe”

(CARON, 1988, p. 18), finalizaria ele em um dos últimos e mais longos artigos em torno da discussão sobre a atuação profissional desse arquiteto sem diploma.

A universidade idealizada por Caron e encarnada em Zanine, que se defenderá aqui e que existiu e existe sim através da trajetória de vida deste último e, certamente, através da atuação e do pensamento crítico do primeiro, talvez não estivesse muito distante daquela da pluriversidade descrita por Boaventura ou da que habita diversos projetos em que se põe em xeque a estrutura do conhecimento universitário como é hoje.

Retomar o debate inconcluso sobre Zanine, a autonomia conquistada em seu percurso de formação e o monopólio sobre o acesso ao trabalho em arquitetura pelo diploma universitário, assim, permite revelar a continuidade dos entraves pelos quais ainda passa o modelo universitário e o desejo de democratizá-lo em suas práticas e métodos para que, dessa maneira, se possa promover um espaço de trocas efetivas com justiça social e que atente aos desafios sobre educação e trabalho que se colocam hoje.

PARTE I

QUEM PODE SER ARQUITETA OU ARQUITETO NO BRASIL? ANOTAÇÕES SOBRE PODER E PRIVILÉGIOS NA RELAÇÃO ENTRE ENSINO E TRABALHO DAS PROFISSÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

Parte dos aspectos que caracterizam as possibilidades de apresentação do perfil geral de profissionais de arquitetura no Brasil hoje (CAU/BR, 2015)¹⁴, sejam aqueles presentes no mercado de trabalho ou, antes ainda, em processo de formação universitária, e que perpassam por questões sobre diferenças de origem social, iniquidade na valorização de gêneros, subcorrespondência da proporção racial presente na composição geral da população brasileira, invisibilidade de orientações sexuais ou de identidades de gênero, remonta à origem da formação do campo¹⁵ da arquitetura no país e das primeiras estruturas institucionais que irão subsidiar sua consolidação.

14 Censo de Arquitetos e Urbanistas realizado pelo CAU/BR, em 2012.

15 Segundo Pierre Bourdieu (2004, p. 20): “para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] existe um universo intermediário que chamo de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. [...] A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas próprias leis”.

Em busca de melhor compreender essa relação, que envolve o período de gênese da profissão, narrativas seguem sendo estruturadas para organizar o histórico de constituição desse grupo de sujeitos especificados pelo seu exercício profissional com a arquitetura, sendo possível, através delas, apontar para elementos que permitam identificar, por um lado, as possibilidades de fazer parte desse círculo de pessoas e, por outro, os entraves para acessá-lo, evidenciando assim território de disputas dentro da totalidade do conjunto social por espaços de privilégio que possam ser garantidos pela prática das profissões vinculadas à arquitetura, especialmente por se caracterizarem como profissões de comando na hierarquia de trabalho.

Ao se reconhecerem tais entraves, que serão discutidos a seguir em três diferentes notas, revelam-se também estratégias de manutenção de poder a determinados grupos, notadamente de maior influência nas decisões de Estado, e, consequentemente, o demérito, o bloqueio e a marginalização de outros grupos, sendo assim estabelecido um panorama estável e de pouca mobilidade que repercutirá na consolidação através dos anos das características que conformam o conjunto de maior visibilidade entre profissionais da arquitetura na historiografia brasileira, formado por eurodescendentes brancos e de performatividade masculina¹⁶.

Procura-se aqui, portanto, provocar e atuar na reorientação sobre narrativas hegemônicas, reconhecendo a perspectiva dominante de quem as organizou e levando em consideração, como se buscará sustentar, que a história da formação da arquitetura no Brasil e de profissões correlatas no campo da construção civil, como atividades de comando na hierarquia de trabalho, relaciona-se com estruturas de dominação e privilégios que se antagonizam e que se viabilizam como instrumentos de invisibilização das perspectivas de luta e transformação social. Pois, afinal, que sujeitos ou coletividades puderam e seguem podendo, dentro das estruturas institucionais que foram organizadas, se incluir como arquitetas e arquitetos no Brasil e protagonizar suas narrativas?

16 Embora não se conheça um levantamento preciso desse assunto, que não foi atravessado nos objetivos postos pelo principal censo do CAU/BR (2013), em que não se realizou levantamento racial do perfil de arquitetas e arquitetos no país e não se buscou discriminar os ganhos salariais e de patrimônio relativos a cada gênero, enquanto se reconhece uma maioria de mulheres na profissão, mais de 61% do total, há um reconhecimento simbólico sobre essas questões. Manifesta-se na aparição de movimentos de visibilidade, como nas ações do coletivo *Arquitetas Invisíveis* ou, por exemplo, em uma verificação sobre o perfil racial da maioria dos 25 jovens profissionais da arquitetura brasileira selecionados por um dos principais portais de mídia de arquitetura do país, o site da revista *AU – Arquitetura e Urbanismo*, como representativos dos próximos anos, de ampla maioria de homens brancos.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM DUAS MARGENS: ORIGENS DO SISTEMA DE DESIGUALDADES PARA UMA NOVA ORDEM DO TRABALHO

Como se sabe, a sujeição dos trabalhadores, a fim de que vendam “livremente” sua força de trabalho, isto é, a formação de um mercado de mão de obra livre, consistiu um longo e difícil processo constituído por práticas diretamente repreensivas e violentas, destinadas a impedir o acesso do trabalhador à propriedade de terra, aos meios de produção e, ao mesmo tempo, para inviabilizar seu controle sobre o processo produtivo.
(MORAES, 2003, p. 44).

A passagem entre os séculos XIX e XX no Brasil esteve marcada pela profunda transformação do exercício das profissões e do modelo de formação para o trabalho com a introdução e princípio de consolidação de estrutura produtiva de viés capitalista e industrial – mais expressiva principalmente nas atividades produtivas de maior correlação com a criação das primeiras indústrias do país, como passaria a ser a construção civil –, repercutindo em mudanças, tendo em vista um novo arranjo de grupos sociais, sobre a dualidade que marca o trabalho operado e aquele de comando, incluindo aí o exercício profissional da arquitetura¹⁷.

Enquanto perspectivas diversas, desde a Antiguidade até hoje, buscam delimitar a definição sobre o que é o arquiteto ou um profissional da arquitetura – questão essa que não se pretende atravessar aqui –, há, por outro lado, a expressiva prevalência da conceituação moderna¹⁸ que, ao se reportar ao trabalho de concepção de projetos, ou seja, à tarefa de idealização e transformação da ideia em um resultado materialmente palpável, seja na representação ou na forma construída, organiza-se através do isolamento do trabalho intelectual em separado do trabalho prático.

Assim sendo, embora largamente reconstituída na literatura especializada por narrativas disciplinares restritas ao campo de produção dos profissionais da arquitetura, a história da institucionalização do ensino de arquitetura no Brasil se situa como parte indissociável de processo mais amplo de transformação de modelos de aprendizagem, iniciado a partir do princípio do século XIX no país, em que métodos

¹⁷ Sobre isso, ver: Vargas (1994).

¹⁸ Toma-se aqui a posição do historiador Giulio Carlo Argan sobre a centralidade do desenho como marco simbólico da conceituação predominante sobre o que é arquitetura, debate esse que se realiza com maiores desdobramentos no texto “Arquitetura, historicidade de um conceito – um breve estudo sobre a mitologia de fundação da arquitetura”, de Adson Lima (2010).

empíricos e tradicionais passavam a dar lugar a fórmulas sistematizadas de ensino em ambiente escolar e de formação profissionalizante, atingindo simultaneamente as mais variadas funções de trabalho que envolvem as atividades da construção civil.

Afinal, a cultura construtiva sobre a qual a historiografia da arquitetura brasileira se reporta, organizada no Ocidente e de matriz europeia, não se desenvolve ou se realiza do trabalho individual da arquiteta ou arquiteto, mas, ao contrário, se estrutura no trabalho de uma coletividade de agentes divididos hierarquicamente em tarefas específicas e muitas vezes não compartilhadas pelos mesmos indivíduos, perdendo qualidade de compreensão sobre o foco de estudo como um todo o isolamento de um ou outro agente específico, como quando se orienta a gênese das instituições narrando-se apenas a perspectiva de formação de arquitetos sem, por exemplo, incluir também outros profissionais correlacionados, como o operariado.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a criação de parte significativa das primeiras escolas de engenharia civil do país – em que houve, entre muitas delas e em conjunto com a Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), como se verá, ligação direta com a criação de cursos de arquitetura –, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (antiga Escola Central, de origem militar), em 1874¹⁹, a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, as Politécnicas da Bahia, em 1887, e de São Paulo, em 1893, as Escolas de Engenharia de Pernambuco, em 1895, do Mackenzie e de Porto Alegre, em 1896, e a escola Politécnica de Pernambuco, em 1912, se realizou concomitantemente ao período definitivo de formação da classe operária brasileira, entre 1880 e 1920, como aponta Paul Singer (1987, p. 57), momento em que o Brasil passa a se industrializar em moldes capitalistas.

Essa correlação entre a criação desses centros de ensino superior e a consolidação da formação da classe operária, portanto, diz respeito à transição dos modelos de trabalho de base escravagista vigentes no país, até o final da segunda metade do século XIX, para aqueles organizados em torno do modelo capitalista de divisão do trabalho, em que se articulam novas classes sociais em substituição aos senhores e escravizados, estando, em uma parte, o “controle e a direção do processo de produção” concentrados “nas mãos de uma classe de capitalistas industriais” e, em outra, “a execução do mesmo processo” como “encargo de uma classe de trabalhadores assalariados” (SINGER, 1987, p. 56)

Assim, entende-se que a base do que viria a ser um sistema de ensino superior para a formação dos profissionais que ocupam os cargos de comando dentro das atividades da construção civil brasileira, com suas escolas de engenharia e arquitetura, é parte indissociável da criação de instituições de ensino para a formação do proletariado industrial, como escolas técnicas, e, especificamente nesse caso, para aquele corpo de trabalhadores relacionado diretamente à economia da construção e das estruturas de serviços, como saneamento e energia, altamente efervescentes com

19 Embora de origem militar, a Escola Central, criada em 1858 como derivação da antiga Escola Militar, já mantinha um curso de engenharia para não militares (POLITÉCNICA/UFRJ, s. d.).

os movimentos de urbanização das capitais brasileiras na virada dos séculos, pois não há a execução de obras sem a sustentação de trabalhadores que as realize.

Até as primeiras décadas do século XX, o país tinha um conjunto disperso de instituições de ensino superior isoladas em seu território, que ofereciam em sua maioria cursos de medicina, direito e engenharia, e só viria a compor tardiamente uma estrutura universitária consistente em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro²⁰, repercutindo assim o histórico institucional de falta de autonomia administrativa e os impactos das restrições ao ensino e ao desenvolvimento econômico oriundos do período colonial, que só começaram a ser transformados a partir da transferência da sede do reino português para o Brasil, em 1808.

Os antecedentes desse período que se está mobilizando, portanto, remontam à chegada ao Rio de Janeiro da família real e de parte substancial da corte portuguesa, vindas de Lisboa, quando se inicia um período marcado pelo projeto de unificação e construção de um corpo burocrático-estatal mais coeso na até então empresa colonial existente no continente americano – que não se caracterizava como um Estado-Nação brasileiro – e que passava a ser alçada a território unificado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Para isso, o governo, já instalado no Brasil, irá promover, por um lado, uma autoridade coerção militar no sentido de defender a unidade estatal, ocasionando violentas disputas com grupos insurgentes, e, por outro, criará instituições que busquem consolidar uma percepção simbólica da sua força sobre o território brasileiro, contexto em que se insere a origem de novas instituições e em que se rompe com o legado colonial de impeditivo para o desenvolvimento de instituições de ensino com maior envergadura (CARDOSO, 2008, p. 4).

Sendo assim, um novo sentido de direção se organizaria na reestruturação e ampliação do ensino superior herdado da Colônia, até então reduzido aos estabelecimentos militares e religiosos, instituindo-se novos “cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos” (CUNHA, 2007, p. 63), abrindo espaço, conseqüentemente, para a formação de profissionais liberais e seus círculos de trabalho.

Enquanto os estabelecimentos militares se voltavam para a formação do quadro de burocratas estatais e, posteriormente, outros cursos civis eram criados com a mesma intenção, como os de direito (datadas as primeiras faculdades, já no período pós-Independência, em 1827)²¹, a criação de cursos superiores voltados para o ensino de desenho, história e música, assim como arquitetura, se voltava para a formação de especialistas geradores da “produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes” (CUNHA, 2007, p. 63).

20 Antes da Universidade do Rio de Janeiro, como nos mostra Luiz Antônio Cunha (2007, p. 189), foram realizadas outras experiências universitárias de curta duração, como a Universidade de Manaus, em 1909, a Universidade de São Paulo, em 1911, e a Universidade do Paraná, em 1912. Ver mais sobre a criação tardia de universidades no Brasil em: Cunha (2007).

21 Criação das faculdades em Olinda e em São Paulo no mesmo ano de 1827, que dariam origem, respectivamente, aos cursos de direito da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de São Paulo.

É nesse contexto que se realiza a contratação de artistas franceses²², que aportarão no Brasil, a partir de 1816, com a missão de instaurar um sistema instrutivo até então inexistente na colônia – e até mesmo em Portugal²³ –, que dará origem à organização do ensino de artes no país, destacando-se o pintor e desenhista Jean-Baptiste Debret (1768-1848), notabilizado por suas ilustrações da coleção Viagem pitoresca e histórica ao Brasil e pinturas oficiais da Corte, e o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850), que será responsável pela inauguração do ensino formal de arquitetura e pela afirmação do estilo neoclássico em terras brasileiras²⁴.

Com isso, como apontou Gilberto Freyre (1961, p. 286 apud CUNHA, 2007, p. 335) “os padrões culturais até então prevaletentes”, seja na arquitetura ou em outras manifestações culturais, “foram sendo estigmatizados como de ‘mau gosto’ e os padrões ingleses e franceses como de ‘bom gosto’. Sobretudo os franceses, que foram sendo cada vez mais vistos como ‘naturalmente civilizados’”, criando, portanto, uma hierarquia sobre padrões culturais de origem não europeia²⁵ e estabelecendo uma matriz de cultura construtiva de origem europeia como referente oficial do governo central.

Além do interesse em promover a criação de bens simbólicos referentes ao poder dominante, o decreto de dom João VI para a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, convenionado como “marco jurídico, político e administrativo para a formalização do ensino”²⁶ de arquitetura no Brasil, evidencia o interesse em desenvolver a aplicação econômica das belas-artes para um projeto inicial de industrialização, como se registrou:

Atendendo ao bem comum, que provem aos meus fiéis vassallos de se estabelecer no Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em que se promova, e difunda a instrução, e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste continente, cuja extensão não tendo ainda o devido, e correspondente número de braços indispensáveis ao tamanho e aproveitamento do terreno, precisa dos grandes socorros da estética para aproveitar

22 Sobre a colônia de artistas franceses, destacam-se as referências de: Campofiorito (1983) e Pedrosa (1998).

23 A Academia Nacional de Belas-Artes de Portugal, localizada em Lisboa, foi inaugurada em 1836. Mais informações disponíveis no site atual da academia.

24 Sobre Grandjean de Montigny, segue sendo referência fundamental o trabalho de Adolfo Morales de los Ríos Filho (1941).

25 Tal padrão persistiu através daquele século, como podemos perceber na postura do diretor da Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), Félix-Émile Taunay, filho do pintor Nicolas Antoine Taunay, integrante da Missão Artística Francesa, anos depois, em seu discurso proferido em 1845: “uma nação houve, a grega, que excedeu e excede a todas na cultura das Belas artes. Não foi esta superioridade filha de um desígnio formado; foi resultado da organização especial de uma raça privilegiada, e não menos do momento em que se constituiu como nação do que do clima, do solo, enfim de todas as influências de tempo e de lugar. [...] Com efeito não há na antiguidade outra arte que a grega [...] (SPA, 19 de dezembro de 1845. AMDJ-EBA-UFRJ)” (apud DIAS, 2009, p. 86).

26 Como afirmado em depoimento da arquiteta e historiadora Margareth da Silva Pereira em entrevista ao IAB (2016).

os produtos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico, e opulento dos reinos conhecidos: fazendo-se por tanto necessário aos habitantes o estudo das belas artes com aplicação e preferência aos ofícios mecânicos cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes e difusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas... (ESCOLA Real de..., 1816).

Não é menos relevante, portanto, o convívio em uma mesma instituição do ensino de ciências, artes e ofícios, demonstrando o interesse na aplicação direta desses conhecimentos na relação com as atividades econômicas do reino, papel de continuidade com outras ações organizadas a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e da mudança da sede do reino, como a revogação sobre a proibição de atividades manufatureiras (ALVARÁ que proíbe..., 1785) e a fundação do Banco do Brasil (CARDOSO, 2008, p. 4).

Porém, não será sem divergência o desenvolvimento do projeto institucional do ensino das belas-artes para fins aplicados e industriais, tensão que atravessará o século XIX e implicará nas diferentes posições de direção da Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), fundada em 1822, após a proclamação da Independência do Brasil, e sucessora do projeto da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios²⁷ – que teve ainda como designação Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil entre 1920 e 1921.

A equalização do ensino das artes de um modo geral com os ofícios e aplicações mecânicas, em um contexto de desvalorização dos trabalhos práticos, relacionados também ao trabalho escravizado, aponta para uma posição institucional que reverberará em conflitos sobre o prestígio vinculado à formação para esses cursos, notadamente de menor interesse social em relação aos cursos de direito ou medicina – mais passíveis de uma inserção em cargos da burocracia estatal ou no mercado de profissões liberais –, para os quais, por exemplo, diferente da Aiba²⁸, que tinha na maioria da sua composição estudantes de origem humilde (DURAND, 1989), era necessário aos seus candidatos o ensino secundário completo.

Tal perspectiva ganha contornos mais fortes a partir da segunda metade daquele século, em conjuntura de maior pressão no país dos impactos da Revolução Industrial, em que o novo diretor da Aiba, Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), que era professor de desenho na Escola Militar e foi vereador no Rio de Janeiro, propõe ampla reforma da instituição, a partir de 1955, e institui na academia formações distintas para artistas e artífices, subdividindo o curso entre artístico e técnico

27 Essas questões seguem mais bem aprofundadas no artigo “A Academia Imperial de Belas Artes e o ensino técnico” (CARDOSO, 2008).

28 “A Academia de Belas-Artes tinha características bem diferentes dos demais estabelecimentos de ensino superior no que se refere ao acesso. Ao contrário dos outros, não havia necessidade de os candidatos demonstrarem, pelos exames preparatórios, a posse dos conhecimentos que o ensino secundário ministrava, especialmente pelo Colégio Pedro II, a partir de 1837. Os alunos que pretendessem ingressar na academia precisavam apenas saber ler, escrever e contar, conforme os estatutos de 1855. A razão dessas diferenças está no fato de o ensino de Belas-Artes não garantir aos formados o privilégio de ocuparem cargos na burocracia do Estado nem o de exercerem profissões liberais controladas por entidades corporativas” (CUNHA, 2007, p. 106).

(SQUEFF, 2000, p. 114), ao mesmo tempo que será ativo agente político para a criação de escolas industriais de operários.

As mudanças promovidas por Porto-Alegre ocorreram junto ao movimento de principal articulação, durante o Segundo Reinado, para estruturar de forma sistemática a instrução pública do país, a chamada Reforma Pedreira, assim conhecida por ter sido implementada pelo ministro do Império, Luiz Pedreira Couto Ferraz, em 1854, e que tinha como finalidade a “criação de currículos mínimos, aumento de salário de professores e da introdução de mudanças expressivas nos métodos e na forma de funcionamento das instituições de ensino” (SQUEFF, 2000, p. 114), constituindo maior unidade entre as iniciativas educacionais em todo o território nacional.

Embora Porto-Alegre tenha sido substituído após dois anos, deixando a direção da Aiba, que continuaria apresentando papel ambíguo sobre o ensino técnico depois de sua saída, a relevância da construção de um ensino dual e cindido entre artistas e operários ou artífices na principal instituição de ensino artístico do país marcará o período e seguirá se desdobrando através de outras iniciativas, não sendo menos relevante, por exemplo, a fundação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro através da Sociedade Propagadora das Belas Artes pelo arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1831-1911)²⁹, em 1956, ano seguinte às transformações da Aiba.

Os liceus foram iniciativas referenciadas no modelo de instituições europeias em que se buscava, principalmente através das reverberações do movimento de Arts & Crafts inglês, empregar o trabalho artesanal na indústria capitalista, tornando-se interessante aos capitalistas industriais que se formavam no país – cada vez mais numerosos no Brasil principalmente pelos excedentes de capitais da economia do café – patrocinar instituições privadas que atuassem na formação de trabalhadores, muitas delas organizadas em torno de justificativas de ação social e fomentadas por donativos e trabalho não remunerado³⁰.

Inclui-se nesse contexto o impacto das restrições à exploração do trabalho de pessoas escravizadas no Brasil, iniciadas de forma mais contundente com a proibição do tráfico transatlântico de pessoas, a partir da implementação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, e da possibilidade de abolição definitiva na forma da lei desse modelo de exploração – que só iria acontecer de forma tardia no país, último a interromper a escravidão legal no continente americano, em 1888 –, inserindo como agenda da classe dominante brasileira, durante toda a segunda metade do século XIX, a questão do futuro da mão de obra trabalhadora.

Afinal, grande parte do trabalho executado no país, desde as primeiras ocupações coloniais até aquele momento, seja em meio urbano, seja em meio rural, tinha

29 Bethencourt da Silva foi aluno de Grandjean de Montigny na Aiba, demonstrando o vínculo de continuidade entre as instituições e os poucos participantes do sistema institucional vinculado ao ensino de artes e arquitetura no Brasil, em sua maioria composta de homens brancos e eurodescendentes.

30 Sobre os liceus, consultar a biblioteca Itaú Cultural (LICEU..., 2017).

origem na exploração do trabalho de mulheres e homens escravizados, oriundos em larga medida de muitas gerações de pessoas traficadas do continente africano para o Brasil, e sua interrupção colocava em xeque a base do modelo de exploração do trabalho vigente havia quase quatro séculos, incluindo as atividades da construção civil³¹.

A ampliação do trabalho assalariado, portanto, que convivia de forma menos expressiva com o trabalho escravo, e a transição definitiva para esse novo modelo de trabalho passam a ser então norteadoras para um futuro pós-abolicionista no Brasil e, sendo assim, o país passa a acenar de forma mais organizada para o modelo de desenvolvimento capitalista, no final daquele século, sendo o papel das instituições de ensino condutor desse projeto ao serem recrutadoras de mão de obra preparada para a nova divisão do trabalho.

No que diz respeito às atividades que envolvem a construção civil, seu corpo de trabalhadores, nos diferentes cargos e ocupações de trabalho, passarão a ser arrematados através da organização de um sistema diferente de ensino para cada função, colaborando, dessa maneira, para a estratificação social dentro da hierarquia de trabalho e, assim, para a produção de uma sociedade dividida não só por distintas tarefas, antes separadas entre senhores e escravizados, mas também em diferentes classes: em um lado do sistema, formando-se em escolas técnicas e de ofícios, se inseriam os operários e trabalhadores livres assalariados, destinados ao serviço mecânico e/ou manual, e, em outro, frequentando cursos de ensino superior, cada vez mais numerosos nas últimas décadas daquele século, arquitetos e engenheiros, responsáveis por cargos de comando e, muitas vezes, empresários de empresas de construção.

Seguindo esse entendimento, assim como fora o papel de Araújo Porto-Alegre à frente da Aiba, Francisco Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), figura central para a institucionalização do ensino de arquitetura e sua profissionalização no Brasil, também se destacará na defesa e na constituição de um sistema de ensino dual – nesse caso voltado especificamente para a organização das atividades de trabalho no campo da construção civil – com a intenção de compor formações diferentes para, por um lado, o exercício das posições de comando, voltadas para a reprodução das classes dirigentes dominantes, e, por outro, para que as camadas de trabalhadores servissem de mão de obra instruída.

Sua posição dupla como diretor do Liceu de Artes e Ofícios (LAO)³² de São Paulo, a partir de 1890, onde executou significativa reforma institucional, e como um

31 Pouco antes da implementação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1845, um viajante americano relatou que: "Já vi escravos trabalhando como pedreiros, carpinteiros, calceteiros, impressores, pintores de cartazes e ornatos, fabricantes de carruagens e escrivainhas e litógrafos. É também verdade que esculturas em pedras e imagens sagradas em madeira são frequentemente feitas com admirável habilidade pelos escravos e negros libertos. [...] Todas as espécies de ofícios são executados por homens e rapazes negros" (EWBANK, 1976, p. 153).

32 O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi fundado em 1873 sob o nome de Sociedade Propagadora da Instrução Popular.

dos fundadores da Escola Politécnica³³ de São Paulo, em 1893, funções que assumiu concomitantemente – distante de ser coincidência, evidentemente –, aponta para as duas faces de mesmo projeto que se retroalimentava e, ao mesmo tempo, mantinha suas distinções hierárquicas (MORAES, 2003).

Do Liceu saía a mão de obra que iria atuar em posição subalterna a ser contratada pelas empresas de engenheiros oriundos da Escola Politécnica e da Escola de Engenharia Mackenzie (FICHER, 2005, p. 168), tendo o estado de São Paulo, a partir de 1896, com a fundação da Escola de Engenharia do Mackenzie, duas escolas de engenharia, uma privada e outra, oficial, o que, em um conjunto de poucas escolas superiores no país, aponta para o peso das atividades da construção civil no contexto de crescimento econômico relacionado à industrialização e urbanização daquele estado que, cada vez mais importante na economia do país, impactará e servirá de modelo para a constituição de sistemas instrutivos de outros estados e, inclusive, para aquele que será levado a cabo pelo governo federal republicano brasileiro.

Compõe-se assim um esquema panorâmico sobre a origem indissociável das instituições de ensino superior voltadas para as atividades da construção civil, como aquelas já mencionadas e listadas acima, entre elas os cursos de engenharia organizados na virada dos séculos, como as escolas politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, ou as transformações da missão educativa da Aiba, por exemplo, com a constituição do sistema de ensino em sua totalidade, incluindo-se aí escolas técnicas, como os liceus, apontando para o projeto de trajetórias de formação e instrução diferentes orientadas para a organização de uma sociedade pautada em diferenças a partir da formação no ensino.

Conclui-se então que as classes dominantes naquele período, seja por iniciativa privada, seja a partir de postos decisivos de comando dentro da estrutura estatal, utilizarão a constituição de um sistema escolar como recurso para a construção de uma sociedade de classes (MORAES, 2003, p. 12), que, dentro do novo regime de produção, por um lado, formará profissionais para os postos de comando, como engenheiros e arquitetos, e, por outro, fornecerá a força de trabalho disciplinada para a indústria da construção civil em formação.

A relação desigual nos objetivos institucionais das entidades escolares, como visto, condizia com o projeto classista em que não há como formar engenheiros e arquitetos baseados nas mais novas técnicas vinculadas à industrialização sem, ao mesmo tempo, garantir a força de trabalho de trabalhadores disciplinados para a execução de seus projetos. Ou seja, o controle institucional da formação e reprodução da força de trabalho através da instrução popular via escolarização em massa visava,

33 “Segunda escola oficial de ensino superior no estado – primeira após a proclamação da República –, a Politécnica surgia como contribuição da elite paulista à sua condição de autonomia perante o governo federal. E, como tal, foi sempre um de seus objetivos centrais colaborar de fato para a preservação e ampliação da hegemonia política e econômica do estado, pela formação de sua intelectualidade orgânica e pela renovação de seus quadros de negócios públicos e privados” (FICHER, 2005, p. 29).

assim, “contribuir para a criação de condições mais estáveis para a acumulação do capital” (MORAES, 2003, p. 34).

Reforça-se a ideia, portanto, de que a constituição dos primeiros cursos de arquitetura, assim como parte do ensino superior no país, não terá se organizado em torno de uma luta social pela universalização de direitos da educação³⁴, que só acontecerá depois, mas, ao contrário, tem sua origem em um projeto antecipado de reforma da estrutura social diante de um quadro de disputas e tensões sociais, tendo em vista o projeto “modernizador” das práticas de trabalho pelas elites oligárquicas desde o período imperial e em continuidade na Primeira República.

Ou seja, a formação de um mercado ampliado de arquitetos e engenheiros para atividades cada vez mais industrializadas na construção civil, que se impunha a partir das reverberações da Revolução Industrial no Brasil desde o século XIX, incluía e está associada diretamente à criação de um mercado de trabalhadores assalariados de instrução técnica para exercer os cargos subalternos de execução, de confecção de peças e materiais e de maior risco nas obras.

A partir disso, porém, como se debaterá a seguir, mesmo com a criação de um sistema dual de ensino, que já garantia privilégios a uma pequena elite profissional em detrimento de muitos outros, ainda assim, com o mercado de trabalho livre permanecia algum espaço para a concorrência entre aqueles profissionais formados em cursos de ensino superior e os trabalhadores de experiência prática e conhecimentos tradicionais organizados na vida cotidiana e, sendo assim, visando garantir um mercado exclusivo aos profissionais da arquitetura e engenharia diplomados, reforçando ainda mais os seus privilégios e bloqueando a mobilidade social, serão formuladas e direcionadas as primeiras legislações que regem a prática dessas profissões no país.

O MONOPÓLIO DA PRÁTICA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA INSTITUÍDO PELO DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR E PELOS CONHECIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Ao reportar e reconstituir o histórico de consolidação da legislação que regularia a prática da arquitetura e também da engenharia e agronomia no Brasil, livres de qualquer restrição até o Império, Adolfo Morales de los Ríos Filho (1947, p. 8), arquiteto espanhol e referência sobre a historiografia da institucionalização dessas profissões

34 As lutas ocorridas nesse período, no que se referem particularmente à educação popular, partiam principalmente do operariado imigrante, que, naquelas primeiras décadas do século XX, organizaria importantes greves contra as condições precárias de trabalho e lançaria projetos de educação libertária, visando um pensamento integral na formação do homem, de ampla concepção igualitária. Sobre isso, ver: Rosa (2007; 2011).

no país³⁵, localiza o Decreto Imperial 3.198/1863³⁶ como estando entre os “primeiros limites estabelecidos para pôr cobro à liberdade de exercício” de tais profissões e o qualifica como de “enorme e benéfica” repercussão – muito provavelmente entre e para seus pares, arquitetos como ele³⁷.

O decreto iria condicionar a contratação para serviços de medições de terras públicas ou particulares pelo governo apenas àqueles profissionais que já tivessem sido empregados para tais funções até a data de sua promulgação e, a partir dele, somente a quem se candidatasse com habilitação comprovada por curso superior nas instituições brasileiras e, no caso de registro estrangeiro, com validação após a realização de um exame geral.

Considerando o pequeno número de instituições de ensino superior naquela data, concentradas em porção restrita do território brasileiro, é possível afirmar que tal medida, ao abrir caminho para a valorização das poucas instituições existentes, assim como seu pequeno grupo de estudantes, conseqüentemente, acenava para a restrição da entrada no mercado de trabalho a setores da população que não se incluíam no sistema formal de ensino – desorganizado, incipiente e para poucos – e mais ainda àqueles grupos distantes dos centros urbanos, onde se concentrava a maior parte das faculdades no Brasil.

Até aquele momento, valia sobre o exercício da prática profissional o texto da Constituição Imperial de 1824, que dispunha em seu artigo 179/XXIV que “nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria ou comércio pode ser proibido uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança e à saúde dos cidadãos” (BRASIL, 1824) e atribuía total liberdade para o exercício de qualquer trabalho, sem necessidade de comprovada formação ou titulação, exceto quando se infringissem os pontos mencionados³⁸.

35 Entre suas principais obras historiográficas, destaca-se *Legislação do exercício da engenharia, arquitetura e agrimensura* (1947).

36 O Decreto Imperial 3.198/1863 estabelece normas para nomeação de agrimensores (BRASIL, 1863).

37 É reconhecido também o Decreto n. 2.922, de 1862, que garantia que “só poderão ser inspetores gerais e engenheiros de quaisquer classes os indivíduos que tiverem o curso de engenharia civil pela atual Escola Central ou pelas antigas Academia e Escola Militar, que precederam a esta, ou os que apresentarem títulos de escolas estrangeiras acreditadas [...]” (FICHER, 2007, p. 178).

38 A discussão acerca da liberdade total para o exercício de qualquer profissão, como previsto na primeira constituição do país, e os diferentes graus de restrição que seriam atribuídos ao longo do tempo na forma jurídica para diferentes profissões – que seguem correntes até os dias de hoje, como nos recentes debates sobre a obrigação do diploma em ensino superior para a prática do jornalismo, da música ou do design, e se mantém norteadores da legitimação de novas profissões – incorrem em pontos conflitantes que precisam ser analisados em cada caso. Se, por um lado, justificam-se as restrições da liberdade total da prática de determinadas profissões apenas àqueles sujeitos com habilitação comprovada para o exercício quando se entende poder haver prejuízo à sociedade, por outro, é possível encontrar na restrição uma maneira de organizar o privilégio sobre a prática de determinadas profissões para um grupo, estimulando o corporativismo. Ao julgar sobre prática profissional da música, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2011, que “a atividade de músico prescinde de controle, ou seja, não pode exigir inscrição prévia em conselho profissional para o seu exercício”, pois nesse caso não se aplicaria a restrição excepcional para casos em que “assentam numa necessária tensão dialética entre capacidade e liberdade, e entre liberdade e responsabilidade” (CASTILHO, 2014, p. 16).

Nos anos seguintes ao decreto de 1863 destacado por Morales de los Ríos Filho, grupos profissionais se organizariam e conseguiriam propor a regulação restritiva do exercício da advocacia e da medicina para diplomados em ensino superior através, respectivamente, dos decretos n. 5.618, de 2 de maio de 1874 (artigo 43), e n. 8.024, de 12 de março de 1881³⁹. Com isso, instituições ligadas à prática da arquitetura e engenharia, como o Instituto Politécnico Brasileiro⁴⁰, ganharam novos argumentos e puderam se posicionar com maior assertividade por medidas restritivas ampliadas para o exercício profissional de arquitetos e engenheiros, entendendo que se aplicaria a extensão de direitos semelhantes aos conquistados por advogados e médicos.

Embora tais iniciativas não tenham surtido o efeito imediato esperado, não havendo alteração da legislação já corrente, a pressão por maior restrição do mercado de trabalho aos diplomados seguiria se acentuando com a consolidação de número expressivo de novos cursos de engenharia naquela virada de séculos, como visto anteriormente, e também pela conseqüente formação de mais profissionais diplomados, que, cada vez em maior número, passariam a melhor se organizar através de agremiações que teriam entre seus principais objetivos a defesa da regulação do exercício da profissão visando fortalecer os privilégios daqueles que cursaram ensino superior.

Organizam-se, naquele momento, o Instituto de Engenharia (1916), o Instituto Brasileiro de Arquitetos (1921) e a Sociedade Central de Arquitetos (1922), unificados posteriormente como Instituto Central de Arquitetos (1924), que se tornaria Instituto dos Arquitetos do Brasil (1935), e o Instituto Paulista de Arquitetos (1930).

Paralelamente a esses acontecimentos, as primeiras décadas daquele século foram também marcadas pela organização de trabalhadoras e trabalhadores em sindicatos e agremiações de classe, destacando-se episódio de maior visibilidade através dos movimentos que levariam à greve geral de 1917, em que, lutando por condições dignas de trabalho, foram conquistados direitos trabalhistas fundamentais, como a jornada de oito horas diárias, por exemplo, expondo-se, assim, contexto de antagonismos de interesses entre patrões e operários através de disputas por transformações da legislação para o trabalho⁴¹.

Em São Paulo, cidade em que eclode a greve geral e para onde se transfere de maneira mais significativa a mobilização de classe de engenheiros e arquitetos sobre a regulamentação das suas profissões, antes mais concentrada no Rio de Janeiro, sendo seu processo vertiginoso de urbanização fundamental para essa mobilização com a relevância maior das atividades da construção civil na economia daquele estado, se organizarão as primeiras legislações mais contundentes na restrição da prática profissional apenas aos diplomados, justamente aquela que restringe a mobilidade de trabalhadores sem ensino superior aos cargos de comando na hierarquia do trabalho.

39 O Decreto n. 8.024, de 12 de março de 1881, regulamenta os exames das faculdades de medicina (BRASIL, 1881).

40 Segundo Morales de los Ríos Filho (1947, p. 9), o Instituto Politécnico Brasileiro emitiu ofício pela regulamentação das profissões de engenheiro e arquiteto, no período de 1884-1886, entendendo que “análoga disposição se deve exigir quanto à prática da engenharia” em comparação à regulação da advocacia e da medicina.

41 Sobre o período, ver: Lopreato (1996); Khoury (1978).

Assim sendo, em 1924 seria promulgada, apenas para São Paulo, a Lei Estadual n. 2.022, reconhecida como “a primeira norma efetivamente implementada no Brasil para o controle do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor” (FICHER, 2007, p. 179) e, em 1926, de forma mais restritiva, reeditando tentativa de norma municipal de quatro anos antes⁴², seria regulamentada a Lei n. 2.986, que exigia a assinatura do autor de qualquer construção devidamente registrado na prefeitura (FICHER, 2007, p. 180)

Nenhuma dessas normas, porém, garantia o monopólio total da prática das principais atividades e cargos da construção civil aos diplomados, como lhes interessava, já que em ambas havia espaço para a emissão de licenças aos trabalhadores que comprovassem experiência junto aos órgãos competentes, os chamados “práticos licenciados” (PARETO JR., 2011).

A exclusão por lei dos construtores não diplomados e práticos das possibilidades de seguirem atuando no mercado de trabalho só se realizaria definitivamente após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, organizado durante o governo provisório de Getúlio Vargas nos desdobramentos da revolução de 1930, em que as posições do liberalismo oligárquico da Primeira República dariam lugar aos privilégios de ambições corporativistas do governo getulista.

Naqueles primeiros anos da década de 1930, se articularão novos rumos para o ensino superior no Brasil, sendo instaurado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930, seu Conselho Nacional de Educação, um ano depois, e a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, derivada das movimentações políticas geradas no conflito da Revolução de 1932 com o governo federal e que dariam novo sentido ao poder político das oligarquias locais paulistas, tendo destaque projetos de instrução e industrialização naquele estado em virtude de maior concentração do poder central mais uma vez na capital do país, o Rio de Janeiro.

Nesse momento, variadas entidades se mobilizariam através da elaboração de anteprojetos de lei para pressionar uma posição definitiva do governo federal sobre a regulação profissional⁴³, que teria seu desfecho definitivo em 1933, com a decisão do Ministério do Trabalho de criar uma comissão que redigiria norma regulatória definitiva composta de membros de algumas entidades de classe de engenheiros, arquitetos e agrônomos e também, vale destacar, da Associação

42 Quatro anos antes, em 1920, a Lei Municipal n.2332, que seria anulada um mês depois, definiria que os alvarás de construção deveriam apresentar assinaturas dos engenheiros ou arquitetos autores do projeto, afirmando que “para dirigir as obras de qualquer edificação é necessário que o construtor tenha diploma ou título registrado na Prefeitura”, sendo fruto da iniciativa do vereador e também engenheiro Heribaldo Siciliano (FICHER, 2007, p. 179). Entende-se assim o conflito entre os diferentes interesses sobre a regulamentação da profissão e a reserva de mercado.

43 Destacam-se, como exposto por Sylvia Ficher (2007, p. 186), as negociações entre a Sociedade Brasileira de Engenheiros, em conjunto com o Instituto de Engenharia, e o Ministério da Educação, em 1931, e entre o Ministério do Trabalho e a Sociedade Brasileira de Engenheiros, em 1932, articulada posteriormente com contribuições de outras entidades de todo o país, como o Instituto Central de Arquitetos e o Clube de Engenharia de Pernambuco.

Brasileira de Concreto, promulgada no final daquele ano com o Decreto Federal n. 23.569 (FICHER, 2007, p. 188).

Sobre ele, Ficher (2007, p. 188-189) irá comentar que:

O decreto se caracterizou pela adoção intransigente de uma doutrina de proteção ao título acadêmico, restringindo o exercício da profissão aos portadores de diploma. Ainda que reconhecesse a figura dos não diplomados e garantisse algo de seus direitos adquiridos, determinava medidas discricionárias muito fortes.

Dentre essas medidas referenciadas por Ficher (2007), destacam-se a impossibilidade de promoção em cargos públicos por não diplomados e a perda de licenças, expedidas até a data do novo decreto, caso os licenciados deixassem de pagar impostos ou cometessem erros técnicos, penalidades essas que não eram impostas aos diplomados.

Tendo em vista a composição de membros que irão fazer parte da comissão de lei – exclusivamente representantes de organizações de profissionais formados em ensino superior, com lógica corporativa evidente, além de membros da indústria, e sem a participação de representantes daqueles trabalhadores práticos –, há um evidente desequilíbrio de forças e interesses manifestos nessa regulação que atinge o espaço do mercado de trabalho daqueles que não atravessam o ensino superior brasileiro, naquele momento restrito a pequenas parcelas da população.

Também é através do Decreto Federal n. 23.569 que são criados os organismos fiscalizadores da prática profissional no país, sendo promulgado o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea) e os respectivos conselhos regionais (Creas) a ele subordinados, em que predominam, como conselheiros em esfera nacional, de acordo com a nova lei, além de membros escolhidos em assembleia por sindicatos profissionais e um membro do governo federal, três representantes de congregações de escolas-padrão federais (um da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, um da Escola de Minas de Ouro Preto, e um da Escola Nacional de Belas Artes)⁴⁴.

Em 1933, data da legislação definitiva da prática restritiva aos diplomados, havia apenas quatro cursos de arquitetura no Brasil⁴⁵, todos localizados na Região Sudeste do país, oferecidos nas respectivas instituições: Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de Janeiro; Escola Politécnica e Escola de Engenharia do Mackenzie, ambas em São Paulo; e Universidade de Minas Gerais, tendo sua Escola de Arquitetura (EA), fundada em 1930, como primeira faculdade independente do continente sul-americano em que o curso não se vinculava a outra instituição de ensino, como as engenharias⁴⁶.

Existiram ainda, antes da legislação sobre a regulação da prática profissional, outras experiências de menor duração na abertura de cursos de arquitetura, abrigados

44 O Decreto Federal n. 23.569 regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor (BRASIL, 1933).

45 Segundo informação da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (apud SALVATORI, 2008, p. 57).

46 Informações sobre a Escola de Arquitetura (EA) estão disponíveis em: UFMG (s.d.)

na Escola de Belas Artes (1877) e na Escola Politécnica (1896), ambas na Bahia, que, de acordo com Salvatori (2008, p. 57), ao que tudo indica, “estavam inoperantes em 1933, como é também o caso do antigo curso de Arquitetura da Escola de Engenharia de Porto Alegre”, que funcionou no período de 1898 a 1911, no Rio Grande do Sul.

Vale destacar ainda a tentativa, em 1931, de reforma curricular na ENBA conduzida por Lúcio Costa, então diretor da instituição, que se tornaria uma das principais figuras do movimento moderno da arquitetura brasileira, em que se propunha, entre outros pontos, a desvinculação do ensino da arquitetura ao das belas artes, fato que só ocorreria anos depois, em 1946, com a reforma que daria origem, a partir do curso de arquitetura ali abrigado, à Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

Forma-se, portanto, naquele momento, um pequeno grupo de instituições, concentradas territorialmente, que será detentora de toda a organização, a partir de 1933, da formação dos profissionais responsáveis pelo exercício de cargos de maior hierarquia e comando dentro da construção civil, deixando na ilegalidade aqueles profissionais que exerciam práticas construtivas em todo o território nacional de forma autônoma, organizados em torno de conhecimentos tradicionais. Fora, portanto, do mercado legal de trabalho, passíveis de penalização pelos órgãos responsáveis pela fiscalização da profissão compostos exclusivamente de profissionais diplomados.

O período seguinte à legislação de 1933 – até a segunda alteração sobre os regulamentos da profissão, em 1966, seriam 12 os cursos de arquitetura oficiais em todo o país, que triplicaram em relação ao saldo anterior à primeira legislação (SALVATORI, 2008, p. 57) – será também de transformações no processo de industrialização brasileiro e, conseqüentemente, no processo de formação da classe operária brasileira.

Sem ter se alterado de forma decisiva a estrutura social do país, passará a se constituir no Brasil, a partir dos anos 1940, a chamada grande indústria, em que serão desenvolvidos estabelecimentos de grande porte para a produção de artigos intermediários, como aço, alumínio, cimento e vidro, bens duráveis de consumo, como automóveis, e bens de capital (SINGER, 1987, p. 59), modificando o padrão da construção civil até então vigente.

Com isso, novos padrões tecnológicos serão introduzidos no mercado da construção, como a utilização do aço e do concreto, que se originam de pesquisas científicas vinculadas à indústria e que, por não virem do universo de conhecimentos enraizados nas culturas tradicionais e na prática da partilha de um conhecimento estruturado como bem comum, mas, ao contrário, detendo conhecimentos restritivos e capitalizáveis por um pequeno número de cientistas, empresários ou industriais, competem sem concorrência com o trabalho organizado em torno de outras formas de fazer que não aquele dos conteúdos vinculados ao ensino superior, à pesquisa científica e aos profissionais a ela relacionados⁴⁷.

Sendo assim, em igual medida ao impeditivo por lei de concorrência no mercado de trabalho entre aqueles profissionais de conhecimentos tradicionais frente aos

47 Sobre este assunto, ver mais em: Ferro (2006).

diplomados, que formularam a legislação profissional em favor próprio e de forma restritiva a outras formações, a introdução de novas tecnologias na arquitetura brasileira também colaborava para barrar do mercado da construção civil trabalhadores não diplomados, já que não dispunham de acesso aos conhecimentos vinculados às novas tecnologias construtivas, ao mesmo tempo que fortalecia a relação entre ensino e indústria com a formulação acadêmica cada vez mais prevalente de valorização de materiais como aço e concreto como aspectos modernizadores da construção.

Dessa forma, percebe-se que a ideia de vanguarda associada aos novos modelos de ensino nas escolas e faculdades de arquitetura que são atrelados à industrialização, distanciando-se de se organizar na provocação de uma sociedade mais livre pela mecanização do trabalho, se aproxima dos interesses da vanguarda do capital industrial e sua organização original de exploração do trabalho e do adestramento do trabalhador para ser um operador dentro de uma lógica de divisão do trabalho, em que o arquiteto segue como topo de comando e hierarquia. Isso porque a industrialização, defendida por alguns setores entusiasticamente como um exemplo de libertação dos afazeres pesados e que na arquitetura se manifestava nos ideais de maior racionalização, otimização da produção e menos perda de recursos, dependia de uma série de fatores para se consolidar, sendo um deles a questão da mão de obra inserida em um contexto específico da divisão do trabalho, pois, afinal, não há indústria sem a proletarização da população.

Um exemplo icônico dessa relação entre a vanguarda estética arquitetônica de origem erudita e acadêmica e a vanguarda do capital (LIRA, 2011) está na experiência de Gregori Warchavchik, arquiteto imigrante de origem ucraniana, com as casas que construiu em São Paulo, entre os anos 1920 e 1930, que são lembradas na historiografia da arquitetura brasileira como marcos e primeiras incursões no país dos conceitos vinculados às vanguardas modernas na arquitetura.

A dificuldade para implementar na totalidade os princípios da cartilha da arquitetura moderna racionalista, organizados através das possibilidades advindas de novas tecnologias de materiais, como lajes planas de concreto e plantas livres pelo emprego de estrutura independente, seguiu em parte sendo justificada pela impossibilidade de se encontrar no Brasil não apenas materiais na qualidade pretendida, mas, principalmente, mão de obra qualificada para a execução desse novo modelo construtivo.

Ou seja, a questão aponta para o mercado de oferta de trabalhadores para a execução de projetos de arquitetos, engenheiros e empresas da construção, que, antes de 1940, ainda estava sendo organizado pelas instituições de ensino técnico instituídas no período do Segundo Reinado e início da Primeira República e que, mesmo tendo dado origem à acumulação primitiva de parte dos capitais que permitiram o desenvolvimento da indústria da construção do país, como as empresas de Ramos de Azevedo, por exemplo, não fora submetido a atualizações para novos procedimentos tecnológicos.

É pensando nisso que o diretor da Cia. Construtora de Santos – que irá contratar Warchavchik ainda na Europa e por essa razão o fará vir para o Brasil –, Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), engenheiro formado na Escola Politécnica de São

Paulo, em 1910⁴⁸, pode ser considerado entre os primeiros intelectuais brasileiros vinculados à defesa do trabalho racionalizado industrial a partir de princípios do taylorismo e do fordismo.

Seu empenho em dinamizar a subordinação da mão de obra trabalhadora às novas tecnologias o levará a assumir papel de destaque no comando das instituições industriais mais representativas do país, incluindo a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e também a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Com Simonsen à frente da Fiesp e Getúlio Vargas no poder, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) pelo Decreto-Lei 4.048 de 1942, modelo de sistema de ensino com abrangência nacional voltado para a formação de trabalhadores para a indústria, mantido com recursos dos empresários e, conseqüentemente, por seus interesses, na mesma década em que se estruturam importantes escolas de arquitetura, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), de 1948, fruto de emancipação do curso da sua instituição de origem, a Politécnica.

Anos mais tarde, em 1962, a FAU/USP passaria por uma reforma institucional que direcionaria de forma mais contundente seu ensino ao encontro dos temas da industrialização, sendo evidente a possibilidade de reformulação de métodos e técnicas dentro do estado mais industrializado do país, São Paulo, atrelada ao desenvolvimento de plantas industriais e instituições como o Senai, que garantiriam a mão de obra instruída para a execução dos projetos de vanguarda idealizados nos bancos universitários.

É também em 1962 que se cria a Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), no Rio de Janeiro, atual escola de design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), apontando para a sinergia entre universidade e indústria nos dois principais centros urbanos do país.

Assim, ao localizarmos a totalidade dessas instituições, em âmbito superior ou técnico, no histórico de recém-implantação de um sistema de ensino brasileiro, que vinha sendo articulado principalmente desde a década de 1930 e organizado desde a escolarização primária até alcançar o ensino superior, é possível reconhecer que há maiores aproximações com experiências de privilégio para grupos das novas elites industriais do que com experiências inovadoras da emancipação e libertação dos sujeitos que subsidiavam alguns discursos pró-industrialização.

Por isso, além de construir um sistema dual escolar, garantindo uma massa de trabalhadores para o modelo de empreendimento arquitetônico baseado na industrialização que demandava mão de obra específica disponível, e marginalizar a existência de profissionais vinculados a outras culturas construtivas, tornando ilegal sua prática profissional, formulava-se também a construção de discursos ideológicos que justificassem e apaziguassem tensões, naturalizando as posições desiguais do sistema, como se debaterá a seguir.

48 Mais sobre esse assunto pode ser encontrado em: Carone (1971).

O DISCURSO IDEOLÓGICO DA COMPETÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE CONHECIMENTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS NA HIERARQUIA DA DIVISÃO DO TRABALHO

A judicialização da política brasileira calibra a tensão máxima dos embates em torno do controle do Estado, instando os políticos detentores de mandatos pelo voto a negociar contenciosos com a elite togada, cuja legitimidade se escora na competência simbólica validada pelo diploma escolar, trunfo cultural irredutível ao capital econômico. (MICELI, 2014, p. 26).

A legitimação das diferenças geradas pela criação de um sistema dual de ensino que irá condicionar sujeitos a diferentes entradas na hierarquia de trabalho na construção civil e das leis que permitem o monopólio das práticas profissionais em cargos de maior prestígio e remuneração para poucos egressos do ensino superior, como debatido, além de se efetivar pela força da lei, constituída com a ausência de participação popular nas decisões de Estado e pela prevalência de interesses das classes dominantes, dependia também da formulação de discurso simbólico que a subsidiasse e pudesse apaziguar tensões potenciais pela injustiça social ali implicada.

Como se vê, é a partir dos mesmos setores e agentes que orientaram leis em benefício da sua própria prática profissional que predomina e se dissemina a “ideia de que quem possui conhecimentos está naturalmente dotado de poder de mando e direção” (CHAUÍ, 2013, p. 450) e, nesse sentido, da formulação de uma ideologia da competência técnico-científica que justifique o sistema de hierarquias de trabalho a partir do valor atribuído pelas diferentes posições dentro do sistema escolar.

Sobre isso, como explica Chauí (2008, p. 98-99):

É assim, por exemplo, que os trabalhadores contemporâneos podem perceber que a organização do processo de trabalho pelo estilo taylorista (que consiste em separar todas as fases de produção e em separar os que dirigem e controlam tal produção e os que a executam) é um interesse da classe dominante, sem que isso os impeça de crer que a organização racional do trabalho exija racionalmente a divisão entre os que possuem conhecimento tecnológico (cientistas, técnicos, administradores e gerentes) e os que possuem apenas a qualificação para executar as tarefas do trabalho (trabalhadores). Ou seja, percebem, de um lado, que o taylorismo é uma forma de dominação burguesa, mas conservam a ideia (subjacente ao taylorismo) de que é racional separar saber tecnológico e execução prática do trabalho (sem se dar conta de que tal separação é o que permite a dominação burguesa, pois tal organização lhes aparece como racional por causa do avanço tecnológico, que impossibilita a cada trabalhador e ao conjunto dos trabalhadores controlar o saber que governa seus trabalhos).

Nesse sentido, a reprodução e a disseminação dessas ideias dependerão, em grande medida, da sua circulação em massa, sendo vital para a consolidação de uma ideologia da competência técnico-científica a participação de veículos de informação para a reiteração dessas perspectivas e, justamente por isso, encontram-se no mesmo leque do projeto das classes dominantes que originará centros de ensino superior, como, por exemplo, a Universidade de São Paulo, inaugurada em 1934, os capitais que organizaram parte dos principais jornais paulistanos da virada dos séculos e primeiras décadas do século XX, muitos ativos até hoje (SOUZA, 2017).

Exemplo dessa aliança de interesses, em que setores mutuamente se alimentam, estará presente na exposição da figura de Ramos de Azevedo, citado anteriormente por sua participação na criação de duas diferentes instituições de ensino voltadas para a construção civil, a Politécnica e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em que se pode dimensionar a visibilidade da sua aparição nos jornais através da reportagem feita pelo *Correio Paulistano* por ocasião de seu aniversário, em 1890, em que se reporta que:

Realizou-se ante-hontem a manifestação que fizeram a esse *distincto* architecto os operarios que trabalham sob sua direcção.

Mais de quinhentos operarios, acompanhados de uma banda de musica, e levando cada um uma graciosa lanterna, o que dava manifico aspecto ao prestituto, se dirigiram á casa do dr. Ramos de Azevedo, afim de entregar-lhe os bellos mimos de que já demos noticia.

Ahi chegados, em nome de seus companheiros um intelligente moço operario fallou salientando os meritos de tão *illustre e correcto chefe, a que todos obedecem pela sua competencia, e a que todos estimam pelo seu caracter e seu coração.* (*Correio Paulistano*, n. 10.279, 10/12/1890, p. 2 – grifos nossos)⁴⁹.

Ao vocalizar o sentimento de operários através da reportagem, o jornal, ligado às oligarquias paulistas e mais diretamente ao Partido Republicano Paulista, não correspondendo a periódico organizado por esses trabalhadores e, assim, sem representatividade de seus pontos de vista, não apenas invisibiliza – sobrepondo-se a elas – as perspectivas dos próprios operários como também evidencia o retrato de acordo com o qual as classes empregadoras gostariam que esses trabalhadores fossem vistos: dóceis e obedientes.

Afinal, não podendo haver divergências sobre a competência do arquiteto Ramos de Azevedo, enalticido em excessivas adjetivações positivas, o que também aponta para a parcialidade do discurso do jornal, fecha-se espaço para qualquer contestação do operariado frente à estrutura hierárquica de comando no trabalho, naturalizada pela implícita e indiscutível posição e legitimidade do chefe, questão não menos relevante tendo em vista o processo de proletarização

49 Foram mantidas a grafia e a pontuação originais de todos os documentos citados. “Quatro anos após chegar a São Paulo, o campineiro Ramos de Azevedo já possuía 500 funcionários em seu escritório que, por ocasião do aniversário em 8 de dezembro, de 1890, dirigiam-se à sua casa portando 500 lanternas e foram recebidos com um lauto banquete para 200 talheres (*Correio Paulistano*, 10/12/1890)” (BUENO, 2015).

naquele período e a crescente onda de protestos de trabalhadores que irá compor as primeiras décadas republicanas.

A formalização de tal quadro, em que se constrói através de aparelhos midiáticos a imagem passiva e distensionada do operariado, chega a ser explicitada, anos mais tarde, através do parecer que Roberto Mange (1885-1955)⁵⁰ – engenheiro que, ao lado de Roberto Simonsen, foi responsável pelo Senai, onde exerceu o primeiro cargo de diretor – fez para Fernando de Azevedo (1894-1974) – educador responsável por trabalho norteador para as políticas liberais de ensino em São Paulo que foram traduzidas em seu Inquérito de 1926, organizado a pedido de Julio de Mesquita (1862-1927), proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Nele, Mange diz ser preciso “formar a mentalidade do operário, tanto quanto adestrar-lhe a mão” (apud AZEVEDO, 1960, p. 232). Ou seja, não sendo suficiente a criação do sistema de aprendizagem para fazer com que sujeitos tivessem como destino apenas o trabalho prático subordinado, sobre o qual Mange teve participação decisiva desde a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort)⁵¹, em 1931, responsável pelas primeiras iniciativas tayloristas no Brasil, aparecia de forma explícita o discurso de formação das mentalidades do operariado através do ensino, o que em grande medida compõe o posicionamento ideológico de competência apenas aos detentores de conhecimentos técnico-científicos, aportados, evidentemente, no ensino superior e não naquele de origem prática.

Assim sendo, percebe-se que grande parte desses homens aqui já citados, entre engenheiros, arquitetos, empresários, professores, políticos, ou exercendo diversas dessas funções ao mesmo tempo, e com muitas ocupações na administração pública e privada, que se confundiam em sua maioria brancos e eurodescendentes, mostram uma atuação em causa própria através da utilização de sua força e influência para constituir no país um sistema patrimonialista que beneficiasse apenas os seus interesses e instituisse privilégios a pequena parcela da população, justificados através de discursos que buscavam naturalizá-los como se não pudesse ser de outra forma.

Voltando à figura de Ramos de Azevedo, que terá importância por ter sido certamente o arquiteto mais prestigiado da virada dos séculos XIX para o XX em São Paulo, figura de evidente relevância para a história da arquitetura brasileira como um todo, é possível traduzir com mais clareza o embaralhamento de interesses de classe camuflados como interesses de ação pelo bem coletivo que, por isso, repercutirão em um apagamento sobre visibilidades desses interesses exclusivistas a um pequeno grupo privilegiado em narrativas que farão prevalecer sobre sua obra a figura de prestígio, aquela que o faz ser lembrado apenas como arquiteto responsável, entre outros marcos edificados, pela construção do Theatro Municipal da capital paulista, por exemplo.

50 “Em São Paulo, os estudos psicotécnicos foram introduzidos, em 1923, no Liceu de Artes e Ofícios, por iniciativa de Ramos de Azevedo e Roberto Mange” (MORAES, 2003, p. 219).

51 O Idort foi fundado em 1931 com o objetivo de divulgar as ideias de Frederick W. Taylor (1856-1915) e teve, entre seus fundadores, Armando de Salles Oliveira (1887-1945), engenheiro formado pela Politécnica de São Paulo vinculado à criação da Universidade de São Paulo, para a qual dá nome ao seu campus no bairro do Butantã.

Além de arquiteto, portanto, atividade profissional que muitas vezes é representada na historiografia através de um perfil técnico isento, ou seja, sem que se destrinchem as ramificações de interesses que a atuação profissional envolve, Ramos de Azevedo também era o proprietário e o empresário do seu escritório, o maior da época, montado na capital paulista após a encomenda para projetar e construir as secretarias de Estado, em que se incluíam a Tesouraria da Fazenda, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Polícia, no emblemático Pátio do Colégio, onde a cidade de São Paulo foi fundada.

Um “mestre na expansão capitalista”, como denominará Carlos Lemos (1993, p. 77), Ramos possuía ainda uma série de negócios paralelos ao seu escritório e ao trabalho de professor, fundando, com parcerias, em 1910, a Cia. Cerâmica Vila Prudente, produtora de materiais cerâmicos e tijolos, em 1911, o Banco Ítalo Belga e, em 1913, a Cia. Suburbana Paulista de loteamentos. Ainda presidiu (1925-1928) e vice-presidiu (1917-1925) o Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, entre outros empreendimentos, e, assim, “conseguiu garantir maiores lucros, nas várias etapas das construções em geral”, pois “fornecia terrenos; financiava obras, principalmente através de sua Companhia Iniciadora Predial”, de 1908, e fornecia os materiais de construção (LEMOS, 1993, p. 77).

Ramos também, como já comentado, fora figura importante na constituição do sistema de ensino para as profissões que envolvem a construção civil, aproximando-se então a figura do professor com a do empresário e, nesse sentido, confundindo-se também os seus interesses, como se vê na passagem a seguir:

Domingos Pellicciotta cursava o Liceu de Artes e Ofício quando Ramos pôs-lhe um cartão nos ombros, chamando-o para trabalhar, seduzido pela qualidade de seu desenho. Era artista, escultor e hábil desenhista. Ao que tudo indica, tal prática de arregimentação foi recorrente. Pellicciotta ingressou no escritório em 1924, aos 17 anos, diplomando-se em “Desenho Arquitetônico”, em 1926. (BUENO, 2015, p. 9).

O recrutamento de estudantes do Liceu para o trabalho em escritórios de seus professores, mesmo antes de terminada a sua formação, como é o caso já citado, evidencia o cruzamento de interesses, por vezes contraditórios, entre o papel de arquitetos e o de professores e ao mesmo tempo “empresários capitalistas”, como eram chamados na época.

Afinal, fazendo-se do espaço de aprendizagem um território privilegiado de observação para o recrutamento de trabalhadores mais hábeis, não apenas se cria uma situação de condições diferenciadas na teórica livre disputa de mercado por melhores candidatas, como, principalmente, transforma-se o ensino em um campo de disputa entre os estudantes diante do professor-empregador, distante da isenção necessária que seria premissa do processo de ensino formalizado fora da experiência prática do trabalho.

Nesse sentido, converte-se a instituição de ensino pública em campo de recrutamento e em campo de experimentação para a contratação com privilégios dos trabalhadores mais bem instruídos, servindo ao capital privado de seus professores, que, se

muitas vezes são empresários capitalistas, também são aqueles participantes da vida política em cargos do Estado.

É interessante notar ainda que:

[...] Ramos dá início ao seu grande complexo empresarial e impulsiona a sua vida de arquiteto famoso, embora desenhasse pouco ou nada.

Lecionava na Politécnica onde também era seu vice-diretor e, depois de 1917, seu diretor asserbado com problemas administrativos; dirigente operacional do Liceu de Artes e Ofícios; diretor de, pelo menos, meia dúzia de empresas em que era sócio, como veremos; membro de conselhos vários de companhias de estradas de ferro, de bancos, de Santa Casa, até senador foi e com tantas atribuições não podia mesmo perder horas debruçado numa prancheta de desenho. (LEMOS, 1993, p. 55).

Convém compreender, portanto, a posição do arquiteto, que, mesmo sem desenhar, é privilegiado nas etapas de trabalho e pensado como cargo de chefia, sendo justificada sua competência de arquiteto não necessariamente pelos conhecimentos práticos da profissão, mas, independentemente disso, por um sistema de reconhecimento ideológico da sua função acima dos outros cargos da hierarquia do trabalho, o que é causado em grande parte pelo poder vinculado ao prestígio de ser um diplomado em ensino superior.

Para reforçar isso e manter as posições livres de tensões, pode-se encontrar mais uma vez disseminado em veículos de imprensa o reforço sobre a natural posição hierárquica distinta e ficcionalizada como sem atritos entre operários e chefes, encarnados aqui na figura do arquiteto. Ramos, como se viu, que pouco ou quase nada atuava no final de sua carreira sem ser em posições administrativas, assim retratará a escola de formação de operários que criou ao ser entrevistado por *O Estado de S. Paulo*, em 1921:

O que me enche a alma de satisfação é que o Liceu é uma escola magnífica de trabalho. Não de trabalho obrigatório, forçado, constringido, mas o trabalho-virtude, que é muito raro – mas do trabalho-prazer, no qual o aprendiz ou o operário encontra, em todos os instantes, novos motivos de satisfação e entusiasmo. (apud LEMOS, 1993, p. 54).

Mais uma vez se fala em nome do operariado e se constitui uma representação dócil e passiva sobre ele, dessa vez já na segunda década do século XX e após a greve geral de 1917, já comentada, em que ficaram claros os embates entre as condições de trabalho de operários e os interesses de exploração de seus patrões (que podem vir dissimulados em prazer e satisfação individual, como condizia com a cartilha taylorista), demonstrando o reforço em apaziguar a segmentação explícita de classe.

A proximidade da entrevista de Ramos de Azevedo com o movimento que levará, pouco mais de uma década depois, em 1933, à regulamentação da prática profissional de engenheiros e arquitetos com o monopólio do exercício dessas profissões aos diplomados em ensino superior, largamente debatido aqui, reforça também, através

do pensamento de uma das principais figuras da arquitetura naquele momento e de enorme prestígio, as distinções entre posições de trabalho que se fazem prevalecer pela promoção da ideologia da competência técnico-científica.

Nota-se isso repercutido também nos comentários de Morales de los Ríos Filho (1947, p. 13) ao reportar a formação das profissões de arquiteto, engenheiro e agrônomo no Brasil, quando critica a passagem de texto de lei que nomeia “‘diplomas’/‘títulos’ de empreiteiro, condutor ou mestre de obras, conquistados em curso regular, e ‘títulos’ obtidos depois de prova de competência, a juízo da prefeitura”, sendo que, para ele, talvez “a palavra ‘títulos’ não tenha sido bem empregada naquela última hipótese – pois a expressão a ser adotada deveria ser a de ‘licenças’; uma vez que absurdo é equiparar quem fez curso de estudos e tem ‘título passado’ com quem não estudou” (MORALES DE LOS RÍOS FILHO, 1947, p. 13).

Percebe-se, assim, a construção ideológica que se estende sobre a percepção do trabalho formado pelo ensino sistematizado frente àquele de cunho empírico, em que há forte tendência a apoiar o discurso técnico-científico em uma camada moral, como fará ainda Morales de los Ríos Filho (1947, p. 12) ao comentar que “não são idôneos os que não tiveram estudos” ou que a missão da regulamentação seria fazer “regular moral e tecnicamente” o mercado profissional.

Em posição semelhante e alguns tons acima, décadas antes, encontra-se o editorial da Revista Politécnica, de 1905:

[...] a regulamentação do exercício da sua profissão, a debatida questão que a todos preocupa, mas a toda individualidade desanima... a árdua e paciente conquista de uma lei que traga à esquecida classe dos engenheiros a mesma garantia que gozam o médico, o advogado, o farmacêutico, garantia justíssima de honestamente trabalhar, livre da concorrência desleal e assustadora de uma legião de exploradores; uma lei que arranque essa *digna classe* à situação tristíssima em que se debate, em que se vê nivelado ao arquiteto, ao artista, ao *mestre de obras boçal e grosseiro*, em que o *engenheiro civil*, formado em longo e penoso curso de escola oficial, deve ainda lutar com a concorrência absurda de engenheiros de arribação, portadores de títulos incompreensíveis, caçados em rápida viagem de recreio aos Estados Unidos, ou dos bacharéis de engenharia, imitação destes últimos falsificada bem perto de nós... (*Revista Politécnica*, 1905, p. 3). (FICHER, 2005, p. 30 – grifos nossos).

Percebe-se que a incompetência *a priori* daquele sujeito não formado em sistema escolarizado sugere um posicionamento ideológico e classista, pois a justificativa para a legislação restritiva sobre a prática de não diplomados não incidia sobre os interesses da sociedade ou de qualquer risco que pudesse representar a participação no mercado de trabalho de sujeitos sem orientação escolar, organizada na prática, mas com base em discursos classistas e preconceituosos.

Ao se reconhecerem os agentes – identificar sua origem étnica e seu gênero e entender sua posição de classe – que participaram da formação dos primeiros centros dedicados ao ensino formal da arquitetura no Brasil, grande parte deles também vinculados à história do ensino das engenharias no país, pode-se perceber a ligação entre seus interesses pessoais e profissionais e o privilégio com que participavam das esferas de decisão pública através do Estado, ao mesmo tempo que é possível entender

a marginalização de outros grupos que estavam menos representados até hoje dentro da profissão de arquiteto e outros cargos de comando e chefia da construção civil.

Desmontar e desnaturalizar as posições de hierarquia como fruto de competência escolar permite entender que “nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar” (CHAUÍ, 2013, p. 451), possibilitando, assim, construir alternativas mais democráticas, participativas e igualitárias.

PARTE II

POSSIBILIDADES DE ENCONTRO ENTRE O PENSAMENTO DE ANDRÉ GORZ E IVAN ILLICH PARA UMA CRÍTICA DA DIVISÃO DO TRABALHO NA ARQUITETURA: RASCUNHO DE UMA DISCUSSÃO PELA AUTONOMIA DO FAZER

Embora não sejam teóricos relacionados diretamente às temáticas da arquitetura, as abordagens sobre trabalho, ensino e ecologia que atravessam e se interceptam nas obras de André Gorz e Ivan Illich, também presentes no cruzamento entre as trajetórias de vida desses dois autores, permitem rascunhar o início de uma discussão sobre a emancipação do trabalho prático, pensado dentro das atividades relacionadas à construção civil, em oposição a uma perspectiva hierarquizada em que o fazer se situe como separado e subordinado ao trabalho intelectual.

Para isso se estabelece, como ponto de partida para este debate, a leitura cruzada dos trabalhos *Crítica da divisão do trabalho*, de André Gorz, e *A convivencialidade*, de Ivan Illich, ambos publicados em 1973, não apenas por terem sido lançados no ano em que os dois autores passam a se conhecer pessoalmente, mas, principalmente, porque marcam também a iniciativa de construir uma pequena edificação partindo das ideias neles abrigadas.

Quando André Gorz⁵², filósofo e um dos principais articuladores do que se denominou chamar ecologia política, decidiu construir com sua companheira Dorine

52 André Gorz é o pseudônimo adotado por Gerhart Hirsch (Viena, 1923-Vosnon, 2007), teórico da chamada Nova Esquerda (New Left) e autor de, entre outros importantes escritos, *Metamorfose do trabalho* (1988) e *O imaterial* (2003). Como jornalista, atuou em diversos periódicos, entre eles o semanário *Le Nouvel Observateur*, que ajudou a fundar em 1964, de importante repercussão após os acontecimentos de Maio de 1968, em Paris, na França.

uma “casa de verdade”, projetada por eles sem a intervenção de um profissional da arquitetura, durante aqueles anos 1970, no interior da França, iniciava também um posicionamento crítico sobre a divisão do trabalho nas atividades que envolvem a construção civil com uma medida experimental concreta e uma mudança de atitude pessoal.

Idealizar e construir sua própria casa era parte do projeto do casal em expandir seu “espaço de autonomia, de não pensá-lo apenas como necessidade privada”, como vai lembrar Gorz (2008) em *Carta a D: história de um amor*⁵³, pois se vinculava à iniciativa de pôr em prática discussões presentes, em grande medida, nos textos de Ivan Illich, com quem Gorz apresentaria grande afinidade intelectual, e também em trabalhos de outros autores que estimularam o pensamento crítico que havia culminado nos movimentos do Maio de 1968 parisiense e em seus prolongamentos⁵⁴.

Illich, nesse contexto, aparecia como ativo crítico da sociedade hiperindustrializada e da lógica de crescimento ilimitado das economias, que desafiavam o equilíbrio ecológico do planeta. Para ele, um novo modelo social precisaria ser instituído com a limitação do uso de determinadas ferramentas tecnológicas, que, ao serem apropriadas por nichos profissionais específicos, como os trabalhadores técnicos da construção, retiram da coletividade sua autonomia para controlar e acessar essas ferramentas, permitindo assim sua dominação.

De acordo com Lesourt (2013, p. 11), Gorz, que conheceria pessoalmente Illich em 1973, como já foi dito, entraria em contato com suas ideias ainda antes disso, em 1967, ao ter sido incumbido pela revista *Le Nouvel Observateur*, em que trabalhava, a realizar a tradução e o resumo em francês do seu texto “Retooling society”, apresentado como preparação de um seminário e que se desdobraria no lançamento de *A convivencialidade* (ILLICH, 1973) ou *Tools of conviviality*, em inglês, trabalho publicado dois anos após o impactante *Sociedade sem escolas* (ILLICH, 1971) ou *Deschooling society*, um de seus mais celebrados textos.

A leitura e as discussões do casal Gorz e Dorine em torno de “Retooling...” para o resumo do jornal desempenhariam papel importante para iniciativa dos dois em construir uma casa e estimulariam Dorine a desenhar sua planta construtiva, em formato de U, como relembra Gorz, ao mesmo tempo que os estimulariam também a passar a frequentar os círculos de militância ecológica com mais frequência, como aqueles em torno dos jornais *Le Gueule Ouverte* e *Le Sauvage* (GORZ, 2008, p. 60).

Sobre o texto que traduziu e resumiu, Gorz irá comentar que:

53 Em *Cartas a D.* (2006), traduzido para o português e publicado no Brasil em 2008, Gorz desenvolve em caráter autobiográfico e como um de seus últimos escritos uma extensa mensagem de amor para sua companheira, Dorine, com quem dividiria longos anos de vida, ambos cometendo suicídio, ele aos 84, ela aos 83 anos, motivado pelo agravamento da saúde dela.

54 Considera-se o impacto de autores como o sociólogo e filósofo Herbert Marcuse (1898-1979) no Maio de 1968 e seus desdobramentos, principalmente seus trabalhos que denunciavam aspectos totalitários de sociedades em que predominava a razão técnica em detrimento da realidade empírica, como o seu *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*, de 1964. Ver: Marcuse (1973).

Havia ali como que um eco do pensamento de Jacques Ellul e Günther Anders: a expansão das indústrias transforma a sociedade em uma gigantesca máquina que, em vez de libertar os humanos, restringe seu espaço de autonomia e determina como e quais objetivos eles devem perseguir. Nós nos tornamos os serviçais dessa megamáquina. A produção não está mais ao nosso serviço, nós é que estamos a serviço da produção. E em razão da profissionalização simultânea dos serviços de todos os tipos, tornamo-nos incapazes de cuidar de nós mesmos, de autodeterminar as nossas necessidades e de satisfazê-las por nossa conta: dependemos, para tudo, de “profissões incapacitantes”. (GORZ, 2008, p. 59).

As “profissões incapacitantes”, que Gorz menciona, se referem ao importante norteador da obra de Illich que debate a perda de autonomia a que os sujeitos das sociedades industriais – ou mais exatamente hiperindustriais – são submetidos por profissões que retiram a capacidade de agir sobre questões fundamentais das suas próprias vidas, como o cuidado consigo, terceirizado aos profissionais da saúde, ou a segurança, relegada apenas às forças policiais, ou ainda a habitação, vinculada aos profissionais da construção civil, como interessa repercutir aqui com mais detalhes, etc.

Em *A convivencialidade* debate-se o desequilíbrio que as instituições industriais impuseram ao planeta ao extrapolar os limites positivos que o advento de ferramentas novas pôde proporcionar à humanidade, a partir da chamada Revolução Industrial, agindo, ao contrário, contra as boas relações entre a humanidade e o planeta Terra, sendo proposta como superação a esse estágio nocivo a busca por ferramentas que não ultrapassem o limite de controle geral de qualquer um, fundando assim uma sociedade da convivencialidade em um novo contexto pós-industrial.

O que quer dizer que a “ferramenta justa”, irá descrever Illich (1976, p. 38), “é criadora de eficiência sem degradar a autonomia pessoal; não provoca nem escravos nem senhores; amplia o raio de ação pessoal”, pois o “homem precisa de uma ferramenta *com a qual trabalhe*, e não de instrumentos que *trabalhem em seu lugar*”, ou seja, “precisa de uma tecnologia que tire o melhor partido da energia e da imaginação pessoais, não de uma tecnologia que o avassale e o programe”.

Entende-se, portanto, que o “exercício de criatividade de uma pessoa nunca imponha a outra um trabalho, um conhecimento ou um consumo obrigatório”, pois deve se manifestar em oposição ao que ele detecta ser naquele momento a sociedade hiperindustrial, medida pelo fato de que “é outro quem determina minha procura, reduz a minha margem de controle e dirige meu próprio sentido” (ILLICH, 1976, p. 38).

Tendo em vista esses princípios, antes de retornar à questão da casa construída por Gorz propriamente, se faz necessário compreender em que medida aqueles textos, o de Illich e o que foi escrito por Gorz naquele mesmo ano, se articulam com as temáticas que envolvem o pensamento sobre as culturas construtivas e o construir de forma mais específica. Para tal, se repercutirão a seguir os trechos em que esses tópicos são mencionados diretamente nos dois trabalhos.

Embora não investigue com profundidade em *A convivencialidade* os temas que envolvem a construção civil e profissões correlacionadas – nem vá mais à frente se debruçar em torno delas, como fará com a profissão médica em *Nêmesis...* ou com as

profissões que envolvem a indústria do transporte⁵⁵ –, Illich não deixará de mencioná-las especificamente, abordando sugestões de investigação que apenas serão comentadas de forma inicial aqui.

Cita, por exemplo, as obras públicas, junto à educação, correio, assistência social e transportes, como atividades que replicaram a organização científica que prevaleceu sobre as instituições industriais a partir de meados do século XIX, em que critérios científicos permitiam medir com precisão a eficiência a ser alcançada por determinado setor, mas que, tomadas por outra perspectiva, traziam progressos que se convertiam em uma forma de exploração do conjunto social ao criar uma elite especializada que concentra o poder de determinar em seus próprios termos o que é essa eficácia e, conseqüentemente, de regular o trabalho a partir de seus interesses de grupo (ILLICH, 1976, p. 20)

É nesse sentido que, ao tratar da desprofissionalização – expressa através desse termo por Illich –, irá criar um tópico específico sobre a indústria da construção, ao lado de medicina e transporte, que posicionará como setor que detém o “poder para subtrair ao homem a faculdade de construir sua própria casa” (ILLICH, 1976, p. 59) amparada pelo direito na forma da lei e pelos interesses financeiros.

Uma subtração de autonomia que, segundo ele, enquanto desqualifica a maneira tradicional de construir apontando como “perigosas e insalubres” as suas construções, ao mesmo tempo priva a sua realização a partir de normativas industriais de bom desempenho que, se a princípio são utilizadas como discurso para melhor resolver a disponibilidade de habitações, acabam por nunca resolver o problema por se basearem em uma lógica industrial de crescimento e escassez de produtos que não permitem incluir a todos no seu modelo de produção.

Como exemplo disso, compara a situação da América Latina e suas políticas habitacionais de escala industrial, nos anos 1960, com as contradições que ocorreram em Massachusetts, décadas antes, em que de um terço de famílias habitava “numa casa que era inteiramente obra dos respectivos ocupantes, ou tinha sido construída segundo seus planos e sob sua direção” (ILLICH, 1976, p. 60), em 1945 – esses casos passam a representar apenas 11% da totalidade de construções, em 1970, momento em que exatamente a questão habitacional passa a se tornar um dos principais problemas desse estado americano.

Além disso, Illich (1976, p. 60) irá se posicionar também diante de questões subjetivas, pois avalia que a “maioria das pessoas não se sente realmente em casa, salvo quando uma parte significativa do valor dela é fruto do seu próprio labor”. Evidencia, assim, pontos críticos em que a industrialização, a superprodução e o supercrescimento, para ele, põem em ameaça os direitos do homem de “radicalizar-se no *meio, sobre sua autonomia de ação, sua criatividade*” e “ameaçam] o direito do homem à sua tradição, o seu *recurso ao precedente* por meio da linguagem, do mito e do ritual” (ILLICH, 1976, p. 65), caracterizados ali também nas manifestações construtivas da arquitetura.

55 Illich lançará em 1975 o livro *Medical Nemesis*, após o seu *Energy and equity*, de 1974. Cf.: Illich (1975).

Articula-se um quadro, portanto, em que predomina o monopólio sobre a maneira de construir orientada pela razão industrial e seus interesses, colocando para fora do sistema de organização das novas construções qualquer prática que não esteja afiliada a essa forma de pensamento e, sendo assim, destituindo sua legitimidade e propondo sua eliminação.

Há de se evidenciar que tais questões retomam sua crítica à escolarização como modelo de subordinação criado pela sociedade hiperindustrializada, presente em muitos de seus escritos e com mais vigor em *Sociedade sem escolas*, e aparecem também, evidentemente, em *A convivencialidade*, seu trabalho seguinte, interessando aqui as correlações que serão traçadas entre o ensino e as profissões relacionadas à construção civil e arquitetura.

Para Illich (1976, p. 71), “a escola também pode exercer um monopólio radical do saber”, tal e qual há o monopólio em outras áreas vinculadas à industrialização, que acontece quando “a ferramenta programada despoja o indivíduo da sua possibilidade de fazer” e, assim, “está limitando com isso a autonomia da pessoa”. Dará como exemplo o autodidata que, ao não ter um “rótulo oficial”, será tratado no grupo dos “não educados”, muito embora domine conhecimentos sem ter passado necessariamente pelo sistema escolarizado.

Sobre isso segue:

A aquisição espontânea do saber está confinada aos mecanismos de ajustamento a um conforto massificado. O homem das cidades tem cada vez menos possibilidade de fazer as suas coisas como lhe der na gana. Fazer a corte, a comida e o amor transformam-se em matéria docente. Desviado por e para a educação, o equilíbrio do saber degrada-se. As pessoas sabem o que lhes ensinaram, mas já não aprendem por si próprias. Sentem a necessidade de ser educadas. O saber é portanto um bem, e, como qualquer bem posto no mercado, está sujeito à escassez. (ILLICH, 1976, p. 74).

O ensino escolarizado, assim, condiciona, para ele, que se aprenda a “aceitar sem revolta o *seu* lugar dentro da sociedade, ou seja, a classe e a carreira exatas que correspondem respectivamente ao nível e ao campo de cada especialização escolar” (ILLICH, 1976, p. 83), delimitados legalmente pela aquisição de diplomas, que reafirmam a especialização, a hierarquia social do conhecimento e o confinamento em um campo de saber restritivo e domesticado.

Nesse ponto, Illich dedica especial interesse em repercutir, através de dois longos parágrafos de *A convivencialidade*, questões que envolvem o ensino, o construir e a arquitetura:

A educação não se transforma em necessidade apenas para diplomar as pessoas, a fim de selecionar aquelas a quem se dará emprego, mas também para controlar as que acedem ao consumo. É o próprio crescimento industrial que leva a educação a exercer o controle social indispensável para um uso eficiente dos produtos. A indústria do alojamento nos países da América Latina é um bom exemplo das disfunções educativas provocadas pelos arquitetos. (ILLICH, 1976, p. 83).

Nota-se aqui, além da citação direta aos profissionais da arquitetura, o termo “disfunções educativas”, que irá nortear esse trecho, em que se monta a relação entre a educação gerida para a formação de profissionais da sociedade industrial em oposição a um modelo de aquisição de conhecimentos emancipador. Sobre o qual o autor segue dizendo que:

Nesses países, as grandes cidades estão rodeadas por vastas zonas, *favelas*, *barriadas* ou *poblaciones*, nas quais as pessoas erguem por si mesmas as suas casas. Custar-nos-ia caro pré-fabricar elementos para moradias e construções de serviços comuns fáceis de localizar. As pessoas poderiam construir moradias mais duradouras, mais confortáveis e salubres, ao mesmo tempo que aprenderiam a utilizar novos materiais e novos sistemas. Em vez disso, em vez de estimular a aptidão inata das pessoas para modelar seu próprio ambiente, os governos encaixam nesses “bairros de lata” serviços comuns concebidos para uma população instalada em casas tipo moderno. (ILLICH, 1976, p. 83).

Vale lembrar que esse texto é anterior aos principais projetos de autogestão e mutirões de habitação, que foram muito comuns na América Latina, e, sem dúvida, parte dessa crítica foi fundamental para a eclosão desse movimento. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que algumas dessas experiências, mais ou menos bem-sucedidas, continham em sua maioria a participação de profissionais da arquitetura e não rompiam com a hierarquia do projetista legal e legitimado pelo seu diploma, mesmo com iniciativas de aprendizado coletivo e participação popular⁵⁶.

Assim, a obra de arquitetos e engenheiros eruditos segue como presença e projeto, em contraponto aos conhecimentos e modos de fazer locais:

Pela simples presença, a escola nova, a estrada asfaltada e os postos de polícia de aço e vidro definem o edifício construído pelos especialistas como modelo e, desse modo, imprimem ao alojamento que seja construído pelo próprio uma marca de “ilha”, reduzindo-o a um simples casebre. Semelhante definição é implantada pela lei; recusa a licença de construção às pessoas que não podem apresentar um projeto assinado por um arquiteto. Eis como as pessoas são privadas da sua natural aptidão para investir o tempo pessoal na criação de valores de uso, sendo obrigadas a um trabalho assalariado – poderão então trocar os seus salários pelo espaço industrialmente condicionado. Eis também como são privadas da possibilidade de aprender construindo. (ILLICH, 1976, p. 84).

Illich volta-se, portanto, à questão da divisão capitalista do trabalho:

A sociedade industrial exige que uns sejam programados para conduzir caminhonetes, outros para construir casas. Outros ainda têm de ser ensinados a viver nos grandes complexos habitacionais. Professores, trabalhadores sociais e polícias trabalham lado a lado para manter indivíduos sobre-explorados ou semidesempregados em casas que não podem construir por si mesmos nem modificar. Assim, a verba economizada na construção de conjuntos habitacionais populares aumenta o custo de manutenção do imóvel e exige o investimento de um múltiplo da poupança conseguida em despesas terciárias para instruir, animar, promover, ou seja, para

56 Sobre esse tema, ver: Bonduki (1992).

controlar, conformar e condicionar o locatário dócil. A fim de amontoar mais gente em menos terreno, o Brasil e a Venezuela experimentaram construir grandes prédios. Em primeiro lugar foi necessário que a polícia evacuasse as pessoas dos seus tugúrios e as reinstalasse nos apartamentos. Em seguida, os assistentes sociais enfrentaram a dura tarefa de socializar inquilinos insuficientemente escolarizados para compreender por si mesmos que não se criam porcos nas varandas de um décimo primeiro andar e que não semeiam feijões na banheira. (ILLICH, 1976, p. 84).

Dentro dessa divisão, assim, e feita a devida avaliação de que não se trata aqui de endossar um discurso contra a política habitacional de grandes conjuntos originados pela industrialização, mas, em amplitude, repercutir as contradições expostas em seus processos para reorientá-los, alguns poucos, especificamente no que diz respeito à hierarquia de trabalho na construção, terão, via escolarização, privilégios, como se evidenciará no caso abaixo:

Nos países que se industrializam, nas construções, o engenheiro é o único que tem ar condicionado na respectiva barraca. O seu tempo é tão precioso que toma o avião para ir à capital e as suas decisões são tão importantes que as comunica através de um transmissor de onda curta. O engenheiro ganhou os seus privilégios açambarcando os fundos públicos para obter os diplomas. (ILLICH, 1976, p. 93).

Percebe-se, portanto, que as provocações de Illich em *A convivencialidade* sobre a autonomia e o fazer no construir, atingindo as profissões relacionadas ao comando e criação nas atividades da construção civil, se aportam na valorização do saber construir tradicional e suas formas de transmissão de saberes em contraponto ao projeto de sociedade industrial que segrega o trabalho e o hierarquiza, partindo da divisão escolar, como forma de transformar a maioria da população em consumidores de serviços da construção.

Essa perspectiva será organizada também por André Gorz em *Crítica da divisão do trabalho*, no mesmo ano, coletânea de textos seus e de autores por ele escolhidos que antecede outros escritos que também encontram grande afinidade com o pensamento de Illich, como *Ecologie et politique* (GORZ; BOSQUET, 1975) – produções essas que se situam em uma fase específica do pensamento de Gorz, que, embora apresente eixos de continuidade durante a sua obra, não podem ser entendidas sem que se reconheçam as suas transformações através de tantas décadas de posicionamento crítico⁵⁷.

Em *Crítica da divisão do trabalho*, Gorz posiciona a realização da coletânea de textos, todos eles voltados para a questão da divisão capitalista do trabalho, naquele início dos anos 1970, dentro da retomada do tema por parte das esquerdas políticas após longo período em que se avaliava que as contradições nas relações de trabalho capitalistas desencadeariam o processo revolucionário que levaria à implantação do

57 Josué Pereira da Silva (2002), em *André Gorz: trabalho e política*, defenderá as discontinuidades na obra de Gorz dividindo-a entre dois períodos seccionados pela sua produção do início dos anos 1970, que se distinguem por apresentarem concepções distintas sobre a emancipação referente ao trabalho, passando da produção do trabalho coletivo para uma concepção de tempo livre.

socialismo e, por isso, ficando de lado reflexões mais profundas que as tematizassem ou que buscassem apontar outros modelos de produção.

Segundo ele:

Até então era comum considerar-se que a divisão, a especialização e a separação das tarefas eram requeridas não pela divisão *capitalista* do trabalho mas pelos imperativos *técnicos* da produção em série nos grandes complexos mecanizados. O parcelamento e a repetitividade das tarefas eram atribuídos ao cuidado em racionalizar a *divisão técnica* do trabalho. (GORZ, 2001, p. 226-227).

E, com isso, era justificada a hierarquia de trabalho, pois a autoridade derivaria de quem tivesse os conhecimentos técnicos e competências consideradas como mais elevadas, o que, para ele, representava uma função ao mesmo tempo técnica e ideológica nas indústrias de mão de obra, pois tinha como missão “perpetuar a estrutura hierárquica da empresa e reproduzir as relações sociais capitalistas: isto é, perpetuar a separação (a alienação) dos produtores em relação ao produto ‘comum’ e ao processo de trabalho” (GORZ, 2001, p. 227).

Nota-se que essa virada de posicionamento sobre a crença diante das técnicas modernizadoras, entendidas como solução para um mundo novo racionalizado e que combateriam, por exemplo, o déficit habitacional, aponta para uma pretensa necessidade técnica de divisão de tarefas que encobre a criação de um sistema de desigualdades fundamentado na hierarquia de trabalho, base do acúmulo de maior riqueza para poucos com a máxima exploração de muitos. Ou seja, “a divisão capitalista do trabalho, com sua separação entre trabalho manual e intelectual, execução e decisão, produção e gestão, é técnica de dominação bem como técnica de produção” (GORZ, 2001, p. 235), o que repercute, portanto, nas profissões que se direcionam para o comando de uma hierarquia de trabalho e que se julgam aptas a ocuparem essas funções baseadas em discursos de ordem puramente técnica, mas que, como aponta Gorz, se sustentam em grande medida em questões ideológicas.

É nesse sentido que irá comentar sobre “engenheiros, técnicos superiores e outros dirigentes investidos de funções de comando e de controle”, o que interessa pensar aqui. Para ele, seu “papel, nas indústrias de mão de obra, é fazer com que mantenha a subordinação do trabalho vivo aos processos mecânicos (trabalho morto) e portanto ao capital” (GORZ, 2001, p. 236).

Assim sendo, para legitimar suas posições, impedindo que outros desempenhem suas funções e garantindo que sejam os únicos a portarem as competências técnicas e intelectuais que aparecem como exigências para ocupar esses cargos, profissionais investidos de funções de comando e controle:

Monopolizam essa qualificação e, assim *proíbem-na aos operários*. São portanto os agentes da desqualificação e da opressão do trabalho manual reduzido a ser apenas manual. Representam aos olhos do operário o conjunto de conhecimentos e de saber técnicos dos quais ele está privado, a separação entre trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução. Gozam de importantes privilégios financeiros, sociais e culturais. (GORZ, 2001, p. 236).

Nesse sentido, Gorz irá se aproximar ainda mais das discussões de Illich sobre a correlação entre o sistema escolar e a hierarquização social e de trabalho, assim como de outros intelectuais que passaram a investigar com maior atenção essa questão a partir dos anos 1960, especialmente nas ciências sociais, como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2008), citados diretamente por ele pelo trabalho *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, de 1970.

Dessa perspectiva, dirá que “o ensino procura instilar numa pequena minoria o sentimento de que ela representa uma elite”, servindo “assim para reproduzir a estratificação hierárquica das forças de trabalho exigida pela divisão capitalista do trabalho”, e que “nenhuma necessidade técnica comanda a profissionalização de certas competências e funções exercidas, por exemplo, por engenheiros ou professores; nenhum imperativo técnico exige que privilégios de *status*, de poder e de dinheiro estejam ligados a certas qualificações” (GORZ, 2001, p. 239).

Com isso, encontra-se também próximo das discussões de desprofissionalização de Illich e aponta para as diferenças entre especialização, profissionalismo e privilégio, propondo a eliminação das duas últimas ao tempo que reconhece a impossibilidade do fim da primeira de imediato, ao passo que, especificamente sobre profissionalismo, diferenciando-o da especialização, o conceituará a partir da concepção de que “uma qualificação torna-se profissional quando o que a possui faz do seu exercício um estatuto especial e recusa seja a posse, seja, com mais frequência, o reconhecimento desse estatuto a todos os que não têm o título escolar ou a função que institucionaliza esse exercício” (GORZ, 2001, p. 239). Ou seja, a base do que considera ser o profissionalismo está diretamente ligada ao vínculo com a organização de privilégios por aqueles grupos que, a partir da escolarização e da construção de títulos que lhes assegurem aquele registro de conhecimentos, o diploma, excluem outra parte de pessoas das possibilidades de exercício daquela mesma função, consolidando-se assim uma relação direta em que o sistema escolar serve à hierarquização social.

Em proposição a essas constatações, recusando a figura do cargo de comando de maior hierarquia dentro do trabalho das profissões que envolvem a construção civil, como foi lido e debatido aqui a partir das obras dos dois autores, retorna-se então à experiência de Gorz em construir sua própria casa sem a presença desse tipo de profissional, no final dos anos 1970, que, embora pouco ou quase nada se conheça a esse respeito, ilustra uma rara combinação entre teoria e práxis e, assim, permite estimular outras ações e pensamentos.

Dos poucos fragmentos que se conhecem sobre a construção dessa casa, Gorz dará algumas pistas principalmente em um de seus últimos escritos em vida e de tom mais autobiográfico, o já mencionado *Carta a D.: história de um amor*, em que, em primeira pessoa e se reportando a sua esposa, Dorine, afirma que, ao relembrar da leitura de *Retooling society*, de Illich, “provavelmente, ele desempenhou um papel no nosso projeto de construir uma casa de verdade” (GORZ, 2008, p. 60).

Dorine e Gorz passariam as décadas finais de suas vidas retirados de Paris, melhor se conhecendo a sua segunda casa desse período, onde os dois viveriam até a morte e em que plantariam muitas árvores, uma antiga edificação em Vosnon, comuna

francesa no departamento de Aube com pouco mais de uma centena de habitantes na época e que se localiza a cerca de 160 quilômetros da capital francesa.

Antes dela, porém, houve a primeira casa, feita por eles, e sobre ela se sabe que, no ano de 1973, enquanto Dorine trabalhava na editora Galilée, faziam piqueniques no seu canteiro de obras, durante os finais de semana, mesmo período em que Gorz e Illich se encontrariam pessoalmente pela primeira vez quando se articulam para uma aproximação maior com o convite para um reencontro no México, no ano seguinte, a pretexto de um seminário sobre medicina no Centro Intercultural de Documentação (Cidoc)⁵⁸, que contextualizava as pesquisas de Illich que gerariam *Nêmesis da medicina*, publicação para a qual Gorz escreveria artigos na época do lançamento (GORZ, 2008, p. 61).

A crítica à tecnomedicina, presente em *Nêmesis...*, se alinhava com a tecnocrítica de *A convivencialidade* e, mais embrionariamente, de *Retooling society*, lido pelo casal, “que trazia a ideia de ‘autogestão’, muito em voga nas esquerdas, em uma nova perspectiva”, como comentará Gorz (2008, p. 60), e, ao mesmo tempo, se aproximava das questões que atingiriam grande parte das preocupações com a fragilização da saúde de Dorine nos seus últimos anos de vida.

Dirá Gorz (2008, p. 64):

A sua doença nos levava ao campo da ecologia e da tecnocrítica. Meus pensamentos não a abandonaram quando preparei, para a revista, um dossiê sobre medicinas alternativas. A tecnomedicina me parecia uma forma particularmente agressiva daquilo que Foucault mais tarde chamaria de biopoder – o poder que os dispositivos técnicos assumem até sobre a relação íntima de cada um consigo mesmo.

Dois anos depois da primeira visita ao México, retornariam a Cuernavaca, cidade onde possivelmente encontraram mais uma vez com Illich, e fariam também uma viagem aos Estados Unidos, onde se encontrariam ainda com Marcuse. Na volta dessa viagem, sabe-se que foram visitar sua “casa de verdade”:

Com o diagnóstico feito, e a data da operação marcada, nós fomos passar oito dias na casa que você tinha concebido. Inscrevi seu nome na pedra com um buril. Aquela casa era mágica. Todos os espaços tinham uma forma trapezoidal. As janelas do quarto davam para a copa das árvores. Na primeira noite, nós não dormimos. (GORZ, 2008, p. 65).

Ao que tudo indica, dois anos após o período de construção a moradia já estava pronta e, ainda sobre a experiência da casa, recordará o tempo em que viveram nela e o motivo de sua mudança:

⁵⁸ O Cidoc foi fundado em 1966 por Ivan Illich, em Cuernavaca, no México, como um centro de ensino e pesquisa inovador sobre a América Latina e o desenvolvimento, que teve entre seus pesquisadores visitantes o educador Paulo Freire. Sua principal relevância se deu entre 1970 e 1976, quando encerrou suas atividades (HORNEDO, 2002).

Vinte e três anos se passaram desde que fomos viver no campo. A princípio na “sua” casa, que liberava uma energia meditativa. Nós a saboreamos por apenas três anos. O canteiro de obras de uma central nuclear nos enxotou dela. Encontramos outra casa, bastante antiga [...]. (GORZ, 2008, p. 69).

Sabe-se que, nas proximidades da região da última casa em que viveram, também no departamento de Aube, começou a ser construída em 1981 a central nuclear de Nogent, inaugurada em 1988, na comuna de Nogent-sur-Seine. Essa é, muito provavelmente, a localização da experiência da primeira casa do casal Dorine e Gorz, já que coincide com o período e a localização que descrevem sobre ela.

Fato que, para dizer o mínimo, se mostra icônico, já que Gorz foi uma das principais vozes contra o desenvolvimento da energia nuclear na França, demonstrando assim um embate de modelos de desenvolvimento que também se expunham na demolição daquela casa e no desaparecimento do significado da sua construção – físico e simbólico.

Mesmo que Gorz não tenha chegado a de fato habitar por muito tempo a casa que construiu com Dorine e mesmo que não se saiba com riqueza de detalhes o modo de produção que se deu naquela construção, constituía-se ali um projeto de pensamento que articulava o fazer emancipado da arquitetura opondo-se ao monopólio do diploma e, ao mesmo tempo, se posicionava como ação política de preservação do planeta em suas relações com a humanidade.

Esse fato, que não é pequeno e surge de intensa energia intelectual do encontro entre o pensamento de Gorz e Illich, desdobrando-se na publicação de diversos textos, merece, sem dúvida, maiores investigações e desdobramentos, o que se buscou trazer aqui de forma provocativa e inicial e já permite uma reflexão a ser continuada *a posteriori*.

A “casa de verdade” de Dorine e Gorz, que já não existe mais, trazia com ela a verdade de fazê-la, de entender seus princípios construtivos, de não tratá-la apenas como objeto de consumo, de habitá-la no sentido heideggeriano em que “parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações” (HEIDEGGER, 1954, s. p.).

PARTE III

ZANINE CALDAS – SOBRE FAZER-SE ARQUITETO

*João de Barro ou da Silva,
faz sua casa com a mão;
ninguém diz que é arquiteto,
é João.*
(Flávio Império, 1981)⁵⁹.

Em agosto de 1986, a revista *Projeto*, uma das principais publicações brasileiras especializadas em arquitetura, iniciaria em sua edição de número 90 importante processo de visibilização a respeito do controverso debate, até então com pouca projeção, mesmo que já em curso – e que começa a se discutir em âmbito acadêmico também neste trabalho –, sobre os entraves relacionados ao exercício profissional do arquiteto sem formação universitária José Zanine Caldas (1919-2001).

Trazendo em uma página inteira do seu *Jornal Projeto*⁶⁰ a divulgação de um ciclo de palestras sobre o tema “Arquitetura rural e identidade cultural”, realizado em maio e junho daquele ano no Sesc Pompeia, em São Paulo, a revista *Projeto* veria repercutir negativamente a menção que fizera a Zanine, reconhecido autodidata, como um dos “profissionais da arquitetura” (UM ESFORÇO..., 1986, p.112) presentes no evento, a quem também dedicava imagem de grande destaque na matéria.

Tal menção despertaria a rápida reação de alguns leitores da revista e de representantes de organismos vinculados ao controle do exercício profissional da arquitetura

59 Trecho retirado do poema “Pelo sertão”, de Flávio Império (ca. 1981).

60 *Jornal Projeto* é uma antiga seção da revista *Projeto* dedicada a informes e notícias curtas.

naquele momento, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea)⁶¹, que enviariam à sua redação, em resposta à matéria, uma série de mensagens de protesto acusando a revista de veicular notícias imprecisas ao relacionar um arquiteto sem formação institucional a um profissional da arquitetura. No caso do conselho, particularmente, reafirmava ali o seu compromisso em se posicionar no combate ao exercício ilegal da profissão, já que, anteriormente, tal organização mantinha acionamentos jurídicos no sentido de inibir a prática profissional de Zanine (SER ou não ser arquiteto..., 1987, p. 86).

Diante da repercussão inesperada, a *Projeto* daria importante destaque a essa polêmica e discorreria em edições posteriores sobre ela – chegando a divulgar algumas das cartas enviadas à redação e também a apresentar novas matérias e uma seleção de textos sobre o assunto, como “Um problema malposto”, escrito por Lúcio Costa já em 1971 –, que se desdobraria, poucos anos depois, na entrega do título de arquiteto *honoris causa* dado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) a Zanine, por ocasião do 13º Congresso Brasileiro de Arquitetura, realizado em São Paulo (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 13).

A excepcionalidade concedida na diplomação honorária de Zanine⁶², que naquele momento já apresentava mais de 70 anos e uma trajetória de trabalho consolidada, se promoveu uma interrupção temporária, não conseguiu encerrar em definitivo a discussão inaugurada e os impasses expostos nas páginas da *Projeto* e nem a grande hostilidade gerada a respeito do autodidatismo em geral para um meio legitimado exclusivamente pelo percurso universitário e o diploma. Pois, afinal, a decisão não fora em nada unânime entre os arquitetos de então⁶³ e continua até hoje sem maiores reflexões a respeito – muito embora a autoconstrução seja um fato consumado na realidade do país e notadamente exposto em nossas favelas e rincões de pobreza⁶⁴.

Nesse sentido, recuperar a experiência tida como autodidática⁶⁵ de Zanine, sua defesa e práxis por um *saber-fazer* desvinculado de uma formação institucionali-

61 Entidade da qual faziam parte os profissionais de arquitetura até 2010, quando foram regulamentados conselhos específicos para o campo profissional de arquitetos e urbanistas. Ver: Crea-SP (s. d.); CAU/BR (s. d.).

62 Durante o mesmo evento, o paisagista brasileiro Roberto Burle Marx (1909-1994) também receberia, assim como Zanine, a excepcional titulação como arquiteto *honoris causa*, porém sem maiores polêmicas a respeito. (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 13). Valendo lembrar se tratar de honraria simbólica que não passava pelo aval de qualquer universidade, não tendo assim o respaldo legal obrigatório para a prática da arquitetura.

63 Vale aqui destacar a presença do artigo “Ser ou não ser arquiteto”, do arquiteto Nireu Cavalcanti (1988), na mesma revista *Projeto*, em fevereiro de 1988, condenando o trabalho de Zanine e a defesa que, segundo ele, teria recebido de Lúcio Costa e também do editorial da revista ao dar grande destaque sobre o tema e sua obra.

64 Fato também verificado em recente pesquisa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (PESQUISA CAU/BR DATAFOLHA, 2015), que em pesquisa encomendada ao Datafolha descobriu que 85,4% dos brasileiros construíram ou reformaram sem a presença de arquiteto, urbanista ou engenheiro.

65 Soma-se aqui, assim, a outros trabalhos de investigação já realizados a respeito de arquitetos sem diploma, dentro e fora do Brasil, como o caso exemplar e recentemente investigado do paulista e autodidata João Artacho Jurado (1907-1983), reconhecido por conjunto de edifícios modernistas no bairro de Higenópolis, em São Paulo, e que, tal qual Zanine Caldas, também teria seu exercício profissional questionado pelo Crea (FRANCO, 2008).

zada, que se apresentará mais detidamente a seguir, parte da provocação em investigar mais profundamente as tensões que envolvem a recepção sobre seu percurso baseado na autonomia do conhecimento que, desafiando modelos hegemônicos e canônicos (em uma cultura de supervalorização da educação formal), não à toa, culminaria no episódio de desagravo público, já mencionado aqui, de arquitetos e instituições de classe a sua obra em uma das principais revistas de arquitetura do país.

DO HOMEM DE FAZIMENTOS AO ARQUITETO DEDICADO AO FAZER

Nascido em Belmonte, cidade do litoral sul do estado da Bahia, à foz do rio Jequitinhonha, e tendo migrado ainda na juventude com a família para o interior de São Paulo, Zanine passará grande parte da sua infância e adolescência atravessado por contextos nos quais o trabalho prático é experimentado na vivência cotidiana, seja na realidade de vida das populações tradicionais ou do imigrante italiano (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 12). Conta ele que:

Desde pequeno fui fascinado por quem fazia. O alfaiate que fazia roupas, a cozinheira que fazia comida, o farmacêutico que fazia remédios, o carpinteiro que fazia mesas e cadeiras, o mestre-de-obras que fazia casas, o sapateiro que fazia botinas, o homem que transformava latas vazias em lamparinas, o que fazia chapéus de palha e cestos. (CALDAS in SILVA, 1991, s. p.).

De igual maneira aos “fazedores” que o fascinavam desde a infância, Zanine traz consigo uma formação empírica presente na lógica de vida e trabalho de um Brasil afastado da vida nas metrópoles, orientada pelo acúmulo de conhecimentos tradicionais que se formam e se transformam ao longo de muitas gerações. “Foi por aí, exatamente, olhando o fazer, que aprendi a fazer, também” (CALDAS in SILVA, 1991, s. p.), dirá ele.

Sendo assim, é exatamente sua habilidade e destreza manuais que o coloca em contato com a elite arquitetônica brasileira quando, ainda jovem, decide se mudar para a capital do estado de São Paulo e ali abrir uma pequena oficina de maquetes, uma das únicas no país até então, logo depois de sua primeira e pioneira experiência no Rio de Janeiro com o ateliê Maquete Estúdio.

Contribuindo com a capacidade prática que passava ao largo da formação de parte da juventude urbana que frequentava os bancos das primeiras instituições de ensino superior brasileiras (incluindo-se aí o grupo de grandes figuras da arquitetura nacional, como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer), através de suas maquetes Zanine dialogará com projetos de importantes arquitetos⁶⁶, experimentando em escala reduzida as ambições que o desenho não revela.

66 É importante salientar a presença das maquetes de Zanine na publicação *Arquitetura moderna no Brasil*, de Henrique Mindlin (2000), editado em 1956 e traduzido para o inglês, o francês e o alemão como uma espécie de catálogo da arquitetura brasileira daquele momento, em um recorte que abrange dos anos 1937 até 1955.

Pela contribuição singular do fazer prático exposto em suas maquetes, Zanine irá compor as equipes que formarão os grupos de trabalho do então recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), durante a década de 1940, bem como será chamado a ingressar no corpo técnico de experiências pedagógicas importantes, como o curso de arquitetura da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1948, onde foi assistente do arquiteto Alcides da Rocha Miranda (1909-2001) entre 1950 e 1952 e, em seguida, a Universidade Nacional de Brasília (UnB), em 1962 (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 12).

Especialmente no caso da UnB, o papel de Zanine como representante do *fazer* estará fortemente atrelado ao projeto político-pedagógico da nova instituição, tendo em vista o plano de formação nacional que também se abrigava ali. Para organizar e levar à frente o projeto dos cursos da universidade para a nova capital, Brasília, Darcy Ribeiro, seu idealizador, e Anísio Teixeira, primeiro reitor, convocariam um grupo de profissionais brasileiros notórios nos mais diversos campos de conhecimento, como o foram, para citar alguns, Celso Furtado na economia e Oscar Niemeyer na arquitetura, ambos responsáveis pelos cursos das suas respectivas áreas de atuação (RIBEIRO, 1987, p. 25).

Nesse sentido, segundo o próprio Darcy:

No entanto, eu tinha um problema de ordem prática, ou seja, formar gente capaz de usar as mãos⁶⁷. Vale lembrar que no Brasil há uma tendência a se converter toda a nação num discurso frequentemente tolo e sem fundamento. Somos capazes de fazer educadores que nunca viram uma escola funcionar, engenheiros que não sabem usar as mãos. (RIBEIRO in SILVA, 1991, s. p.).

E continua:

Ao pensar a Universidade de Brasília, queria um centro de ensino diferente. Por isso, procurei incorporar Zanine a ela, como um professor daquilo que não era tão precioso como, digamos, a estética de Niemeyer: o ensinamento de usar as mãos, levar arquitetos a serem capazes de usá-las. (RIBEIRO in SILVA, 1991, s. p.).

Assim, ao trazer o “homem de fazimentos”, como Darcy Ribeiro (1978, p. 32) chamava Zanine, para o projeto do novo curso de arquitetura, o criador da UnB buscava inserir seu discurso prático na experiência universitária, que, especialmente no campo da arquitetura, mas não apenas nela, nascera no Brasil implicando diversas tensões envolvendo a presença no mercado de trabalho dos novos profissionais formados na universidade em detrimento daqueles que atuam no fazer prático e através dele se formam, ou seja, que não possuem diploma, fato que culminará nos

67 O papel singular de criação através do uso das mãos, reivindicado por Darcy Ribeiro, tem surgido recentemente como importante tema de discussão para arquitetos e outros pensadores da cultura, como o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa e o sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennett. Em ambos, é clara a influência dos textos do filósofo francês Merleau Ponty (1908-1961), autor, entre outros, de *Fenomenologia da percepção*. Cf.: Pallasmaa (2009); Sennett (2009).

impasses que, mais à frente da trajetória de Zanine, serão retomados no impedimento para que exerça profissionalmente o trabalho de arquiteto.

Dito isso, vale aqui uma pequena digressão. É importante salientar que, desde o final do século XIX, uma série de novas leis que propunham controlar o exercício profissional dentro do campo da construção – já comentadas na primeira parte deste trabalho –, encabeçadas principalmente pela posição e pressão do Instituto de Engenharia, buscando dar valor absoluto ao diploma em oposição ao conhecimento gerado de forma empírica com a intenção de garantir, portanto, uma expressiva reserva de mercado aos diplomados. A medida corporativista permanecerá e será incorporada dentro do pulsante debate em torno da criação dos primeiros cursos específicos e independentes de arquitetura, já no início do século XX, bem como da elaboração das primeiras entidades de classe voltadas exclusivamente para a defesa e manutenção do exercício profissional dessa categoria recém-criada (FICHER, 2005, p. 180).

Importantes figuras para a formulação dos primeiros cursos de arquitetura e fundamentais para a criação das primeiras entidades de classe, como Cristiano Stockler das Neves, fundador e diretor de um dos primeiros cursos de arquitetura do país e responsável pela criação do Instituto de Arquitetos Paulistas, “filial” regional do então recém-criado Instituto de Arquitetos, encabeçarão o posicionamento corporativista que visava impedir o exercício profissional dos práticos.

Durante o 4º Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado no Rio de Janeiro, em 1930, Stockler das Neves se posiciona claramente sobre a questão das leis que regem o exercício profissional, declarando que:

[...] quanto aos empreiteiros e mestres de obras, sem qualificação, isto é, somente práticos, sem cultura geral, a regulamentação deve impedir que assumam o título de arquiteto, não podendo projetar ou construir sem a direção de um profissional legalmente habilitado no exercício da arquitetura. (apud FICHER, 2005, p. 184-185).

Nesse sentido, através de imposição de lei, a presença dos práticos e, consequentemente, o valor da formação para o trabalho realizada de forma não institucionalizada e empírica serão propositadamente cada vez mais marginalizados nos processos construtivos do país e no meio profissional que o abarca, enquanto prevalecerá o prestígio e a garantia de atuação profissional dos diplomados. Fica evidente que o artifício de lei beneficiava exclusivamente as parcelas mais abastadas da população, aquelas que, em um país de grande contingente de analfabetos, poderiam passar pelos bancos das primeiras universidades brasileiras.

A questão da cisão entre práticos e diplomados, portanto, será retomada por Darcy ao pensar a presença de Zanine no novo curso de arquitetura, abrindo caminho para uma discussão mais ampla sobre a adesão do grupo de professores e idealizadores da UnB a um projeto de construção nacional de ruptura com a nossa herança colonial de desprestígio do trabalho, particularmente o manual, como frisado no depoimento anterior de Darcy. Aspecto esse especialmente analisado nas contribuições sobre a ética do trabalho na formação do país por pensadores que influenciaram e

repercutiam de forma intensa a intelectualidade brasileira de então, como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Mas Zanine, até ali, era visto como o “homem de fazimentos”. É na experiência de Brasília, ainda, que Zanine começa a construir suas primeiras casas e a construir-se como arquiteto, partindo do mesmo princípio norteador com que realizava suas arquiteturas em escala reduzida: fazendo. “Então pensei: se consigo fazer uma maquete tridimensional, com certeza, vou conseguir fazer uma casa também. E assim foi. Projetei mais de 600 casas” (CALDAS, 1999).

Porém, com o golpe civil-industrial-militar de 1964, a experiência da Universidade de Brasília, à qual Zanine estava dedicado e integrado, será abortada e interrompida. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1978, p. 41): “a UnB é uma utopia vetada, é uma ambição proibida”. Assim, o projeto de país que se desenhava na nova universidade daria lugar aos mandos e desmandos do novo governo autoritário, sustentado pelos setores mais conservadores da sociedade e diametralmente oposto ao projeto universitário que se almejava ali.

Com isso, muitos dos professores da UnB foram demitidos, perseguidos ou presos, optando Zanine, devido à ligação que teve com o Partido Comunista Brasileiro, por se exilar na embaixada da então Iugoslávia em Brasília, a única que já havia se transferido do Rio de Janeiro para a nova capital, onde grande parte dos futuros exilados políticos se refugiaria (BRANT, 2015).

Nesse momento se realiza uma fundamental ruptura na trajetória de Zanine, que se confunde não apenas com a violenta transformação do regime político no Brasil como também com o caldeirão de transformações sociais, políticas e culturais que marcaram a segunda metade da década de 1960 e o início dos anos 1970, notadamente referenciadas em uma série de movimentos que culminarão nos discursos da contracultura e do movimento ecológico planeta Terra afora.

Em episódio pouco relatado em sua biografia, Zanine sai do Brasil durante os primeiros anos do regime militar e cruza, em expedição, a porção ao sul do globo para conhecer países da América Latina, África e Ásia, de notada influência colonial, tal qual o Brasil, retornando ao país apenas em 1968, quando vai residir na cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 1991, s. p.).

É lá que, durante as duas décadas seguintes, a arquitetura de Zanine se desenvolverá e ganhará destaque no cenário cultural brasileiro, influenciada pela sua aproximação com o *saber-fazer* e a experiência dos povos tradicionais africanos, latino-americanos e asiáticos, pelos quais foi atravessado durante a viagem, deles se nutrindo em uma relação mais próxima com a natureza e as práticas cotidianas relacionadas a ela, o que reverberará em seus mais conhecidos projetos e trará para perto o tema da colonização comum entre esses povos com os quais esteve em contato.

Desenvolverá assim o conjunto de casas de madeira bruta, vidro e telhas de barro, incrustadas entre o mar e a montanha do bairro carioca da Joatinga, que darão repercussão nacional ao seu trabalho, combinando materiais de demolição vindos do casario destruído pelas grandes obras de infraestrutura do governo militar – uma denúncia, mesmo que velada – em empreendimentos para parte da elite daquela

cidade, inclusive controversos projetos para políticos e bicheiros (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 13).

Dividirá ainda sua permanência entre o Rio de Janeiro e a Bahia, seu estado natal, onde, junto com o escultor Franz Krajcberg e outros, estabelecerá, na cidade de Nova Viçosa, no litoral baiano (onde o artista permaneceu até a sua morte, em 2017) um ateliê-oficina e o projeto de uma reserva ambiental, realizando móveis e edificações com a madeira bruta oriunda das centenárias árvores destruídas por queimadas criminosas, como no exemplo do ateliê de Krajcberg, uma interessante casa na árvore (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 13).

Nessa ocasião, a convite do arquiteto e designer Sérgio Rodrigues, Lucio Costa conhece duas das casas de madeira realizadas por Zanine na Joatinga, sobre as quais escreve o breve relato “Duas casas – Zanine”. Surpreso em saber que Zanine havia deixado “de lado as miniaturas de projetos alheios” e passado, então, “a construir casas de verdade de sua própria concepção e, assim, se fizera arquiteto”, Lúcio elogia a boa arquitetura das construções que visitara e, ainda sobre o autodidata, termina seu texto o descrevendo como um “raro ser”, “puro, simples, apaixonado e livre”, “sempre empenhado na defesa da ecologia, na reabilitação da madeira, e dedicado ao fazer” (COSTA, 1995, p. 433), trecho esse que merece especial destaque.

Ao descrever Zanine, portanto, Lúcio frisarà com naturalidade sua passagem de maquetista a arquiteto, evidenciando seu processo autônomo de formação e, ao mesmo tempo, o legitimando como arquiteto. É interessante notar, ainda, o seu olhar particular não apenas para o papel da madeira e da ecologia na trajetória de Zanine como também para sua dedicação ao “fazer”, verbo que também se utiliza para traduzir o percurso de formação do autodidata, que se “faz” arquiteto.

Embora bem avaliado por Lúcio, figura fundamental da arquitetura e cultura brasileiras, a arquitetura com madeira desenvolvida por Zanine se via afastada da “arquitetura dos arquitetos”, que, segundo o professor e historiador Hugo Segawa (2003), em um dos poucos trabalhos referentes à obra de Zanine, ainda estavam dedicados a trabalhar o concreto armado – material modelar da arquitetura moderna brasileira canônica.

Ainda sobre isso, o arquiteto Sérgio Ferro (2006, p. 420), em texto para a coletânea que percorreu grande parte dos seus escritos sobre o trabalho livre, aponta a troca dos materiais tradicionais da construção civil, na primeira metade do século XX, como madeira, terra e pedra, por aqueles novos e sem tradição, notadamente ferro e concreto, como uma “manobra” “ardilosa” para se sobrepor e superar a “experiência milenar depositada no saber-fazer operário”, forçando a submissão real do trabalho através das novas tecnologias.

É interessante notar, assim, que a obra de Zanine, que retoma o papel do *saber-fazer* tradicional e toma envergadura durante os anos 1960 e 1970, conectada com o discurso ambientalista de então, embora afastada da arquitetura da maioria dos arquitetos pela pesquisa com materiais alternativos ao concreto, se aproxima dos trabalhos de alguns arquitetos da mesma geração, pós-Brasília, como Acácio Gil Borsoi e Severiano Porto, que seriam recuperados mais recentemente, a partir dos

anos 2000, e continuam importantes na construção de uma narrativa pós-moderna da arquitetura brasileira⁶⁸.

Zanine, porém, até hoje, não tem sua trajetória revista, e pouco ou quase nada tem sido investigado sobre ele, não sendo citado nos principais trabalhos sobre arquitetura pós-moderna brasileira. A exclusão de Zanine, portanto, parece não se expressar apenas pelo embate com a modernidade canônica enfrentada na materialidade da sua arquitetura, pois é curiosa a aparição de outros arquitetos de atuação similar, todos formados pelos bancos universitários das principais instituições brasileiras, em diversas publicações.

O silenciamento diante do Zanine autodidata parece expor os impasses culturais que ainda envolvem a formação e o acesso ao trabalho em arquitetura, continuamente privilegiando sem questionamento o papel do diploma e das instituições legitimadoras da prática profissional em detrimento da cultura popular e dos saberes tradicionais associados ao empirismo e à experiência prática. Pode-se pensar aqui, também, em um enfrentamento entre arquitetura erudita e popular, embate recorrente em outras áreas, mas ainda incipiente na historiografia arquitetônica, e que, claramente, aparece sugerido aqui e se mostra relevante dentro das discussões da pós-industrialização.

A autonomia presente no título deste trabalho, que busca traduzir o processo de Zanine baseado no *saber-fazer* adquirido pela sua práxis, nos vale como antítese do processo de dominação escancarado no jogo de forças de um sistema de formação institucionalizada que reproduz, fortalece e perpetua uma oligarquia no poder e fomenta uma sociedade de desiguais, à qual a trajetória de Zanine se opõe. Essas questões ficam evidentes no esforço de exclusão das parcelas não letradas do meio profissional da construção e na supressão das técnicas tradicionais por tecnologias desenraizadas, como apontado, e se resumem na fala do próprio arquiteto sem diploma: “Minha escola foi a obra e a maquete. Minhas bibliotecas foram as estruturas antigas e serrarias. Minha briga, que continua, foi contra o colonialismo cultural” (apud SILVA, 1991, s. p.).

O DESTAQUE DE ZANINE

Quando, no final dos anos 1960, a presença da geografia escarpada do Rio de Janeiro, com seus paredões de morros entre planícies alagadas e areais, impedia a rápida circulação de veículos no sentido da expansão imobiliária da cidade ao longo do seu litoral, interrompendo com uma pequena serra a ligação entre suas zonas sul

68 Dentro disso é importante reforçar que, como avalia a pesquisadora e arquiteta Maria Alice Junqueira Bastos (2008), qualquer desvio em relação ao concreto já poderia ser considerado um registro de pós-modernidade em arquitetura no Brasil, no uso tanto de vidros espelhados e aço quanto de materiais tradicionais, como alvenaria, madeira ou pedra. Ou seja, o desvio de uso do concreto, que pode ser classificado como material ícone da arquitetura moderna, se encaixa no período histórico da produção da obra de Zanine.

e oeste, uma grande obra de engenharia foi empreendida pelo poder público visando facilitar o escoamento viário por esse eixo de espraiamento urbano.

Com início de construção em 1967 e inauguração em 1971, tendo sido anunciado pelos jornais da época como parte dos esforços em “casar o Rio com o progresso” (COUTINHO, 1966, p. 5) e enaltecido como a segunda principal estrutura rodoviária em dois andares do planeta, ligando o bairro de São Conrado ao da Barra da Tijuca, o sistema de túneis e elevado do Joá compunha o conjunto de grandes intervenções de engenharia por que passaria o Rio de Janeiro dentro do pacote de obras do projeto desenvolvimentista do regime militar, especialmente durante a administração do governador Francisco Negrão de Lima, entre 1965 e 1971⁶⁹.

Das sobras e resíduos das imensas áreas demolidas que abriam espaço às novas construções viárias, deixando para trás parte do casario da cidade até então ali constituído em mais de quatro séculos, naquela pequena serra, que logo deixaria de receber o antigo fluxo de veículos com a chegada da nova opção viária, apareceria uma série de casas construídas com vigas, pilares, portas, janelas, telhas e balaustradas vendidas como material de demolição das construções pretéritas.

Sobre elas, em visita pela primeira vez, o arquiteto Lúcio Costa reportou em suas memórias:

Certa manhã Sérgio Rodrigues me levou ao sopé do Joatinga para ver logo à saída do túnel recém-inaugurado, à esquerda, uma casa – a primeira – construída por Zanine.

Eu só o conhecia do tempo quando, ainda artesão, ele fazia maquetes impecáveis e por isto era muito solicitado pelos arquitetos; depois o perdi de vista e ignorava que, deixando de lado as miniaturas de projetos alheios, passara a construir casas de verdade de sua própria concepção e, assim, se fizera arquiteto [...]. (COSTA, 1995, p. 433).

José Zanine Caldas, ou Zanine “*tout-court*”, como escreverá Costa em um dos seus textos, o baiano de Belmonte que erguera aquelas casas, fizera-se arquiteto sem passar por nenhuma formação universitária e por isso não possuía a legalidade atribuída pelo diploma para construí-las ou projetá-las, porém a qualidade do trabalho realizado na serra da Joatinga – na contramão do cálculo preciso do grande viaduto produzido pelas ciências exatas e do modelo de desenvolvimento alavancado pelo governo autoritário, recolhendo aquilo que havia sido deixado pra trás – lhe trouxera reconhecimento perante parte da elite cultural carioca, que, assim, permitiu que conquistasse legitimidade para a produção de suas residências.

Costa, um dos seus mais destacados defensores, ainda sobre o trabalho de Zanine na Joatinga, reporta com destacada afeição a:

[...] particularidade de utilizar nessas suas primeiras obras materiais de construção já vividos – madeirame, tijolos, telhas, serralheria – de casas demolidas, materiais que já haviam sido

69 Nesse mesmo período foram também construídos os até hoje principais túneis do Rio de Janeiro, como as galerias do túnel Rebouças (1971) e do túnel Dois Irmãos (1971), atual Zuzu Angel, e também a autoestrada Lagoa-Barra. É também do governo de Negrão Lima o decreto de proibição da circulação de veículos de tração animal na cidade, marcando o caráter “modernizador” e de cunho “rodoviarista” de sua administração.

estruturados em “aconchegados ambientes”, portanto, participado do dia a dia e da intimidade de pessoas já sumidas, mas que, desarticulados da coesão arquitetônica que os unira por tantos anos, jaziam inermes entulhando depósitos de “material de demolição”, até que, um dia, a sensibilidade e o engenho de um Zanine os recolhessem e reestruturassem, criando com eles, como que rejuvenescidos, ambientações diferentes daquelas a que estiveram de início afeiçoados. (COSTA, 1995, p. 433).

E segue:

Sei que andou depois por toda parte, não só construindo casas e mais casas, como empenhado e atuante na defesa da ecologia e na reabilitação da madeira, sempre dedicado ao fazer.

Contudo, talvez por me ter sido revelado nessas suas duas primeiras obras aqui, é nelas que sinto mais viva e melhor a presença dele, esse raro ser – autêntico, desprendido e livre. (COSTA, 1995, p. 433).

É sobre as casas da Joatinga também, que lançaram Zanine ao maior conhecimento público e o fizeram ser recebido com entusiasmo por artistas de várias áreas, que, em 1975, o cineasta Antônio Carlos da Fontoura, autor de destacados documentários, como os realizados sobre o músico Heitor dos Prazeres, em 1966, e a cantora Gal Costa, em 1970, produz o curta-metragem *Arquitetura de morar*, com trilha sonora do maestro Antônio Carlos Jobim especialmente feita para o filme.

Fontoura abre seu documentário expondo desenhos de plantas e cortes dessas residências e explora, nos pouco mais de dez minutos de gravação, registro do ponto de vista tomado a partir do alto, de um helicóptero, destacando assim a relação direta das casas postas sobre a encosta do morro da Joatinga com o mar. Percorre também diversos planos internos dos ambientes vazios, em que a paisagem parece atravessar a arquitetura, e revela com detalhes as estruturas de madeira, como o encontro entre vigas e pilares, que tanto marcariam a arquitetura de Zanine.

“Nas casas de Zanine há uma pureza cultural ditada pelo bom senso. A preocupação dominante é de continuar e renovar a experiência herdada de construtores que o antecederam”, comenta a narração do filme – interrompendo a constante trilha composta pelo autor de “Brasília, sinfonia da alvorada” (1960), anos antes, partindo de outras arquiteturas e arquitetos –, para registrar Zanine chegando ao seu escritório e indo sentar em uma prancheta, signo representativo do arquiteto erudito, colocando seus óculos para iniciar um desenho.

Essa é uma das poucas passagens em que Zanine aparece no filme, o que não é menos icônico, e, diferente e quase em oposição ao que está narrado no documentário, que aproxima a identidade do baiano com a do construtor tradicional e utiliza para qualificar seu trabalho termos como “pureza cultural”, as imagens se detêm em retratá-lo de forma aparentemente ensaiada com os elementos representativos da arquitetura erudita, como os materiais de desenho e a prancheta, em estereótipo nem sempre reconhecido nele⁷⁰.

70 Durante parte da trajetória profissional de Zanine, surgiu a dúvida se, por não ser diplomado, realizava desenhos, linguagem tradicional da arquitetura erudita. Embora não assinasse projetos, parece que desenhava em papel milimetrado, de mais simples marcação, não sendo menos relevantes os destaques do curta-metragem em desenhos e ambientes de trabalho voltados para o desenho.

Nas imagens que se seguem no filme, do mesmo modo, para além do escritório, Zanine aparece também caminhando entre as construções em obras e dando indicações aos trabalhadores que as executam, destacando, mais uma vez, a sua posição dentro de uma divisão do trabalho mais próxima da posição de um arquiteto erudito, mesmo que a narração comente que “em seu trabalho ele recupera a experiência do antigo mestre de obras, ao mesmo tempo construtor e criador” e conclua que: “A cada casa reconstitui-se a experiência básica da construção. O trabalho manual age sobre o solo, a pedra, a madeira e o ferro, aprimorando o conhecimento herdado de outros homens que no correr dos tempos aprenderam como construir casas numa natureza tropical”.

Controversa, a aparição de Zanine como figura pública através da repercussão das casas da Joatinga, com sua personalidade marcadamente diferente dos estereótipos até então promulgados do arquiteto de sucesso, principalmente aqueles vinculados a arquitetos eruditos de destaque como Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer, por ser migrante, pelo fato de não ser diplomado e utilizar materiais menos convencionais para a arquitetura brasileira – até ali mais marcadamente reconhecida pela utilização do concreto armado –, irá trazer também a exposição que nunca havia tido, trazendo, também, seja o reconhecimento do seu trabalho, seja seu julgamento de forma negativa.

Assim, virão também os entraves para o seu exercício profissional, pois ao mesmo tempo que Zanine é abraçado por parte da elite carioca, em ligações por vezes incômodas, como na residência realizada para um conhecido contraventor, com destacado prestígio, como vemos na defesa de Lúcio Costa ou na homenagem prestada por Carlos da Fontoura, terá também sua prática como não diplomado cada vez mais questionada, tanto por parte de órgãos de fiscalização do trabalho quanto por arquitetos com diploma universitário.

O CONTROVERSO “CASO ZANINE” NAS PÁGINAS DA REVISTA *PROJETO*: CARTAS À REDAÇÃO

Com o título “Ser ou não ser arquiteto, eis a questão”, a revista *Projeto*, uma das principais publicações brasileiras especializadas em arquitetura desde os anos 1970, abre espaço para, em duas páginas inteiras da sua edição número 96, em 1987, publicar a íntegra de três de “algumas das cartas” que recebera em sua redação sobre a questão que envolve o exercício profissional de José Zanine Caldas.

Todas elas manifestam discordância com a nomenclatura utilizada pela revista, que, ao noticiar no seu *Jornal Projeto* da edição 90 uma série de palestras em torno do tema “Arquitetura e identidade cultural”, ocorrida no Sesc Pompeia, em São Paulo, se refere a Zanine como um “profissional da arquitetura”.

Sem que se tenha conhecimento de outras cartas que possam ter chegado à redação da revista expondo o mesmo tema, ou seja, mesmo que apenas essas três cartas tenham trazido a questão à tona, a posição profissional desses três remetentes e a forte arguição com que organizam suas mensagens já têm relevância para expor o

incômodo que, por esse motivo, ganhou espaço de destaque na revista. Isso porque, além de dois arquitetos, um deles, Stenio J. Ferreira, que se identifica como “colaborador/consultor da revista”, não sendo assim menos importante a sua interlocução naquele espaço, destaca-se a posição oficial sobre a questão do representante do conselho que regulava até aquele momento a profissão de arquitetos – já que, a partir de 2010, arquitetos e urbanistas passam a ter um conselho próprio no país, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) –, o presidente em exercício do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Alberto Francisco dos Santos Filho.

Santos Filho, manifestando-se em nome do conselho, apresenta em sua mensagem denúncia contra o que chama de “notícias imprecisas” veiculadas pela revista ao “atribuir com destaque de foto – por ter participado do evento – a condição de ‘profissional da arquitetura’”, posto entre aspas, “o sr. José Zanine Caldas”, e evoca a atuação da instituição no combate ao exercício ilegal da profissão. Reconhece ainda “os indiscutíveis e relevantes serviços” que essa revista presta “à arquitetura e aos arquitetos brasileiros”, porém destaca que tais “notícias imprecisas” ali denunciadas “podem prejudicar o prestígio” da revista.

A simples menção a Zanine como um “profissional da arquitetura”, portanto, de tão incômoda, não apenas repercutiu a ponto de envolver uma manifestação pública do presidente do Crea como também, como se vê pela visibilidade das mensagens na publicação, se tornou fator de questionamento da credibilidade de uma das principais publicações sobre arquitetura daquele momento no país, ganhando, também por isso, em suas páginas o destaque que veremos mais à frente.

As outras cartas que seguem ainda, em aparente hierarquia de importância, postas em sequência, são as do já citado Stenio J. Ferreira, colaborador da revista, e do também arquiteto Klinger Luiz de Oliveira Sousa. É simbólico notar que, abaixo de cada uma das reproduções das mensagens, logo após a saudação, assinatura e nome datilografado de cada remente, segue em evidência a categoria profissional à qual se vinculavam e fizeram questão de destacar: “arquiteto”.

Em texto surpreendentemente semelhante ao de Santos Filho, com o uso, inclusive, dos mesmos termos, abrindo espaço para a hipótese de uma ação articulada, o arquiteto Stenio J. Ferreira, em sua carta à revista *Projeto*, também questiona o destaque com foto e a aparição de Zanine como um dos “profissionais da arquitetura” presentes no evento reportado pela revista, ressaltando que o “Crea-RJ vem processando este senhor por exercício ilegal da profissão” e também questionando junto ao Ministério da Agricultura o seu cargo de presidente do Centro de Desenvolvimento das Aplicações das Madeiras (DAM) do Brasil por “falta de qualificação profissional”.

Ferreira envia ainda cópia de uma nota publicada no *Jornal do Brasil*, em 23 de julho de 1986, com o título “Falso arquiteto”, na qual o engenheiro Ralderes Bonifácio Costa, presidente em exercício do Crea-RJ naquela ocasião, adverte o jornal por ter publicado “notícia imprecisa”, em matéria de sua edição do dia 10 de julho (“IBDF estuda cerco do Jardim Botânico com remoção de 500 casas”), ao “atribuir a condição de arquiteto ao sr. José Zanini Caldas”, demonstrando assim uma ação anterior

àquela da denúncia feita por Santos Filho na revista *Projeto* também em carta para o periódico e com o cuidado de se repetir o mesmo termo “notícia imprecisa”.

Segue a nota, publicada também na íntegra na revista *Projeto*, ressaltando o papel do conselho na fiscalização “contra a ação prejudicial de falsos profissionais” e reforçando que Zanine “não é e nunca foi arquiteto, não sendo pois reconhecido como tal pela categoria”. Afirma ainda que Zanine foi autuado pelo Crea-RJ por infringir a Lei Federal n. 5.194/66 por exercício ilegal da profissão e que seu trabalho não oferece condições “básicas de segurança, conforto, legalidade e, mais ainda, comprometendo seus clientes com a possibilidade de serem incursos na Lei [...] já citada”.

Como se percebe, a denominação de Zanine como arquiteto já havia sido denunciada e colocada em outro veículo de imprensa, o *Jornal do Brasil*, quando na matéria em questão, de 10 de julho (IBDF estuda cerco... 1986), reporta o projeto de remanejamento de moradores no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por conta de disputa fundiária, e indica que sua viabilidade está sendo estudada por arquitetos da instituição e engenheiros do IBDF em cima do projeto “que está com o arquiteto José Zanini Caldas, especialista em construção de madeira em terrenos acidentados”.

Nota-se, portanto, o evidente antagonismo entre as percepções sobre Zanine abrigadas em cada um dos referentes que irão abordar sua atuação profissional. Enquanto o *Jornal do Brasil*, periódico de abrangência nacional, o anuncia como “especialista”, pois detinha a responsabilidade de um projeto para instituição pública federal, para o representante do Crea-RJ, sem que sejam debatidas ou especificadas as condições para a adjetivação que irá formular para além do cumprimento da lei ali reproduzida, se trata de um “falso profissional”.

Vale destacar também que, diferente da revista *Projeto*, o *Jornal do Brasil*, talvez por não ser periódico especializado em temas da arquitetura e, sendo assim, podendo ter menor compromisso com a questão profissional ou corporativa entre arquitetos, não recorre a expressões menos incisivas como na abrangente denominação de “profissionais da arquitetura” utilizada pela revista e localiza Zanine como “arquiteto”, sem restrições ou meios-termos.

A terminologia genérica utilizada pela *Projeto*, tendo em vista as repercussões que foram geradas, mesmo não tendo sido atribuída a Zanine a posição de arquiteto, como fez o jornal, parece apontar para a existência de ambiente de tensões gerado pelo exercício do não diplomado, que, assim, demandaria da revista todos os cuidados para não referendá-lo imediatamente como arquiteto, embora atuasse profissionalmente no campo da arquitetura.

O parágrafo que é reportado pelo *Jornal Projeto* diz:

A propósito do tema Arquitetura Rural e Identidade Cultural falaram e apresentaram trabalhos Fabrício Pedrosa, Cidno da Silveira, Amélia Gama, Luís Otávio Chaves e José Zanine Caldas. Esses profissionais da arquitetura têm elaborado propostas que levem em conta a experiência e a cultura de comunidades específicas, defendendo soluções que não signifiquem imposições estranhas ao seu dia-a-dia. (PROJETO, 1986, p. 112).

Compreende-se, então, um esforço em equalizar Zanine junto aos outros arquitetos presentes no evento, o que também se dará no destaque de foto, mas sem entrar na questão sobre ser ou não ser arquiteto, incluindo-o apenas no grupo de profissionais envolvidos com os temas abordados por aquele seminário.

Mesmo assim, a reação, como já colocado, demandou espaço na revista *Projeto* para um debate maior. Além das duas cartas já mencionadas, houve ainda uma terceira que, além de ser a carta com maior texto, por não ter nenhum vínculo aparente de representação com nenhum órgão, enviada pelo arquiteto Klinger Luiz de Oliveira Sousa, parece apresentar com significativa representatividade o ponto de vista de arquitetos diplomados comuns sobre o caso.

Oliveira Sousa, em certo momento da sua mensagem, se coloca em nome de “nós, verdadeiros profissionais” ante o que vai chamar, em outro momento, de “charlatões que abusam da impunidade reinante em nosso país”. Justifica o envio da sua mensagem por não concordar em ver que “figura o nome do sr. José Zanine Caldas ao lado de nomes de outros profissionais como um dos conferencistas do ciclo de palestras”.

Destaca que esse “tipo de divulgação, sem o devido esclarecimento ao leitor, ajuda a projetar ainda mais o nome deste cidadão no meio arquitetônico, ajudando-o a manter a farsa”, palavra que ele utiliza mais de uma vez no seu texto. Diz ainda já conhecer o trabalho de Zanine, que esteve “sempre envolvido com as ‘coisas’ ditas próprias de arquitetos” e que, ainda durante a faculdade, procurando se aprofundar sobre o assunto, recebeu informações diversas e “uns poucos afirmavam se tratar de um embusteiro inescrupuloso”.

Os termos utilizados por Oliveira Sousa demonstram a temperatura que o debate sobre Zanine era capaz de suscitar, afinal, como vai revelar ainda na sua carta, o “extremo prestígio junto às castas mais privilegiadas da sociedade, tendo seu escritório já realizado inúmeras residências da alta sociedade do Rio de Janeiro e de outras capitais” coloca em xeque a legitimidade imposta pela lei, caracterizando um “tipo de delito”, vai dizer, e também o prestígio do diploma, que, segundo Oliveira Sousa, para aqueles que como ele:

[...] lutamos anos a fio nos bancos escolares em busca do conhecimento tão necessário para o bom exercício de qualquer profissão, não gozamos de nenhuma segurança nem de garantia nenhuma de que o nosso esforço será reconhecido pela sociedade e de que os nossos serviços serão solicitados e valorizados. (in SER OU NÃO SER..., 1987, p. 86).

Ou seja, há evidentemente nesse caso, para além de uma questão sobre a fiscalização e aplicação das leis pelos órgãos responsáveis, uma disputa do valor simbólico e de espaço de mercado por parte dos profissionais diplomados, tema que irá aparecer com grande destaque em outras matérias do mesmo período na revista *Projeto*.

A ameaça de Zanine àqueles que se reconhecem no mérito e no direito da prática pelo esforço dos anos de estudos escolarizados, mesmo vendo o trabalho e o prestígio alcançado por alguém sem um percurso semelhante, encontrará repercussão, como se verá a seguir, em mais páginas da revista *Projeto*.

Concluindo a discussão específica sobre essa reportagem, o destaque de imagem que tanto incomodou os remetentes das cartas nas páginas da *Projeto*, com fotografia de Zanine tão realçada quanto a de outros arquitetos, é repetido ali em outra grande figura e na imagem da sua Casa dos Triângulos, em Nova Viçosa, na Bahia.

Abaixo da imagem de Zanine, a breve e discreta legenda parece indicar parte da posição da revista sobre o assunto e responder ao título que foi dado à matéria, que faz paródia com célebre frase do monólogo de Hamlet, de William Shakespeare, pois, se a questão é ser ou não ser arquiteto, “José Zanine afirma ser o que faz”.

O PAPEL DA REVISTA PROJETO NO ESCASSO CENÁRIO DE DEBATES DA ARQUITETURA BRASILEIRA APÓS 1964: CONTINUAÇÃO DA REPERCUSSÃO SOBRE ZANINE

A revista *Projeto* surge como publicação independente no final do ano de 1977, desdobrando-se de periódico do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, de 1972, e se reafirmando como um dos principais veículos nacionais de discussão das pautas da arquitetura brasileira após um período longo de diminuição do debate público através de periódicos especializados, que, naquele momento, apresentava em circulação apenas as revistas *CJ Arquitetura*, extinta em 1978, e a relançada *Módulo*, a partir de 1975, capitaneada por Oscar Niemeyer e com debates menos plurais (SEGAWA, 1998, p. 191).

Dessa maneira, a revista *Projeto* marca a retomada de um espaço público e de circulação e abrangência nacionais de discussões em periódicos, que, desde o período de maior efervescência entre as décadas de 1950 e 1960, quando surgiram publicações especializadas em arquitetura, como as importantes *Acrópole* (1941-1971), *Habitat* (1950-1965), *Módulo* (1955-1965), *Arquitetura* (1961-1969), para citar algumas, havia se enfraquecido pelo cenário autoritário do golpe civil-industrial-militar de 1964 (SEGAWA, 1998, p. 130) e não teria tamanho destaque e estabilidade de tiragens.

É nesse cenário ainda que, em 1985, já em momento de maior abertura democrática, é lançada a publicação *AU - Arquitetura e Urbanismo*, que, junto à revista *Projeto*, ambas de São Paulo, representarão durante as décadas seguintes o maior prestígio e sustentação em publicações impressas sobre arquitetura, salvo aqueles veículos de informação não especializados, como diários e revistas de variedades, que, desde o destaque internacional da produção da arquitetura moderna brasileira, também abrigariam grande espaço para seus temas.

Assim, a repercussão do “caso Zanine” nas páginas da revista *Projeto*, tendo em vista o importante papel dessa publicação naquele período, diferente de parecer algo restritivo aos seus leitores, ao contrário, demonstra o quanto a equipe da publicação considerava que a reprodução daquele debate e das tensões ali geradas era potente para o ambiente que atravessava a arquitetura brasileira de maneira geral nos anos 1980.

Nesse sentido, além da publicação das cartas já mencionadas, a edição de número 96 da revista, em 1987, também traz uma sequência de matérias que buscam dar

continuidade aos incômodos visibilizados através daquelas mensagens, na busca de oferecer novos argumentos e disposições de pensamento, ao mesmo tempo que, com o leque de perspectivas que apresenta, reafirma a sua posição dentro de um debate mais diverso sobre a produção arquitetônica brasileira a partir do final da década de 1970.

A primeira reportagem apresentada pela revista, com texto de Nildo Carlos Oliveira (1987) e título “Artesão faz arquitetura, mas quer ser apenas mestre de obras”, embaralha ainda mais a discussão sobre a perspectiva simbólica que envolve a apreensão de Zanine Caldas, ora chamado de “mestre”, ora de “artesão” ou “autodidata”, mas nunca considerado arquiteto.

Oliveira (1987, p. 89) afirma, já na apresentação do seu texto, que Zanine segue “indiferente à polêmica que se trava em torno dele, sobre ser ou não arquiteto” e que é ele mesmo que “insiste em dizer que não quer ser arquiteto” já que, nas palavras de Zanine, o “que eu quero mesmo é continuar a ser mestre de obras. Isso me confere uma grande vantagem. Porque convivi com arquitetos e trabalhei para eles durante todos esses anos. E aprendi o que não fazer me orientando também pelos erros deles”.

Mesmo que Zanine tenha optado por passar ao largo das polêmicas em torno da nomenclatura sobre sua situação profissional, como afirma Oliveira – o que pode ser mais uma provocação que induz à discussão do que propriamente uma ausência no debate, afinal trata-se também do termo que lhe daria legalidade para exercer sua profissão –, é notório que o seu caso põe em xeque o horizonte de certezas da formação profissional sistematizada dos arquitetos e por isso é passível de gerar tantos e efusivos debates em torno desse tema.

Oliveira (1987) vai expor isso em seu texto, entendendo que em Zanine há mais do que apenas uma solidariedade com a sua situação, pois “não é por acaso ou eventual boa vontade dos eternos simpatizantes do autodidatismo que ele se encontra divulgado”. Para ele, o baiano “construiu um sólido universo arquitetônico em madeira” e assim compôs “um currículo muito difícil de ser obtido apenas no dia a dia dos bancos universitários”, o que trouxe o reconhecimento do seu trabalho.

A polêmica, nesse sentido, desloca-se para outra questão que Oliveira irá repercutir e deixar como provocação: “Afinal, só com diploma o arquiteto obtém *status* de arquiteto?”.

Zanine, em outra matéria da mesma edição da revista que percorre as raízes da sua formação, passando pelos fazedores da infância e pelo trabalho junto a escritórios de arquitetura, aponta para suas respostas possíveis: “Preferi aprender na fonte que é o trabalho vivo do dia-a-dia em suas raízes mais profundas. Estou pesquisando, errando, corrigindo. Quem tem diploma tem medo de errar. E é natural. Afinal, um doutor precisa fazer tudo direitinho. O diploma pesa” (apud OLIVEIRA, 1987, p. 89).

A partir disso, o que outros arquitetos de significativa expressão nacional, todos diplomados, pensarão a respeito? A provocação de Zanine sobre o errar, mais do que enfrentar o problema legal, não é capaz de expor contradições sobre o próprio percurso educativo da prática profissional? Para que direções ela pode conduzir?

Assim, em quase quatro páginas, a revista *Projeto* dá espaço também para que arquitetos como Luiz Paulo Conde, Sérgio Magalhães e outros, pertencentes a uma

geração que se afirmava naquele período, se posicionem sobre a questão da prática profissional de um não diplomado como Zanine, que apresentava “uma obra reconhecida em meio a divergências e convergências”.

Conde, nessa revista, posiciona a questão sobre Zanine ao lado de exemplos de outras áreas que enfrentam, segundo ele, todas elas, problemas semelhantes. Aponta o caso de Villa-Lobos, “músico que não conseguiu entrar para a Escola Nacional de Música” e que “seria muito difícil afirmar, mesmo naquela época, que Villa-Lobos não era músico”, ou do cinema: “E se amanhã todos os cineastas, para serem cineastas, tiverem que se formar em escolas de cinema?”.

Lembra também que “os pioneiros da arquitetura moderna”, como Frank Lloyd Wright, “não tinham diploma específico” e que “Burlie Marx não teve formação acadêmica”, explicando ainda que:

A tendência natural, compreensível, da sociedade é ser corporativa. Por isso as diversas categorias procuram se defender mantendo-se unidas em torno de instituições formais. São criadas escolas e instituídos os órgãos normatizadores da profissão tendo em vista um conjunto de atribuições, entre elas a defesa do mercado e, teoricamente, da qualidade. (CONDE, 1987 – revista *Projeto*).

Conde, portanto, posiciona a controvérsia sobre Zanine dentro do debate sobre o corporativismo e a reserva de mercado, não repercutindo a qualidade da arquitetura, equiparada por ele a outras atividades profissionais relacionadas ao campo das artes, como a música e o cinema.

Sérgio Magalhães, em sentido análogo, aponta, na mesma edição da *Projeto*, para uma transformação e atualização necessária dos conceitos que regem a definição sobre o papel do arquiteto, que, para ele, na época da sua formação, baseados na definição de Lúcio Costa, “limitava o fato cultural arquitetônico àquela produção de alguns que trabalhavam sob certos cânones aceitos pela elite”. Para esse autor, “o tempo passou” e novas formulações sobre a questão foram postas, em que “o conceito de arquitetura no Brasil levava em conta o conjunto da produção do espaço habitado no país, englobando, portanto, as manifestações eruditas e as populares”, ou seja, “arquiteto amplo senso”. Segue afirmando que, na sua “visão de arquitetura como manifestação cultural mais ampla”, entende que “determinar que a obra de arquitetura deva ser produzida necessariamente por um arquiteto é algo absolutamente fora da nossa realidade”.

O autor recorda ainda do debate que ocorreu durante a Premiação Anual do IAB/RJ, no início dos anos 1970, em que Lúcio Costa defendia a obra de Zanine enquanto Vilanova Artigas⁷¹ se posicionava contra, pois, para ele, “a obra não constituía manifestação cultural espontânea, mas sim manifestação de alguém com formação bastante ampla” que participara inclusive do seu escritório, não se tratando, portanto,

71 Infelizmente não se encontraram mais informações sobre esse debate, porém, mais à frente, ainda neste capítulo, interessará repercutir a posição de Zanine dentro de um espectro fechado dicotômico entre produção erudita e popular, questão essa muito cara ao cenário intelectual brasileiros daquela década de 1970.

ainda segundo a opinião atribuída ao arquiteto, de um leigo ou de manifestação da cultura popular.

Tais questões vão de encontro à figura de Lúcio Costa, fundamental norteador da produção arquitetônica brasileira e que aparece nas falas discutidas aqui, pois, afinal, ele é um entusiasta da obra de Zanine, tem uma forte posição formada sobre a questão e atua incisivamente na sua defesa, tendo uma proposta de excepcionalidade para o seu caso, que vai defender publicamente e que condiz com o debate do pensamento da arquitetura moderna que atravessa o século XX e a produção brasileira.

A DEFESA DE LÚCIO COSTA AO CASO ZANINE COMO UMA EXCEPCIONALIDADE

A revista *Projeto* publica, na mesma edição em que repercute o caso de Zanine, finalizando a sequência de matérias sobre o debate, texto de Lúcio Costa com o título “Um problema malposto”, publicado originalmente no jornal *O Globo*, de 7 de agosto de 1971.

Nele, Costa (1987) defende com veemência que “o que interessa não é o ‘arquiteto’, mas a arquitetura”, no entanto, a polêmica sobre o caso de Zanine se estabelece porque, segundo ele a “vedação oficial do exercício da profissão ao autodidata decorre, portanto, do pressuposto teórico de que a sujeição do arquiteto ao currículo escolar é o modo válido de lhe aferir a habilitação técnica e artística”. Segue dizendo que a “experiência mundial comprova, contudo, a existência de vocações que afloram e adquirem extraordinário grau de apuro à revelia do ensino convencional” (COSTA, 1987). Ou seja, Costa valida outras possibilidades de modelos de aprendizado para a arquitetura, mas reforça vocações individuais que, essas sim, deveriam dispor exceções à regra vigente.

Cita o exemplo do caso francês, em que foram abertas exceções para profissionais consagrados como Freyssinet e Le Corbusier, quando da regulamentação da profissão naquele país, comparando-o com a mesma questão que se enfrenta no Brasil com Zanine em um “caso fora das normas habituais” (COSTA, 1987). É preciso destacar, porém, que aqueles são casos de formações de pioneiros da prática erudita da arquitetura no século XX, quando o campo ainda estava em formação nos termos que temos hoje, o que difere em grande parte da trajetória do brasileiro e da discussão trazida aqui.

“Trata-se, portanto, de um caso à parte”, completa Costa (1987, p. 95), não deixando dúvida sobre a excepcionalidade dada por ele a Zanine e sem se inibir em afirmar com todas as palavras, já na década de 1970, se tratar do “caso de um arquiteto, de um intelectual que, paradoxalmente, chegou à profissão pelo caminho direto da prática do ofício e do artesanato”. Ponto de vista paradoxal, portanto, por situá-lo como fora da regra e não por se tratar do reconhecimento de outras possibilidades de formação paralelas ao caminho sistematizado pela universidade, encontradas, como se sabe, não apenas no caso de Zanine, mas também amplamente nas práticas construtivas Brasil a fora.

Vale destacar que em manuscrito presente em seu acervo, expondo o processo de escrita do mesmo texto por Costa, há duas versões para “Um problema malposto”,

sendo que, diferente daquela que é publicada pela revista *Projeto*, replicada de *O Globo*, há, relacionado ao fragmento que reproduzimos acima, em que o autor menciona se tratar do “caso de um arquiteto”, a menção a Zanine como um “arquiteto nato” foi excluída para a versão publicada, apontando assim para a sutileza com que deveria ser tratada a polêmica questão a ponto de ser eliminado elemento que reforçasse o fato de ser arquiteto.

Não abandonando a hegemonia e a centralidade do currículo escolar, Costa segue seu texto comentando sobre duas das casas feitas por Zanine que visitara na Joatinga, já descritas anteriormente neste trabalho, atribuindo a elas o mesmo valor, em comparação direta com a prova final que serve como defesa de tese e que capacita estudantes a se formarem e exercerem a profissão de arquiteto. Diz ele que: “valem de sobra, não obstante a natureza limitada do programa, pelo antigo ‘grau máximo’ do 6º ano, prova final, verdadeira defesa de tese que capacita o aluno ao exercício da profissão” (COSTA, 1987).

Costa, portanto, faz equivalência entre as duas formações, universitária e não escolarizada, que chegam ao mesmo ponto, quando afirma a possibilidade de Zanine realizar-se como arquiteto pelas obras feitas com igual valor de uma tese final de curso, única possibilidade de titulação para o exercício da profissão de arquiteto no Brasil, expondo, assim, a abertura para outras formas de legitimar a prática profissional que não passem apenas pela trajetória escolarizada, mas que, ao contrário, possam também nutrir-se do mundo do trabalho vivido na prática.

Abre-se, então, uma entrada para discussão mais ampla sobre outros exames ou modelos que validem a prática da profissão no país.

Voltando ao texto e por fim, Costa faz duas sugestões. A primeira é a proposta para a congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual participou como diretor enquanto ainda se chamava Universidade do Brasil, que conceda a Zanine o título de Arquiteto Honoris Causa. Em seguida, faz apelo à direção do Crea no sentido de admitir que Zanine continue a construir sob a sua responsabilidade e tutela de arquiteto registrado, como acontece, segundo ele, em outros casos.

Passada mais de uma década da publicação do artigo no jornal *O Globo* e pela continuidade da repercussão que houve nos anos 1980 sobre a prática profissional de Zanine, percebe-se que Costa não pode se tornar responsável pelo direito de construir do autodidata e também não se sabe de outros exemplos de arquitetos responsáveis por construções de terceiros. Porém, sobre o título honorário, quase 20 anos depois, uma honraria semelhante seria atribuída a Zanine pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil com participação do arquiteto ilustre.

Essa titulação passa diretamente pela figura de Costa e pela defesa que fez de Zanine por décadas, pois aconteceu durante o XXIII Congresso Brasileiro de Arquitetos “Lúcio Costa”, batizado em homenagem ao arquiteto, realizado em São Paulo, entre outubro e novembro de 1991, com o tema “Arquitetura, cidade e natureza”. Nele, o próprio homenageado entregava a Zanine – e também ao paisagista Burre

Marx – “o título de arquiteto honorário, outorgado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil” (SEGAWA; MAGNANI; XAVIER, 2003, p. 13).

Não se encontrou em pesquisa nos registros do IAB/SP, responsável pelo congresso, nenhuma menção a Zanine nos preparativos do evento, não constando seu nome na contabilidade de passagens de avião ou hospedagem, como estão registrados outros arquitetos convidados, como Lúcio Costa ou mesmo Burle Marx. Como apenas foram encontrados registros da titulação honorária de Zanine nos volumes publicados após o evento, levanto a hipótese de que talvez tenha sido uma ação pouco premeditada e improvisada, o que ainda precisaria ser verificado.

Porém, há nessa titulação, oferecida diretamente por Lúcio Costa, que por tantas décadas defendera o fato, em evento em sua homenagem, e que, portanto, causaria desconforto contrariá-lo, uma ação que, embora respaldada pelo IAB, parece partir individualmente da figura do arquiteto de renome e atravessa, assim, as opiniões contrárias que pudessem divergir sobre a atribuição do título de arquiteto a Zanine.

Não menos importante é entender que esse título não parte de uma universidade, como a princípio foi pedido por Costa, nos anos 1970, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que seria o órgão responsável por atribuir um título honorário com a validade necessária, não tendo a entidade dos arquitetos legalidade para atribuir tal titulação, a não ser que simbolicamente, como parece ter sido.

Se o título honorário oferecido em 1991, portanto, pareceria finalizar as discussões em torno da prática profissional de Zanine como um não diplomado, questão que já vinha, como se viu, sendo tencionada desde décadas anteriores e reivindicada por Costa em 1971, ao contrário, o atropelamento do gesto individual de uma das principais figuras da arquitetura brasileira outorgado por instituição de sua influência, mas sem valor legal para impedir os acionamentos jurídicos contra a prática profissional de um não diplomado, demonstram que seguiram em aberto os entraves entre os conhecimentos que permitem tornar-se ou fazer-se arquiteto sem passar pela universidade e o monopólio dessa última em dar legitimidade e legalidade para a prática profissional em arquitetura.

ZANINE CALDAS NA BIBLIOGRAFIA ARQUITETÔNICA BRASILEIRA PÓS-BRASÍLIA: PRIMEIRAS REPERCUSSÕES

A inauguração de Brasília, em 1960, marca indiscutivelmente a consolidação da experiência moderna na arquitetura brasileira e por isso pode ser entendida tanto como o coroamento de um período, compreendido entre o surgimento de iniciativas pioneiras até a criação da nova capital federal toda planejada aos moldes dessa linguagem, como também o início do desgaste da produção da arquitetura nacional tão fortemente vinculada ao ideário de pensamento único moderno e formalizado nas mesmas figuras centrais (BASTOS, 2003, p. 3).

Nesse sentido, o início da organização de uma reflexão crítica sobre o período posterior à inauguração de Brasília, que se convencionou chamar de produção “pós-Brasília” tamanho o impacto da construção da cidade planejada no campo profissional da arquitetura, só ganharia força no final da década de 1970 com a retomada de iniciativas, até então escassas, de congressos, debates, revistas especializadas para a compreensão do assunto e outras ações de cunho coletivo (BASTOS, 2003, p. 3).

A “década ausente” (ZEIN, 2006) na historiografia arquitetônica brasileira ou julgada como desconhecida até algumas iniciativas parciais de retomada (BASTOS, 2003), como apontarão trabalhos recentes, indicam uma escassez até hoje não suprimida das tentativas de resgate do que foi produzido naquele período que, não à toa, coincide também com o silêncio autoritariamente imposto a qualquer debate democrático após o golpe civil-industrial-militar de 1964.

Nesse período, assim, a principal obra de esforço panorâmico sobre a produção arquitetônica nacional será o trabalho *Arquitetura contemporânea no Brasil*, de Yves Bruand, historiador da arquitetura francês, publicado em 1973 e traduzido em português posteriormente, tomando como ponto de partida os pioneiros modernos da arquitetura brasileira e seguindo até produções contemporâneas à publicação do livro, não aparecendo a obra de Zanine Caldas em seu trabalho.

Com a organização e o registro de um conjunto de depoimentos realizados em encontros abertos, entre 1976 e 1977, e “colhidos entre arquitetos de vários estados do país que têm se destacado em diversas áreas da atuação profissional”, pela Comissão de Estudos de Arquitetura do departamento carioca do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), coordenada por Sérgio Ferraz Magalhães, terá início uma das primeiras contribuições brasileiras sobre a produção arquitetônica do país desde a consolidação da experiência de Brasília, objetivando, assim, “a formulação de um amplo painel crítico sobre a arquitetura hoje no Brasil” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 8).

Tais depoimentos se converteriam em três publicações, lançadas em 1978, tendo como entrevistados os arquitetos: Luiz Paulo Conde, Julio Katinsky e Miguel Alves Pereira, no volume 1; Edgar Graeff, Flávio Marinho Rêgo, Joaquim Guedes e João Filgueiras Lima, no volume 2; e Carlos M. Fayet, F. Assis Reis, Marcelo Fragelli e Rui Ohtake, no volume 3, além de uma edição especial reunindo todos os depoimentos da série.

Embora o nome de Zanine Caldas não figure entre os escolhidos pela entidade de classe dos arquitetos para representar a produção arquitetônica brasileira naqueles depoimentos, seu nome não passará incólume ou sem menção pelas páginas da publicação.

Na seção sobre o “paulista arredo”⁷² Julio Katinsky do volume 1, tendo em vista que os depoimentos aconteciam de forma coletiva, mas com partes específicas para

72 O exemplar que foi consultado dessa publicação, disponível na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), apresenta no início da seção sobre o arquiteto e professor Julio Katinsky comentários e dedicatória seus escritos à tinta, datados de 1978, em que assina como um “paulista arredo”.

a exposição da trajetória de cada arquiteto convidado, Luiz Paulo Conde diferencia a formação de um “grupo como se formou em São Paulo”, durante a década de 1960, do caso carioca, em que aconteciam apenas isoladamente obras de qualidade e cita, nesse contexto do Rio de Janeiro, o “fenômeno” Zanine, que, segundo ele, “só poderia acontecer no Rio” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 64).

É importante, antes de continuar a debater a aparição de Zanine no diálogo entre Conde e Katinsky, pontuar a situação naquele momento entre as chamadas *escola carioca* e *escola paulista* e a maneira como ela surge imbricada nesse fragmento. Pois, afinal, cada um desses interlocutores representa uma posição distinta da filiação de cada escola, não sendo menos importante a reafirmação de Katinsky como um “paulista” ou o elemento já apontado anteriormente sobre a diluição da importância do arquiteto carioca padrão no desgaste da linguagem moderna hegemônica da arquitetura que culmina na Brasília de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Katinsky vai comparar o “fenômeno” Zanine com Lindenberg em São Paulo, responsável por construções que atraíam as classes mais abastadas da cidade naqueles anos 1960 e 1970, mas Conde irá dissuadi-lo ao apontar a diferença entre as duas situações porque “Costa confessou que prestigia Zanini; o Oscar Niemeyer escreveu uma abertura pra exposição dele” e, prossegue, dizendo querer conhecer com mais detalhes a posição do paulista “quanto ao problema” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 64).

Vê-se, assim, o uso de termos que articulam uma tomada de posição significativa, pois o prestígio de Zanine com Costa, um arquiteto que é figura central pra arquitetura brasileira, é entendido como um ato de confissão, não sendo sua situação no cenário da arquitetura entendido diferente do que um problema, ou seja, um situação de evidente tensão. Fora isso, não se pode deixar de pontuar o erro gráfico da publicação em nomear Zanine com um “i” ao final do nome, mostrando também um desconhecimento sobre sua figura.

Em resposta a Conde, Katinsky demonstra conhecimento sobre a trajetória de Zanine, especialmente quando estava em São Paulo, antes, portanto, da sua famosa temporada carioca, descrevendo-o como “o primeiro designer” – palavra que é posta em negrito pela publicação – “brasileiro” e frisando a capacidade de venda dos móveis que criou e o apelo às massas sobre o que produziu, dizendo que achava que “conheceu um pouco das coisas da Lina Bo Bardi, mas não tem muita importância” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 65), parecendo tentar dar origem ao que produziu vinculando-o ao trabalho de uma arquiteta de formação diplomada.

O paulista insiste ainda que o “fenômeno” acontece de outra maneira em São Paulo e que Zanine fez em escala reduzida, no Rio de Janeiro, por questões de diferença entre a economia carioca e paulista, o que foi feito em maior escala nos bairros-jardim paulistanos como a Chácara Flora ou o Alto de Pinheiros. “É mais um episódio das condições de uma classe dominante que não tem muita perspectiva, não tem muito futuro” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 65) vai dizer.

Apontando que visitou as casas de Zanine no Rio, pois as considerava interessantes, Katinsky afirma ao colega carioca achar que o baiano não “está prejudicando

os arquitetos cariocas” e diz que ele é “um artista que fez coisas bem interessantes”, fugindo ao rótulo de arquiteto ao nomeá-lo de outra forma, e que não se “pode exigir responsabilidade dele” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 65).

Sobre a questão da responsabilidade, Conde indaga a força do trabalho de Zanine no mercado de trabalho naquele momento, tendo feito, segundo ele, 180 casas, e cita o descontentamento de Oscar Niemeyer em ter estado junto com Zanine em jantar oferecido pelo ministro da Cultura francês em que se elegeram as três personalidades da arquitetura brasileiras mais significativas, questionando a representatividade da equiparação desses três ícones da arquitetura do Brasil.

Katinsky, por fim, desloca a questão, ou “o caso do Zanine”, dizendo ser menos importante para fins dessa geração que outras situações mais “chocantes”, como a violência urbana das cidades, englobando a discussão em “outro problema” de abrangência mundial que é “todo um esforço dirigido para a arquitetura que tem que ser feita espontaneamente pelo povo, sem arquiteto. Que novidade será essa?” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 65), ele indaga, citando o livro *Arquitetura sem arquiteto*, de Bernard Rodoksky, de 1964, e segue: “Existe física sem físico? Por que só os arquitetos têm de abandonar sua individualidade? Alguém abandona? [...] Por que só a atividade da arquitetura tem que ser feita anonimamente?” (ARQUITETURA brasileira... Depoimentos, 1978, p. 65)

A PROFISSÃO COMO QUESTÃO: REPERCUSSÕES DOS TEMAS DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES PARA A ARQUITETURA BRASILEIRA

A profissão de arquiteto: estudo sociológico, de 1972, resultado de pesquisa de mestrado de José Carlos Durand na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), publicada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), revela o contexto de contato entre a efervescente questão posta pela chamada sociologia das profissões ou do trabalho, naquele início dos anos 1970, marcada por intelectuais como Marc Maurice, e o campo profissional da arquitetura no Brasil.

Enquanto uma vasta literatura, particularmente na França, país de afinidade intelectual com a produção acadêmica brasileira, era produzida pelas ciências sociais no embate direto com a questão da profissionalização e dos sistemas que se articulam ao redor da formação para o trabalho, como no importante *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, de Pierre Bourdieu e J. C. Passaron, de 1970, no Brasil é possível reconhecer repercussões e desdobramentos presentes em trabalhos que discutem a profissão dos arquitetos no país.

As investigações de Durand (1972) sobre “o conflito entre o sistema de crenças que norteia e legitima a atuação profissional do arquiteto e a prática cotidiana de trabalho”, aprofundando a discussão sobre a definição e as atribuições exatas do profissional da arquitetura, dialogam, imediatamente, ao mesmo

tempo, com a necessidade de instituir aquilo que não pode ser considerado, portanto, de “o arquiteto”.

Trabalhos como *A casa popular* (1972), de Sérgio Ferro, presente na bibliografia de Durand e repercutindo investigações do grupo de trabalho do professor Carlos Lemos da FAU/USP, ou as exposições *A mão do povo brasileiro* (1969), de Lina Bo Bardi, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), e *Architecture without architects – a short introduction to non-pedigreed architecture* (1964), de Bernard Rudofsky, no Museum of Modern Art (MoMA), em Nova York – mesma instituição que lançou internacionalmente a arquitetura brasileira moderna, com sua exposição *Brazil builds –*, demonstram o interesse de parte das investigações da arquitetura naquele momento em posicionar as tensões dentro da atuação no campo profissional, expondo seus limites.

DESDOBRAMENTOS DA RECEPÇÃO DA OBRA DE ZANINE NA BIBLIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA PÓS-BRASÍLIA (1980-2000)

Retomando a aparição de Zanine nas páginas da revista *Projeto*, já descrita e debatida anteriormente, é também através da editora da revista que se irá publicar, em 1982, o livro *Arquitetura moderna brasileira*, de Sylvia Ficher e Marlene Milan Acayaba, trabalho de importante resgate da produção arquitetônica moderna brasileira desde as gerações de pioneiros, como os irmãos Marcelo e Milton Roberto, que projetaram os edifícios da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, até aqueles trabalhos posteriores à construção de Brasília, como parte da obra de João Filgueiras Lima, o Lelé, por exemplo, em que se visita e destaca em panorama a produção contemporânea dos 20 anos anteriores à sua publicação. Tendo essa obra de Ficher e Acayaba se tornado um dos primeiros grandes trabalhos, depois de *Arquitetura contemporânea no Brasil* (2010), de Yves Bruand, a contemplar a produção da arquitetura brasileira em um recorte de tempo mais amplo, desde os anos 1930 aos 1980, somando-se gerações, é interessante notar a abrangência dada por esse trabalho e a escolha das autoras em recortar e selecionar as obras através da sua aparição distribuída no território nacional, sendo subdivididas em seções como “Recife”, “Salvador”, “São Paulo”, “Brasília 1956-60” ou, ainda depois, em “Região Sul: São Paulo, Curitiba e Porto Alegre”; “Rio de Janeiro e Brasília”; “Região Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza”; “Região Norte: Manaus”.

Isso porque a proposta do encontro com outras territorialidades, para além daquelas já sempre reconhecidas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, como será abordado especificamente no livro através do tópico “Tendências regionais após 1960”, se relaciona com a “relativa homogeneidade cultural” atribuída pela nossa história de três séculos de colonização, desde 1500, que passa por processos de fragmentação territorial em alguns eventos históricos marcantes, como a Independência,

mas sem suficientemente “marcar a produção arquitetônica que continuou a seguir modelos europeus” (FICHER; ACAYABA, 1982, p. 48).

Para Ficher e Acayaba (1982, p. 48), nem mesmo “a primeira etapa da arquitetura moderna brasileira, do Ministério da Educação a Brasília”, marcos construtivos do período, como recortarão, foi capaz de refletir diferenças regionais, pois, ao contrário, essa primeira fase trazia a influência internacional aliada “contraditoriamente”, dirão elas, ao projeto nacionalista local, visando formar uma linguagem arquitetônica única, em que Brasília converte-se em afirmação da contribuição internacional ao movimento moderno.

“Nesta época”, seguem as autoras, “os arquitetos aparecem no campo cultural unidos na luta pela definição de atribuições profissionais e pela adequação do ensino, até então acadêmico” (FICHER; ACAYABA, 1982, p. 48), ponto esse em que relacionam com a unicidade do modelo de linguagem arquitetônica e com o projeto nacional e internacional exposto na arquitetura moderna dos pioneiros, os mesmos que se comprometerão com a construção do sistema de ensino superior e com a consolidação das instituições profissionais.

Por fim, nesse breve comentário, Ficher e Acayaba (1982, p. 48) afirmam que “simultaneamente à construção de Brasília” passa a deixar de existir “uma expressão dominante na arquitetura brasileira”, já que, para elas, “o papel demiúrgico do arquiteto carioca” desaparece, dando espaço para uma lógica diferenciada a ser encontrada em cada região. Citam ainda, nesse abrangente esforço de contextualizar o Brasil, o papel da industrialização e o contraste entre o Sul industrializado e o Nordeste rural e pobre, com suas “diferenças sociais insuperáveis”, em que sobrevive ainda “linguagem arquitetônica de origens comuns” – denominação essa, no mínimo, instigante.

Embora essa regionalização da arquitetura se manifeste, como é possível ver nas imagens selecionadas no livro, em paisagem diversas espalhadas pelo território brasileiro, é preciso reconhecer que grande parte desses arquitetos atuantes nas regiões destacadas, fora do centro-sul industrializado, se formou no Rio de Janeiro, se aproximando-se mais do arquiteto da escola carioca de padrão homogêneo do que da manifestação local da arquitetura “comum” desses lugares, como é o caso de arquitetos que aparecem com maior destaque na publicação, como Severiano Porto, em Manaus, Acácio Gil Borsoi, em Recife, ou João Filgueiras Lima, o Lelé, em Salvador, todos formados pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil.

Vale destacar aqui, então, a hipótese levantada por alguns autores sobre a relação entre o aumento do número de escolas de arquitetura na década de 1970, a consequente explosão de novos formandos e, assim, a ampliação da concorrência no mercado de trabalho para os arquitetos já formados, principalmente no sudeste do país, que levou ao movimento de interiorização de arquitetos no período. Soma-se a isso, evidentemente, a conjuntura política que durante a ditadura militar tornava os grandes centros urbanos palco dos excessos do regime autoritário.

Enquanto parte desses arquitetos, portanto, era formada nas universidades das grandes capitais do Sudeste e migrava para capitais menores do país, como é o caso de Filgueiras Lima, Gil Borsoi e Porto, esses dois últimos com uma produção fortemente vinculada a um registro da arquitetura que foi convencionado por alguns

como *regionalismo*, levando consigo o capital cultural adquirido no percurso universitário, Zanine faz o caminho inverso, saindo de uma pequena cidade baiana para produzir nas principais capitais, como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, e trabalhar, inclusive, junto às grandes universidades.

Nos comentários que serão lançados em *Arquitetura moderna brasileira* sobre a obra desses arquitetos vinculados a uma nova geração, posterior à construção de Brasília, entre os textos que se referem a Paulo Casé e Luiz Paulo Conde, ambos registrados com a denominação de arquitetos antes dos seus nomes, dentro da seção em que se desdobram os trabalhos referenciados no Rio de Janeiro e Brasília, Zanine Caldas ganha um parágrafo de destaque.

Diferentemente, porém, dos arquitetos mencionados na seção e que o ladeiam, Zanine – que aparecerá com o nome simples, sem ser qualificado como arquiteto – não terá nenhuma foto de destaque como referência do seu trabalho, marcando assim certa discrição da sua aparição na publicação.

Além disso, enquanto as outras figuras de destaque ali presentes são descritas com grande ênfase como sendo arquitetos, no seu caso será destacado como “figura ímpar” e “grande conhecedor de madeiras”, soluções que apontam para uma fuga do debate sobre Zanine ser ou não arquiteto, mesmo estando presente em um livro sobre a produção arquitetônica brasileira – o que é um fato que por si só marca posição.

As autoras reforçam ainda o trabalho de Zanine dedicado ao mobiliário, sua atividade inicial como “artista plástico” e na “construção de residências”, em que pese o fato de não utilizarem o termo “projeto de residências”, como é corrente, que aparece nos comentários da produção de outros arquitetos no livro. Com destaque, ainda, sobressaem as casas do baiano para o condomínio Portinho de Massaru, os seus trabalhos em Nova Viçosa, na Bahia, e o emprego de artesãos no sua produção (FICHER; ACAYABA, 1982, p. 80).

Poucos anos depois de *Arquitetura moderna brasileira*, em esforço semelhante, embora tenha sido publicado apenas em 1995, desdobrando-se da pesquisa de mestrado defendida por Maria Cecília Loschiavo dos Santos dez anos antes, *Móvel moderno no Brasil* é uma importante contribuição e referência bibliográfica fundamental sobre a produção em design de móveis no país, compreendendo o esforço de abarcar a dimensão nacional do que foi feito no Brasil desde os anos 1930 até a sua publicação. Nele Zanine aparece com grande destaque. É importante comentar que, embora publicado em 1995, as referências de Loschiavo sobre Zanine para o livro se compõem de depoimento registrado com ele em 1979, período auge da sua produção arquitetônica com o reconhecimento das casas da Joatinga, no Rio de Janeiro.

Por se tratar de um trabalho em que a aparição do baiano está representada na sua figura como designer – não implicando, assim, maiores divergências com as leis da prática profissional, já que, naquele momento, não havia nenhuma atribuição ou formação específica para atuar como designer no país – e também por sua vinculação primeira com a dissertação defendida por Loschiavo dos Santos, em 1985, na faculdade de FFLCH/USP, ou seja, território em que o predomínio de arquitetos é menos presente e, dessa forma, também suas formulações de classe, haveria uma indicação

da possibilidade de menores tensões com a referência a Zanine como arquiteto (SANTOS, 1995, p. 13).

Porém, embora o nome de Zanine apareça já nas primeiras páginas do livro, na introdução geral a respeito da modernização do móvel no Brasil, destacado como “alguns *designers* do século XX” (SANTOS, 1995, p. 17) que estabelecem em suas obras uma relação com a tradição do móvel de madeira no Brasil, que vem de quatro séculos, ao lado de Carlos Motta, Joaquim Tenreiro, Maurício Azeredo e Sérgio Rodrigues, percebem-se ainda assim algumas tensões relacionadas a sua figura.

Há no livro uma mudança de nomenclatura para Zanine a depender da conveniência sobre a sua posição, sempre evitando o embate sobre ser ou não arquiteto: ora é posto como trabalhador orbitante em torno de outros arquitetos diplomados; outras vezes, é o pioneiro do mobiliário sem a expressividade erudita de outros profissionais, homem talentoso e de inevitável aparição da história do mobiliário brasileiro.

Em momentos em que há destaque para a expressão *arquitetos-designers* como forma de diferenciar a experiência daqueles que tinham como formação também a arquitetura erudita, Zanine aparece atrelado ao arquiteto Oswaldo Arthur Bratke no conjunto de profissionais que com ele colaboraram e que “posteriormente, se destacaram nos vários campos da cultura brasileira. Entre eles: Lívio Abramo, que trabalhou como desenhista, Francisco Rebolo Gonsales (1903-1980), José Zanine Caldas, maquetista, Carlo Benvenuto Fongaro” (SANTOS, 1995, p. 63).

Sobressai, assim, a mudança da posição de Zanine dentro da seção que comporta apenas a produção dos arquitetos, não mais localizado por sua contribuição individual, mas atrelado ao trabalho em colaboração com um renomado arquiteto paulista, e não mais lembrado como designer, mas agora referenciado como maquetista, em que pese o fato de ter sido incluído no campo ampliado da cultura e não especificamente da arquitetura.

Ao tratar especificamente dos processos industriais e de produção em série que se tornavam mais consolidados no país a partir de 1950, após comentários sobre trabalhos de Joaquim Tenreiro e Lina Bo Bardi, profissionais de formação técnica e acadêmica, Loschiavo dos Santos vai pontuar iniciativas que, segundo ela, “talvez nem tão expressivas do ponto de vista estético, porém certamente criativas pelas soluções industriais que encaminharam”, marcaram essa etapa, em que se destacam, entre outras, a “Fábrica de Móveis Z, Zanine, Pontes & Cia. Ltda, de São José dos Campos, cujo principal designer foi José Zanine Caldas” (SANTOS, 1995, p. 103).

Em seguida e outra vez sobre isso, a autora insiste nas “limitações do ponto de vista estético” do trabalho industrializado em móveis de Zanine, embora reconheça que ele “estava empenhado e, de certo modo, conseguiu resolver a questão da qualidade e do barateamento dos custos” (SANTOS, 1995, p. 107). Nas palavras do baiano sobre os desafios desse trabalho, “num país pobre como o Brasil não se pode desperdiçar nada; é preciso ter essa consciência cultural da economia” (apud SANTOS, 1995, p. 107).

As referências estéticas que orientam o comentário da autora sobre a qualidade dos móveis de Zanine, vinculadas ao capital cultural de um “bom gosto” apoiado na formação erudita da arquitetura, ganham espaço na sequência de análises que trava,

explicitamente, quando comenta que o móvel produzido pelo baiano era “sólido, prático e barato”, porém “sem maiores preocupações com a ‘bela forma’, de ‘bom desenho’, mesmo que estivesse atento à necessidade de uma certa economia formal” (SANTOS, 1995, p. 108).

Em comparação com os móveis de arquiteto formado com trabalho semelhante ao de Zanine, ao contrário, partindo de concepções relativas de “belo” e “bom”, estabelecendo o desenho como indicativo de critério para a melhor concepção da forma, Santos (1995) comenta que “é lógico que o móvel de Tenreiro era mais sofisticado, tinha maior qualidade e era mais artesanal, porém era um móvel caro”, pontuando ainda que os móveis Z faziam grande sucesso especificamente entre clientes de classe média – não detentores, nesse sentido, do gosto das classes mais abastadas, provavelmente referenciado como mais sofisticado.

Por fim, Loschiavo dos Santos registra a transformação do trabalho de Zanine como designer – denominação que retorna muitas vezes, atribuindo a ele esse *status* –, abandonando as pesquisas com a industrialização para realizar seus “móveis-denúncia”, em Nova Viçosa, no litoral baiano, utilizando madeiras imensas queimadas com a devastação da mata daquela região do país para fazer mobiliário de apelo ambientalista.

“Zanine sempre esteve dando vazão à sua capacidade expressiva; com suas mãos talentosas e mágicas ‘arquitetou’ um capítulo importante da história do móvel no Brasil” (SANTOS, 1995, p. 110), assim termina, insinuando sua aproximação como arquiteto, utilizando o verbo entre aspas, mas sem nomeá-lo como arquiteto no trabalho. Destaca-se mais uma vez a ideia do valor do seu trabalho com as mãos e a visão de um talento mágico, que aparecerá tantas vezes vinculado ao baiano.

ZANINE – SENTIR E FAZER: PRIMEIRA PUBLICAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE ZANINE

Publicado em 1991, mesmo ano em que Zanine recebe o título de arquiteto honorário pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (SEGAWA, 2003, p. 3), *Zanine: sentir e fazer*, organizado por Suely Ferreira da Silva, arquiteta que atuou junto a ele como secretária-geral do Centro de Desenvolvimento de Aplicações das Madeiras do Brasil (DAM), destaca-se como livro de homenagem e primeira importante publicação sobre o baiano.

Composto quase que exclusivamente de imagens de rica qualidade, tomando por vezes páginas inteiras, divididas entre os trabalhos de mobiliário, arquitetura e desenhos, *Zanine: sentir e fazer*, distante de análises acadêmicas mais aprofundadas, traz como texto uma série de depoimentos pessoais de renomadas figuras de destaque no cenário cultural e político nacional, “seus amigos” (SILVA, 1991, s. p.), como o maestro e compositor Tom Jobim e o antropólogo e educador Darcy Ribeiro, além de texto do próprio Zanine sobre si – de impacto não menos relevante tendo em vista a pouca visibilidade de sua produção textual – e outro da própria autora abrindo o livro.

Dentre os depoimentos que, em grande parte das vezes, não ultrapassam duas páginas e apresentam caráter bastante informal, evidencia-se a prevalência de profissionais da arquitetura de grande expressão e de filiação com a produção arquitetônica carioca. Reportam ali sua relação com a obra e a trajetória de Zanine os arquitetos Alcides da Rocha Miranda, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, João Filgueiras Lima (Lelé), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Oswaldo Arthur Bratke, Sérgio Bernardes e ainda a paisagista Maria Haydée e o engenheiro Raymundo de Paula Soares.

Embora o predomínio de arquitetos insira o conteúdo da publicação no campo da arquitetura, parece ser ambivalente a tomada de posição desse primeiro trabalho sobre Zanine quanto à questão da sua inserção profissional como arquiteto ou não, em que pese o fato de que a formulação e a produção do livro se passaram em período coincidente com os debates de grande repercussão sobre esse tema, principalmente nas páginas da revista *Projeto*, já registrados aqui.

No texto de abertura, Ferreira da Silva reporta a trajetória de criação do livro, estimulada por sua proximidade com os acervos de Zanine presentes nos arquivos do DAM – desorganizados e quase em estado de perda total – e registra a necessidade de realizar “homenagem ao mestre e à sua obra” (SILVA, 1991, s. p.) por conta dos seus 70 anos, completos em 1989, tendo sido iniciado o projeto de confecção do livro em 1988, um ano, portanto, depois do debate público da revista *Projeto*.

Além de nomeá-lo frequentemente como “mestre”, a autora, que se autodeclara arquiteta de forma incisiva, como assim aparece nomeado em destaque abaixo do seu nome na contracapa do livro e no relato da sua aproximação com Zanine, no texto de abertura, primeiro como estudante de arquitetura e depois como profissional formada, evita nomeá-lo como arquiteto ou inserir qualquer outra nomenclatura que se refira a sua atuação profissional, registrando no final do seu depoimento se tratar de um trabalho de resgate “para lá do artista e do profissional, o ser humano que faz setenta anos” (SILVA, 1991, s. p.).

A generalização como “ser humano” ou “mestre”, embora reafirme o caráter humanista e de prestígio da trajetória de Zanine, parece um subterfúgio para não enfrentar uma posição mais firme sobre sua atuação profissional. Tratando-se da primeira grande publicação sobre ele, realizada exatamente no recorte temporal inserido entre a polêmica aberta pela revista *Projeto* e a entrega do título honorário do IAB, nota-se a dificuldade em manejar a controvertida questão naquele momento mesmo para aqueles arquitetos mais próximos e com afetos diretos com o tema.

Se, como autora, Ferreira da Silva não enfrenta diretamente o tema de Zanine ser ou não ser arquiteto, os diferentes depoimentos que se seguem na publicação irão também demonstrar diferentes posicionamentos a esse respeito, articulando nas suas páginas um vigoroso debate de pontos de vista entre figuras importantes da arquitetura e da cultura do país. Dentre eles, os breves depoimentos de João Filgueiras Lima e Oscar Niemeyer, arquitetos com trabalhos de grande repercussão nacional, têm abordagens semelhantes. Ambos dão a Zanine a posição de arquiteto com todas as letras, mas parecem qualificar a suposta autodidaxia da sua formação como algo

menor, mesmo reconhecida sua qualidade, em comparação com o que, se supõe, seja a formação universitária de um arquiteto.

Filgueiras Lima afirma com convicção que “Zanine é um grande arquiteto” e reconhece a qualidade dos seus trabalhos, inclusive no que se refere à racionalidade na construção, tema caro para ele, entendendo que isso ocorre “apesar de ser um artesão e um autodidata que imprime forte caráter intuitivo à sua produção” (in SILVA, 1991, s. p.), o que é visto, *a priori*, como um entrave para o que seria a boa “arquitetura”, justamente pelo uso do termo “apesar de”, que denota uma relação de oposição entre a formação não universitária e temas como a industrialização, por exemplo.

A ideia de intuição, que aparece em inúmeras passagens de arquitetos para reconhecer o bom trabalho de Zanine, não é menos relevante de ser destacada, não por denotar qualidade sensível do arquiteto, mas por, também, apontar para a ideia de uma aprendizagem mágica ou excepcional, baseada em um “dom” surpreendente para quem acredita que o conhecimento é organizado predominantemente a partir de uma trajetória profissionalizante de ensino superior, caminho que Zanine não percorreu.

Niemeyer, na mesma medida, reconhece Zanine como “um arquiteto que descobriu os segredos da arquitetura”, porém, como Filgueiras Lima, parece apontar o caminho não escolarizado da sua formação como uma exceção que foge à regra, pois, para ele, “Zanine é um caso feliz de autodidata” (in SILVA, 1991, s. p.), abrindo espaço para o entendimento de que há um infeliz repertório de outros casos, embora eles não sejam citados, partindo, assim, de uma ideia preconcebida. Completa ainda que “sua escola foi a própria vida e a arquitetura seu caminho natural e inevitável” (in SILVA, 1991, s. p.), caráter que reafirma o sentido de exceção posto a Zanine e, em grande medida, muito próximo da visão exposta por Lúcio Costa, já debatida aqui anteriormente, em que aparece o sentido da inevitabilidade e da natureza do trabalho de Zanine como uma espécie de dádiva ou algo predestinado.

Já Oswaldo Bratke e Alcides Rocha Miranda, arquitetos que conviveram proximamente com Zanine, embora compartilhem das imagens levantadas por Filgueiras Lima e Niemeyer, como se verá, evitam denominá-lo diretamente como arquiteto.

Bratke, para quem Zanine trabalhou em seu escritório, em São Paulo, durante a primeira metade do século XX, pontua que a competência da obra como um todo de Zanine se dá “independente de uma formação universitária”, já que “vem cursando a ‘escola da vida’” (in SILVA, 1991, s. p.), ideia também levantada por Niemeyer e que interessará ainda repercutir. Reconhece ainda o “resultado elegante e refinado” (in SILVA, 1991, s. p.) com que trabalha os materiais – adjetivos que valem ser destacados pelo emprego de sofisticação com que trata a obra de Zanine – e reforça a imagem já levantada de um trabalho “baseado em incrível intuição estrutural”, aqui mais uma vez oposta a ideia de conhecimento formalizado, que parece reservado restritamente aos sistemas regulares de ensino.

Rocha Miranda trabalhou com Zanine em equipe no ateliê de maquetes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na década

de 1950, e o convidou a atuar junto ao Instituto Central de Arte, da qual foi um dos coordenadores, na recém-criada Universidade de Brasília (UnB), no início dos anos 1960. Sobre o baiano, escapando de titulá-lo como arquiteto, vai dizer que admira sua “capacidade de inventar e de bem fazer”, reconhecendo em seus trabalhos “originais e espontâneos” a conciliação da “intuição de arquiteto com a de escultor e arteção arguto” (in SILVA, 1991, s. p.).

Mais uma vez se nota, também no discurso de Rocha Miranda, até mesmo como forma de exaltar o bom trabalho de Zanine, a aproximação do seu fazer com a ideia de algo que emerge solto, de forma espontânea, original ou intuitiva, por não ser acompanhada da escolarização, sem reconhecer outros caminhos formativos para a sua boa formação não escolarizados.

Já Tom Jobim, que chegou a iniciar os estudos no curso de arquitetura e não o concluiu, durante a juventude, parece apontar para outro entendimento da questão. Não menos importante, portanto, é seu ponto de vista como alguém que não apenas não é arquiteto, mas, mais ainda, que abandonou esse curso. Tom não chama Zanine de arquiteto, mas, assim como o depoimento do engenheiro Raymundo de Paula Soares, que posiciona Zanine como “autodidata, vítima das agressões corporativistas” (in SILVA, 1991, s. p.), é dos poucos que enfrentam ali as tensões postas pela prática profissional de Zanine. Diz ele:

A questão do autodidatismo de Zanine revela bem a dimensão do país. Aqui não se pode ser macumbeiro, feiticeiro, nada. Para tudo é preciso um diploma. Daí as perseguições que ele sofre. No entanto, toda a sua vida ele dedicou à construção. Para quê diploma? Já pensou se fosse preciso diploma para eu fazer música?! (in SILVA, 1991, s. p.).

E segue, reforçando as tensões instauradas naquele momento: “Imagine-se Zanine, que não tem sequer diploma, fazendo todas aquelas casas. Deve ter incomodado muita gente” (in SILVA, 1991, s. p.).

Tom, sem o compromisso de ser arquiteto, parece poder se posicionar mais diretamente sobre a questão e, diferente daquele grupo de arquitetos e de Lúcio Costa, que irá pleitear o diploma de Zanine por honraria honorária, permitindo assim sua prática profissional, vê, tal qual já se posicionara o próprio Zanine, o diploma como um entrave cultural brasileiro, mais que apenas uma questão de ordem técnica para a autorização do exercício profissional.

A POSIÇÃO DE ZANINE EM ARTIGO PARA O JORNAL DO BRASIL

Em 25 de outubro de 1987, como repercussão, portanto, da polêmica em torno da sua prática profissional e do processo que sofrera pelo Crea, exposta particularmente com grande destaque nas páginas da revista *Projeto*, como se discutiu, Zanine, a partir de Paris, onde se encontrava naquele momento e como faz questão de destacar

no início do seu texto, como raras vezes acontece, sendo muito poucos os seus escritos públicos, posiciona-se sobre a questão em artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*.

Com o título “A competência esquecida”, seguido do subtítulo “Em um país onde milhões não têm teto, constituintes votam pelo privilégio ao condicionar à posse do diploma o ato de erguer casas”, o artigo de Zanine enfrenta a relação entre os privilégios do diploma universitário no Brasil, que produz formandos muitas vezes sem a experiência prática construtiva, em oposição à formação prática que acompanha as narrativas construtivas da humanidade anteriormente à formação da universidade no país.

“As palavras arquiteto e arquitetura”, escreve ele, “só aparecem na língua portuguesa, com maior divulgação, no fim do século passado”, o século XIX, e, sendo assim, muitas das mais antigas cidades brasileiras, como Olinda e Ouro Preto, destaca ele, “não foram construídas por arquitetos” (CALDAS, 1987), pois, afinal, àqueles construtores eram atribuídos outros nomes, como mestres de obras, por exemplo. Zanine retoma, assim, o ato de construir como um recurso inerente à humanidade e com ele a arquitetura que, citando a repetida e célebre frase de Lúcio Costa, é “antes de mais nada construção, mas construção concebida com o propósito primordial de ordenar o espaço para determinada finalidade, visando determinada intenção plástica”.

Ao justificar essa tese, afirmando que “a arquitetura [...] nasceu muito antes da universidade”, cita notórios exemplos da Antiguidade, como o Parthenon, em Atenas, na Grécia, ou ainda, na América, apontando para a variedade de culturas a que se referencia, escreve que não “saíram da universidade os construtores dos belos templos de Quetzalcoatl, no centro de Tenachtitlan, no México”, pois, para ele, “reproduzir a espécie e construir um abrigo nunca precisaram ser ensinados em sala de aula” (CALDAS, 1987).

Cita ainda os exemplos de arquitetos importantes no início do século XX, que aparecem em destaque de imagem no artigo, acima do título, com desenhos de seus rostos com a legenda: “Frank Lloyd Wright e Le Corbusier: mestres sem diploma”. Para Zanine, figuras como Wright, que como ele construíra sua própria casa, e Le Corbusier só puderam existir porque em seus países não existiam organizações como o Crea.

É baseado nessa retaguarda de exemplos de arquiteturas feitas sem arquitetos diplomados que Zanine irá se posicionar, afirmando que “nunca pensei em ser arquiteto”, colocando-se, assim, ao lado daqueles que construíram arquiteturas sem passar pela universidade:

Construir casas é coisa que sei fazer. Aprendi durante toda uma vida. Fui conhecer casas na China, na África e aqui na Europa. Minha escola foi a obra e a maquete. Nunca senti necessidade de outro tipo de aprendizado. Os livros de arquitetura são livros de arte, com plantas, textos e fotos que alargam o conhecimento, mas não ensinam o essencial: fazer uma casa surgir debaixo do sol, de dentro da confusão de uma obra, que é campo de batalha da luta de classes. (CALDAS, 1987).

A aparição do saber-fazer contrapondo-se à formação escolarizada, oposição tantas vezes propagada sobre Zanine, terá destaque mais uma vez, assim como a colocação, em posições distintas, entre o construtor e o arquiteto:

Digo construtor, porque é ele realmente quem faz a casa. A maioria dos arquitetos diplomados pela universidade brasileira, com formação muito teórica, tem grande dificuldade em construir. Muitos nunca se tornaram construtores, ficando apenas como desenhistas de nível superior. (CALDAS, 1987).

Discutindo a possibilidade de vigorar na então nova constituição, de 1988, “condicionamento profissional única e exclusivamente ao diploma”, como ocorria desde 1933, afirma: “Diploma não pode ser porta de entrada única para o exercício profissional. Talentos devem ser reconhecidos. As grandes descobertas acontecem fora das universidades. Todas vieram, no entanto, enriquecer as academias, que criaram, para recebê-las, títulos como *notório saber*” (CALDAS, 1987). E segue: “Limitar o exercício do ato de construir a arquitetos diplomados, num país que deve a seu povo milhões de casas, é simplesmente proteger privilégios”.

Sobre as críticas pelo possível risco de vida em permitir aos não diplomados o direito de exercer a prática profissional da arquitetura, Zanine cita outras atividades de risco coletivo que não exigem formação universitária, como a de motoristas ou policiais, e especifica casos de desastres com a participação de arquitetos diplomados, inclusive uma obra de Oscar Niemeyer, um dos principais representantes da profissão no país: “Havia placas do Crea no desastre da Gameleira, no viaduto Paulo de Frontin e no prédio que caiu recentemente em Belém do Pará. Não havia na igreja do Pilar e na igreja de São Francisco, em Ouro Preto, que continuam de pé” (CALDAS, 1987).

Crítica, portanto, diretamente a formação universitária no Brasil, em que “arquitetos brasileiros saem da universidade sabendo falar de arquitetura e fazer desenhos, sem saber o essencial do nosso ofício: construir” (CALDAS, 1987), aliando-se ao discurso crítico do chamado *bacharelismo*, questão que atravessa o século XX sobre o papel da universidade no país.

Ao final do texto, referenciando Zanine como o autor do artigo, o jornal o identifica como alguém que “está presente como designer em vários campos de atividade” e, assim, se exime de nomeá-lo como arquiteto, lugar que ele mesmo diz no artigo não querer ocupar, ao mesmo tempo que, embaralhando o jogo, se coloca ao lado de arquitetos e reivindica a existência do notório saber.

AINDA É PRECISO VER ZANINE

Após a morte de Zanine, em 2001, a questão sobre a visibilidade da sua obra no país se reflete diretamente na exposição *Ver Zanine*, inaugurada em abril de 2003, no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro, dentro da I Mostra Internacional Rio Arquitetura – Mira.

Ainda em vida, o autodidata teria trabalhos seus presentes em número considerável de mostras e exposições, importantes territórios de mediação entre a produção acadêmica e o público mais geral, destacando-se produções específicas sobre ele,

como *Jose Zanine – l’architecte et la forêt*, no Musée des Artes Décoratifs, de Paris, em 1989, e *Viva! Zanine brasileiro*, em A Casa, de São Paulo, em 1999.

Ver Zanine, em 2003, se organizava como retrospectiva da trajetória e obra de Zanine, inserida no lançamento de grande investimento em torno das discussões sobre arquitetura, a Mira, que se realizava em mostras e atividades espalhadas por centros culturais da cidade do Rio de Janeiro.

Assim como *Zanine: sentir e fazer* fizera duas décadas antes, primeira publicação sobre sua vida e obra já tratada neste trabalho, *Ver Zanine* buscava fazer homenagem através de grande inserção de imagens sobre a produção do arquiteto e, embora dê um passo a mais na construção de uma investigação teórica mais consistente, apresentando o ensaio do arquiteto Hugo Segawa de pouco mais de dez páginas sobre Zanine, ou seja, uma proposta de abordagem mais acadêmica do que os depoimentos pessoais daquela primeira publicação, seguiu se baseando fortemente em recursos iconográficos.

A exposição, como já direciona seu título, evidencia os esforços em encontrar-se com as imagens geradas pelo que Zanine produziu em vida e parece mais uma vez reiniciar as tentativas de resgate sobre a sua obra, que parecem não ultrapassar as primeiras aproximações e por esse motivo seguem demandando sempre novos esforços e regastes futuros.

Como aponta seu curador, o arquiteto Luís Antônio Magnani (2003), a exposição não pretende “esgotar o assunto e sim, apresentar uma abordagem do seu conjunto, colaborar na tarefa de documentar, preservar e divulgar o seu trabalho”, questão muito semelhante a que se discutiu anteriormente sobre os objetivos de Suely Ferreira da Silva em *Zanine: sentir e fazer*, no final dos anos 1980, ou mesmo dos esforços que se buscaram empreender aqui neste trabalho, na metade da segunda década dos anos 2000.

“Permitir que o público não apenas ouça falar, mas especialmente, VEJA ZANINE” (MAGNANI, 2003, p. 7), reforça o curador na abertura da publicação da mostra, apontando que, dez anos depois do título de arquiteto honorário oferecido pelo IAB e por Lúcio Costa, Zanine seguia sendo figura carente de ser visibilizado em seus trabalhos, e mais carente ainda de produções acadêmicas, pesando o fato de que, até hoje, o ensaio produzido para essa exposição continua sendo o material acadêmico mais relevante sobre sua trajetória.

Certamente, mesmo com todos os esforços, continua sendo importante ver, saber, sentir Zanine. Um arquiteto sem diploma, mas um arquiteto, sem dúvida.

SOBRE O AUTOR

CONRADO VIVACQUA RAYMUNDO DOS SANTOS é educador, arquiteto e urbanista. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), mestre pelo programa multidisciplinar Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), doutorando na área de Paisagem e Ambiente na FAU/USP. Atua como educador ambiental através de assessoria técnica na Divisão de Difusão e Projetos em Educação Ambiental/Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPaz) da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo. Entre 2019 e 2020 foi docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera. Integrou equipes educativas de instituições culturais como a Bienal Internacional de Arte de São Paulo e a Casa Modernista/MCSP e participou como educador e parte do coletivo que coordenou o Cursinho Popular de Linguagem Arquitetônica (CursinhoLA) na FAU/USP.

vivacqua.conrado@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9072-0252>

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Nacional de Belas-Artes. Disponível em: <http://academiabelasartes.pt>. Acesso em: fev. 2018.
- ALONSO, Paulo. Zanine, o projetista das belezas do Joá. *O Globo*, 9 de dezembro de 1993, p. 12.
- ALVARÁ que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil. Lisboa, 5 de janeiro de 1785. Disponível em: <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=3674&catid=145&Itemid=286>. Acesso em: jan. 2018.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARQUITETAS Invisíveis. Por que invisíveis?. Disponível em: <https://www.arquitetasinvisiveis.com/por-que-invisiveis>. Acesso em: abr. 2018.
- ARQUITETURA. *Jornal do Brasil*, Carta dos Leitores, 9 de setembro de 1987. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- ARQUITETURA brasileira após Brasília/Depoimentos: Luiz Paulo Conde, Julio Katinsky, Miguel Alves Pereira. Organização e coordenação: Ceça de Guimaraens, Cláudio Taulois, Flávio Ferreira, Sérgio Ferraz Magalhães. Rio de Janeiro: IAB/RJ, 1978.
- ARQUITETURA de morar. Direção de Antônio Carlos da Fontoura. Documentário. Brasil, 1975. (10 min.).
- AU – *Arquitetura e Urbanismo*, n. 197, agosto de 2010. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/197/artigo181271-1.aspx>. Acesso em: abr. 2018.
- AUH Encontros – Ana Muylaert. Anna Muylaert, cineasta formada pela ECA/USP, vem à FAU debater seu mais novo filme *Que horas ela volta?* (2015). Organização: Nilce Aravecchia; Giselle Beiguelman. São Paulo: VideoFAU, 2015. (93 min.). Série AUH Encontros - FAU/USP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8cs0mytNf3I&ab_channel=FAUUSP. Acesso em: 2 abr. 2018.
- AZEVEDO, Fernando. *A educação na encruzilhada*: problemas e discussões. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. Arquitetura brasileira e pós-modernismo. In: GUINSBURG, J.; BARBOSA, Ana Mae (org.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. *Pós-Brasília*: rumos da arquitetura brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BONDUKI, Nabil. *Habitação & autogestão*: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). 8. ed. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. (1970). *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRANCO, Heloísa Castelo. Crisaldo e Zanine mostram seu trabalho aos franceses. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 12 de maio de 1977, p. 8. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

- BRANT, Vera. Zanine: o escultor arquiteto. Disponível em: <http://verabrant.com.br/1/cronicas/Zanine%20-%20o%20escultor%20arquiteto.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25/3/1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: fev. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 3.198, de 16 de dezembro de 1863. Aprova as instruções para nomeação de Agrimensores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM3198.htm. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL. Decreto n. 5.618, de 2 de maio de 1874. Dá novo regulamento às relações do Império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5618-2-maio-1874-550285-publicacaooriginal-66029-pe.html>. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL. Decreto 8.024, de 12 de março de 1881. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8024-12-marco-1881-546191-publicacaooriginal-60103-pe.html>. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 23.659, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23569.htm. Acesso em: jan. 2018.
- BRASÍLIA experimenta taipa em painéis para baratear casa popular. *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1986, p. 5.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Escritório Ramos de Azevedo: a arquitetura e a cidade*. São Paulo: Centro Cultural Correios, 2015. (Catálogo de exposição).
- CALDAS, José Zanine. A competência esquecida. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25 de outubro de 1987, p. 6. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- CALDAS, José Zanine. [Entrevista a] WOLFF, José. Quase na reta final. *Arquitetura e urbanismo*, n. 83, abril 1999.
- CAMPOFIORITO, Quirino. *A Missão Artística Francesa e seus discípulos: 1816-1840*. Prefácio Carlos Roberto Maciel Levy. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983.
- CARDOSO, Rafael. A Academia Imperial de Belas Artes e o ensino técnico. Rio de Janeiro. *19&20*. v. III, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/rc_ebatecnico.htm. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CARON, Jorge. Zanine e utopia. *Projeto*, São Paulo, n. 108, mar. 1988, p. 17-18.
- CARON, Jorge. *Zanine e utopia*. São Paulo: Revista Projeto, 1987.
- CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua obra. *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4 São Paulo, out.-dez. 1971, p. 23-28. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901971000400002. Acesso em: jan. 2018.
- CARVALHO, Amanda Beatriz Palma de. *Projetar e construir com madeira: o legado de José Zanine Caldas*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.
- CASTILHO, José Roberto Fernandes. *O arquiteto e a lei: elementos de direitos da arquitetura*. São Paulo: Pillares, 2014.
- CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/>. Acesso em: jan. 2018.
- CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. *Censo de arquitetos e urbanistas* (2012). Brasília: Serviço Público Federal, CAU/BR, 2013.

- CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CAVALCANTI, Nireu. Ser ou não ser arquiteto. *Projeto*, n. 107, fev. 1988, p. 22-23.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2013.
- COSTA, Lucio. (1971). Um problema malposto. *Projeto*, n. 103, set. 1987, p. 95.
- COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo/Brasília: Empresa das Artes/UnB, 1995.
- COSTA, Lucio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- COSTA, Ralderes Bonifácio Costa. Falso arquiteto. *Jornal do Brasil*, Cartas, 23 de julho de 1986, p. 10. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- COUTINHO, Luiz Paulo. Anel rodoviário vai casar o Rio com o progresso. *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1966. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- COUTINHO, Wilson. Arquiteturas da terra. Quando o homem constrói com seu próprio chão. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 3 de maio de 1984, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- CREA-SP – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo. Disponível em: <https://www.creasp.org.br>. Acesso em: jan. 2018.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Cultura com aspás e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- D, V. Zanine. “Quem não é carpinteiro?”. *O Globo*, 5 dezembro de 1983, p. 7.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Tomo I (volume I e II)*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DURAND, José Carlos Garcia. *A profissão do arquiteto: estudo sociológico*. Tese (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/Rio de Janeiro – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 5ª Região (Guanabara), 1972.
- ESCOLA Real de Ciências, Artes e Ofícios. Decreto por meio do qual o príncipe regente estabelece a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e concede mercê de pensões a vários estrangeiros que seriam empregados na instituição. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1816. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5006:escola-real-de-ciencias-artes-e-oficios-2&catid=2024&Itemid=496. Acesso em: jan. 2018.
- ESCRITÓRIO Ramos de Azevedo: a arquitetura e a cidade. Catálogo da exposição. Centro Cultural dos Correios (2015).
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1976.
- “FAZER e sentir”: fotos e detalhes dos projetos. *O Globo*, Bairros, 23 de março de 1989, p. 27.
- FERRO, Sérgio. *A casa popular*. São Paulo: GFAU, 1987.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2005.
- FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan. *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Projeto Editora Associados, 1982.
- FIGUEIREDO, Claudio. A arquitetura que não se aprende na escola. *Jornal do Brasil*, Domingo, 4 de dezembro de 1988, p. 42-47. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

FILHO, Expedito. Arquiteto sem diploma causa polêmica na UnB. *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1987, p. 6. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

FOSTER, Hal. *The anti-aesthetic: essays on postmodern culture*. Seattle: Bay Press, 1983.

FRANCO, Ruy Eduardo Debs. *Artacho Jurado: arquitetura proibida*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida*. São Paulo: Ática, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GAUZIN-MÜLLER, Dominique. *Arquitetura ecológica*. São Paulo: Senac, 2002.

GOODWIN, Philip. *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942*. New York: MoMa, 1943.

GORZ, André; BOSQUET, Michel. *Ecologie et politique*. Paris: Editions Galilée, 1975.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GORZ, André. *Carta a D.: história de um amor*. São Paulo: CosacNaify, 2008.

GORZ, André. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988, 2 v.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. 2. ed. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

HENRIQUE, Cláudio. Um arquiteto de lei. *O Globo*, Ela, 16 de novembro de 1991, p. 5.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORNEDO, Braulio. Vida. Iván Illich. Hacia una sociedade convivencial. 2002. Disponível em: <http://www.ivanillich.org.mx/vida.htm>. Acesso em: mar. 2018.

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. Duzentos anos do ensino de arquitetura no Brasil: história e reflexões. 12/8/2016. Disponível em: <http://www.iab.org.br/noticias/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes>. Acesso em: jan. 2018.

IBDF estuda cerco do Jardim Botânico com remoção de 500 casas. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1986, p. 7. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ILLICH, Ivan. *Retooling Society*. New York: Harper and Row, March 1973.

ILLICH, Ivan. *Energy and equity*. London: Calder & Boyars, 1974.

ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa: Europa-América, 1976.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IMPÉRIO, Flavio. [ca. 1981]. Pelo sertão. Disponível em: <http://www.flavioimperio.com.br/galeria/513483/513548>. Acesso em: jun. 2018.

INTRATOR, Simone. O mestre Zanine se despede do Brasil. *O Globo*, 20 de junho 1996, p. 17.

JANNOTTI, Dulce; PROPATO, Valéria. Só para ricos. *Jornal do Brasil*, Cidade, 6 de maio de 1988, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

JOSÉ Zanine Caldas, arquiteto, 82 anos. *O Globo*, Obituário, 21 de dezembro de 2001, p. 25.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

LAVALOU, Armelle (ed.). *Conversas com Jean Prouvé*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

LEMOS, C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

LESOURT, Enzo. Réconcilier souveraineté individuelle et vie en société : la société écologiste d'André Gorz et la société conviviale d'Ivan Illich. *Natures Sciences Sociétés* 21, 2013, p. 307-314. Disponível em: <https://www.nss-journal.org/articles/nss/pdf/2013/03/nss130112.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

LICEU de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural. Última atualização 10/2/2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao115540/liceu-de-artes-e-oficios-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: mar. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

LIMA, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. Arquitetura, historicidade de um conceito – um breve estudo sobre a mitologia de fundação da arquitetura. *Arquitextos* 123.01, ano 11, ago. 2010. Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.123/3514>. Acesso em: abr. 2018.

LIRA, José. *Warchavchik*: fraturas da vanguarda. São Paulo: CosacNaify, 2011.

LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917)*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LUCIO Costa e o caso Zanine. *O Globo*, 7 de agosto de 1971, p. 2.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz (org.). *Arquitetura brasileira após Brasília/Depoimentos*. Rio de Janeiro: Edição do IAB-RJ, 1978.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MELO NETO, J. C. *Poesias completas (1940-1965)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

MESTRE Zanine comemora 70 anos com retrospectiva. *O Globo*, 1º de maio de 1989, p. 26.

MICELI, Sérgio. Materialismo do simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Editora Schwarcz, 2014, p. 19-30.

MINDLIN, Henrique. *Arquitetura moderna no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, Iphan, Ministério da Cultura, 2000.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho*: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934). Bragança Paulista: Edusf, 2003.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; CALSAVARA, Tatiana; MARTINS, Ana Paula. O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 4, out.-dez. 2012, p. 997-1012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000011>.

MORAIS, Frederico. Árvore, arquitetura. Cidade, diploma: o ABC de Zanine. *O Globo*, 28 de junho de 1976, p. 36.

MORAIS, Frederico. José Zanine ou a “imaginação material”. *O Globo*, 27 de abril de 1978, p. 46.

MORALES DE LOS RÍOS FILHO, Adolpho. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.

MORALES DE LOS RÍOS FILHO, Adolpho. *Legislação do exercício da engenharia, arquitetura e agrimensura*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, 1947.

NEPOMUCENO, Rosa. Zanine, mago da madeira. *O Globo*, Segundo Caderno, 11 de setembro de 1988, p. 5.

NEPOMUCENO, Rosa. O mundo em casa. Zanine recebe, em Paris, a Medalha da Academia de Arquitetura. *O Globo*, Segundo Caderno, 24 de junho de 1990, p. 2.

NOBRE, Ana Luiza et al. (org.). *Lucio Costa*: um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

NOTÓRIO saber (editorial). *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1987, p. 10. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Nildo Carlos. Artesão faz arquitetura, mas quer ser apenas mestre de obras. *Projeto*, n. 103, set. 1987, p. 89-95.

PALLASMAA, Juhani. *The thinking hand*: existential and embodied wisdom in architecture. United Kingdom: Winsley, 2009.

PALMAS para Zanine. *Jornal do Brasil*, Domingo, Cartas dos leitores, 25 de dezembro de 1988, p. 29. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

PARETO JR., Lindener. *O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo. (1893-1933)*. 250 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2011.

PAZ, Octavio. Simetrias iníquas: diálogo sobre o marxismo. In: PAZ, Octavio. *Convergências: ensaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PEDROSA, Mário. Da Missão Francesa – seus obstáculos políticos. In: PEDROSA, Mário. *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. Organização Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: Edusp, 1998.

PESQUISA CAU/BR DATAFOLHA. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>. Acesso em: mar. 2018.

POLITÉCNICA/UFRJ. Conheça a história da Escola Politécnica. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/a-politecnica/historia>. Acesso em: jan. 2018.

POMPERMAIER, Paulo Henrique. Devir índio. *Cult*, n. 222, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/devir-indio>. Acesso em: 2018.

PONTUAL, Roberto. Zanine. A mão, a casa e o móvel. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 2 de maio de 1975, p. 2. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

PONTUAL, Roberto. Zanine. *Jornal do Brasil*, Serviço, 12 de maio de 1978, p. 6. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

PORTOGUESI, Paolo. *Depois da arquitetura moderna*. Lisboa: Edições 70, 1982.

RANGEL, Maria Lucia. As esculturas quase vivas de Zanine. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 10 de julho de 1976, p. 4. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

QUE HORAS ela volta?. Direção: Anna Muylaert. Drama/comédia. Brasil, 2015 (112 min.).

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROELS JR., Reynaldo. O recomeço aos 70. Polêmico e brilhante, Zanine mostra as obras no Rio e faz as malas para Paris. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25 de abril de 1989, p. 8. Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

ROSA, Rodrigo. *A educação anarquista e as escolas modernas*. São Paulo: III Seminário Internacional de Educação. FEUSP, 2007.

ROSA, Rodrigo. *A federação operária em São Paulo: anarquistas e sindicalistas nos anos 1930*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

RUDOLFSKY, Bernard. *Architecture without architects*. New York: Doubleday & Company, 1964.

RUGGIERO, Amanda Saba. *Jorge Caron: uma trajetória*. Tese (Dissertação de Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Móvel moderno no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas do Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEGAWA, Hugo; MAGNANI, Luis Antonio; XAVIER, Ana Maria. *Ver Zanine*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

SENNETT, Richard. *O artífice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

- SER ou não ser arquiteto, eis a questão. *Projeto*, São Paulo, n.103, set. 1987, p. 86-87.
- SILVA, Josué Pereira da. *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SILVA, Suely Ferreira da (coord.). *Zanine: sentir e fazer*. Rio de Janeiro: Agir, 1991.
- SILVA, Margareth da. [Entrevista concedida ao] IAB. Disponível em: <http://www.iab.org.br/noticias/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes>. Acesso em: jan. 2018.
- SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SQUEFF, Letícia Coelho. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. *Cadernos Cedex*, ano XX, n. 51, 2000, p. 103-118.
- TROIS MAISONS de Zanine à Brasília. *L'Architecture D'Aujourd'Hui*, n. 251, jun. 1987, p. 65-69.
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://www.arquufmg.br/site/v2/index.php/sobre-a-ea/historia>. Acesso em: fev. 2018.
- UM “ARQUITETO” de fama internacional. *O Globo*, Bairros, 9 de dezembro de 1993, p. 15.
- UM ESFORÇO para a preservação da identidade cultural. *Projeto*, n. 90, ago. 1986, p. 112.
- UM MESTRE sem diploma (Chico Lagartixa). *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro de 1988, p. 8. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1994.
- VERGARA, Pedro Paulo. Figura polêmica. *Jornal do Brasil*, Carta dos leitores, 10 de outubro de 1987, p. 10. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ZANINE em filme. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 10 de setembro de 1976, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- ZANINE: uma vida cercada de projetos. *O Globo*, Bairros, 12 de agosto 1991, p. 14.
- ZANINE, ser do arquitetar. Direção: André Horta. Documentário. Brasil, 2016. (76 min.).
- ZEIN, Ruth Verde. A década ausente. É preciso reconhecer a arquitetura brasileira dos anos 1960-70. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/318>. Acesso em: nov. 2016.